

Conjuntura Urbana **11**

Como Andam **Belém e Goiânia**

ORGANIZADORES

José Júlio Ferreira Lima
Aristides Moysés



LETR**C**APITAL

Copyright © José Júlio Ferreira Lima e Aristides Moysés, 2009

Direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, da editora.

COORDENAÇÃO GERAL	Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
EDITOR	João Baptista Pinto
CO-EDITOR	Orlando Alves dos Santos Junior
REVISÃO FINAL	Egláisa Cunha e Roberto Pedreira
REVISÃO ORTOGRÁFICA	Henrique Pesch e Roanita Dalpiaz
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO	
1ª EDIÇÃO, 2008	Virtual Design
2ª EDIÇÃO, 2009	Francisco Macedo Letra Capital Editora
IMPRESSÃO	Imos Gráfica

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C728

Como andam Belém e Goiânia / organizadores José Júlio Ferreira Lima, Aristides Moysés. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

il. - (Conjuntura urbana; 11)

Apêndice

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-050-1

1. Regiões metropolitanas - Brasil. 2. Crescimento urbano - Brasil. 3. Política pública. 4. Política urbana - Brasil. I. Lima, José Júlio Ferreira, 1964-. II. Moysés, Aristides, 1949-. III. Título. IV. Série.

09-2011.

CDD: 307.7640981

CDU: 316.334.56

30.04.09 04.05.09

012337

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES
Tels. (21) 2598-1932 / 2598-1950
web.observatoriodasmetropoles.net

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels. (21) 3553-2236 / 2215-3781
www.letracapital.com.br

O Observatório das Metrôpoles é um grupo que funciona em rede, reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não-governamental. A equipe constituída no Observatório vem trabalhando há 17 anos, envolvendo 97 principais pesquisadores e 59 instituições de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das relações entre sociedade, economia, Estado e os territórios conformados pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras.

O **Observatório das Metrôpoles** tem como uma das suas principais características reunir Programas de Pós-graduação em estágios distintos de consolidação, o que tem permitido virtuosa prática de cooperação e intercâmbio científico através da ampla circulação de práticas e experiências acadêmicas. Por outro lado, o Observatório das Metrôpoles procura aliar suas atividades de pesquisa e ensino com a realização de atividades que contribuam para a atuação dos atores governamentais e da sociedade civil no campo das políticas públicas voltadas para esta área.

O **Observatório das Metrôpoles** integrou o Programa do Milênio do CNPq e, nos próximos 5 anos, integrará o Programa Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, também do CNPq, com apoio da FAPERJ. O objetivo do programa é desenvolver pesquisa, formar recursos humanos, desenvolver atividades de extensão e transferência de resultados para a sociedade e para os governos envolvidos, tendo como eixo a questão metropolitana. Por envolver grupos de pesquisas distribuídos em todas as 5 Grandes Regiões do país (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul), as atividades de pesquisa que desenvolvemos permitem aprofundar o conhecimento da diversidade da realidade metropolitana do país e suas relações com as desigualdades regionais.

O **Observatório das Metrôpoles** é um programa plurinstitucional e pluridisciplinar que procura aliar pesquisa e ensino com a missão social de realizar e promover atividades que possam influenciar as decisões dos atores que intervêm no campo da política pública, tanto na esfera do governo, como da sociedade civil. O seu Programa de Trabalho para os próximos 5 anos está organizado nas seguintes linhas:

Linha I - Metropolização, dinâmicas intermetropolitanas e o território nacional.

Linha II - Dimensão sócio-espacial da exclusão/Integração nas metrôpoles: estudos comparativos.

Linha III - Governança urbana, cidadania e gestão das metrôpoles.

Linha IV - Monitoramento da realidade metropolitana e desenvolvimento institucional.



Apresentação

A institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras obedeceu a duas fases. A primeira, nos anos 1970, como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* desse processo. Reguladas por legislação federal, foram criadas nove Regiões Metropolitanas – RM's, incluindo os principais centros nacionais – particularmente capitais de estados – e suas áreas de polarização direta, constituídas por municípios integrantes da mesma unidade socioeconômica. Visaram à realização de serviços comuns de interesse metropolitano¹, de modo a constituir uma unidade de planejamento e gestão, e deveriam organizar-se sob um arcabouço padrão estruturado em dois conselhos, o deliberativo e o consultivo.

A segunda etapa teve início com a Constituição Federal de 1988, que facultou aos Estados Federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais. Com ela, findava um modelo que criou regiões sobre as quais os Estados Federados não tinham autonomia para intervenção, e se abriam possibilidades de inserção das regiões metropolitanas em processos estaduais de planejamento regional. Além de regiões metropolitanas, o texto constitucional admitiu outras categorias de organização regional, como as aglomerações urbanas e as microrregiões. Mantendo e adequando os objetivos

1 Segundo a Lei Complementar /: I – planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; II – saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública; III – uso do solo metropolitano; IV – transportes e sistema viário; V – produção e distribuição do gás combustível canalizado; VI – aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma do que dispuser a lei federal; VII – outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

da etapa anterior, as unidades criadas deveriam integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Esse processo de metropolização, ao mesmo tempo em que abriu a possibilidade de alteração dos limites das RMs existentes, incluindo ou mesmo excluindo municípios, desencadeou um contínuo ciclo de institucionalização de novas unidades regionais, com diferentes portes de população, considerando até pequenas aglomerações urbanas, e quase sempre classificadas como metropolitanas. Parte dessas regiões têm crescido a taxas anuais superiores a 3% ao ano, com expansão expressiva, até mesmo nos pólos, enquanto outras mantêm elevado apenas o crescimento de suas periferias. São regiões com distintos pesos no que se refere à participação na renda e na dinâmica da economia. Muitas delas se articulam configurando novos arranjos espaciais, com redobrada importância no plano econômico e social, e também redobrada complexidade quanto ao compartilhamento de uma gestão voltada à inclusão social e municipal. É o caso dos grandes complexos urbanos, como o que articula num processo único as regiões de São Paulo, Campinas e da Baixada-Santista, além de outras aglomerações urbanas vizinhas.

As leis estaduais que vêm instituindo tais unidades mantêm em seu escopo orientações mínimas para organização do sistema de gestão e, em alguns casos, além da área metropolitana, identifica áreas de expansão – como nas legislações do Estado de Santa Catarina, denominada “área de expansão metropolitana”; nas do Estado de Minas Gerais, “colar metropolitano”; e na do Estado de Goiás/Distrito Federal, “região de desenvolvimento integrado”- RIDE/DF.

Em 2003, o Brasil registra 26 unidades metropolitanas oficialmente instituídas², com a possibilidade da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE)³ do Distrito Federal somar-se a este conjunto, pelo porte metropolitano da cidade principal.

Em geral, as unidades metropolitanas estão concentradas nas regiões Sul (Santa Catarina, com seis unidades; Paraná, com três; e Rio Grande do Sul, com uma RM) e Sudeste (São Paulo e Minas Gerais possuem, respectivamente, três e duas unidades;

2 Esse cálculo considera uma única unidade a RM e sua respectiva área de expansão, colar metropolitano ou região de desenvolvimento integrado. Não inclui a RM de Aracaju que, embora criada em 1995, ainda não havia obtido a ratificação da adesão dos municípios por parte das Câmaras de Vereadores, conforme exige seu artigo 5º, e a RM de Manaus, constituída em 2006.

3 As RIDEs estão previstas nos artigos, inciso IX, e, inciso IV da Constituição Federal. Sua institucionalização compete à União por envolver municípios de mais de uma unidade federativa.

Rio de Janeiro e Espírito Santo possuem uma unidade cada um). No Nordeste, o Ceará, Pernambuco e Bahia já possuíam, cada qual, sua unidade metropolitana; e foram institucionalizadas, por leis estaduais, novas unidades em Alagoas, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte, totalizando sete unidades na Região. No Norte, apenas Belém manteve a unidade já existente; e no Centro-Oeste foi institucionalizada a RM de Goiânia. Nessa Região, a RIDE do Distrito Federal, criada em 1998, incorpora, além do Distrito Federal, municípios dos Estados de Goiás e de Minas Gerais⁴.

As diferentes legislações criaram unidades regionais bastante distintas, dificultando a comparação entre elas. Como permanecem ausentes projetos estaduais de regionalização, e diante da inexistência de critérios definidos pela Constituição Federal ou por normas específicas que traduzam conceitualmente as novas categorias espaciais a serem instituídas pelos estados e instruem demarcações e classificações regionais, a maior autonomia adquirida para promover a regionalização, inevitavelmente, vem induzindo distorções no âmbito da hierarquização dessas categorias.

Embora todas as unidades apresentem um padrão de ocupação que se particulariza por transcender limites político-administrativos municipais, descrevendo manchas contínuas assentadas sobre municípios autônomos, sua delimitação não expressa contornos conexos ao fato urbano das espacialidades de aglomeração sobre as quais incidem, sequer confere aderência à precisão conceitual que identificaria a unidade metropolitana, a partir do padrão funcional, diante das demais categorias disponíveis para classificação das unidades regionais⁵.

Nota-se, assim, uma lacuna acerca das relações metropolitanas de forma que a ação integrada por entes federativos no espaço metropolitano demanda um marco legal nacional que articule esta ação regulando a inter-relação entre os municípios integrantes dessas regiões, e suas relações com os governos estadual e federal.

4 Outras RIDEs localizam-se nos Estados de Pernambuco/Bahia (Petrolina/Juazeiro) e de Piauí/Maranhão (Teresina/Timon).

5 O Estado do Rio Grande do Sul foi o que demonstrou melhor compreensão conceitual, mantendo como metropolitana apenas a unidade regional polarizada por Porto Alegre e instituindo duas aglomerações urbanas, a de Caxias do Sul e a de Pelotas.

Classificação e Tipologias

Os estudos que resultaram nesta Série voltaram-se para identificar entre as regiões metropolitanas institucionalizadas e outros grandes espaços urbanos, aqueles que efetivamente se constituem como “metropolitanos”, classificando, tipificando e indicando, nesses espaços, a área específica onde ocorre o fenômeno metropolitano; isto é, está voltado à identificação e caracterização dos espaços metropolitanos brasileiros, em sua dimensão sócio-territorial e em seu desempenho institucional, tendo como objetivos:

- a) Organizar uma base de indicadores para a classificação e identificação dos espaços metropolitanos brasileiros, considerando-os como unidades territoriais particulares, devido às funções de maior complexidade por eles exercidas na rede urbana nacional. Tal identificação foi possível a partir da análise de indicadores econômicos, sociais e territoriais representativos do fenômeno metropolitano, e possibilitou dirimir dúvidas quanto ao uso adequado dos conceitos de “metrópole” e de “região metropolitana”, muitas vezes empregada de forma não pertinente ao espaço institucionalizado.
- b) Desenvolver uma tipologia de espaços segundo a forma e o conteúdo, ordenados em uma escala de acordo com o grau de importância na rede urbana brasileira. A análise incidiu sobre os pontos focais dessa rede: metrópoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e capitais de estados que não conformem aglomerações.
- c) Identificar os territórios socialmente vulneráveis no interior das áreas metropolitanas e seu diagnóstico, a partir da análise do ponto de vista das dimensões fundamentais da vida social daqueles espaços onde se concentram os segmentos da população que vivem em situação de acúmulo de privações, inclusive quanto à degradação ambiental e às dificuldades técnicas de conexão às redes de infraestrutura e serviços públicos.
- d) Analisar as condições institucionais e fiscais das unidades municipais que compõem as áreas onde se expressa o fenômeno metropolitano, de modo a avaliar sua capacidade de responder à implementação de políticas de desenvolvimento urbano.

Buscando atingir estes objetivos foram construídos dois produtos. O primeiro contemplou a classificação e demarcação espacial da intensidade do fenômeno da metropolização, com base nos seguintes procedimentos:

- I) Classificação dos grandes espaços urbanos brasileiros para a identificação das metrópoles e respectivas aglomerações metropolitanas, tendo como universo de análise as metrópoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e as capitais de estados que não conformam aglomerações.
- II) Identificação das unidades de caráter metropolitano e não-metropolitano.
- III) Classificação dos municípios segundo o nível de integração na dinâmica de relações que se estabelece entre os municípios da aglomeração;
- IV) Elaboração de uma tipologia dos municípios dos espaços metropolitanos, segundo os indicadores sociais;
- V) Identificação e análise dos territórios socialmente vulneráveis das aglomerações metropolitanas.

O segundo produto desenvolveu uma avaliação do quadro institucional dos municípios e a identificação das ações de cooperação intermunicipal, assim como a análise do desempenho fiscal dos municípios que compõem os espaços metropolitanos.

Esses produtos possibilitaram uma análise sociourbana de doze espaços metropolitanos quanto às desigualdades sociais e urbanas na escala intrametropolitana (diagnóstico social e urbano do território segmentado em espaços, segundo a sua vulnerabilidade). Essas análises compõem a *Série Como Andam as Regiões Metropolitanas*, editado originalmente na *Coleção de Estudos e Pesquisas* do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, do Ministério das Cidades.

A Série Foi Organizada da Seguinte Forma:

O **Volume 1** – *Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos* - define uma hierarquia para os espaços urbanos, tendo como pressupostos a centralidade, medida por indicadores do grau de importância, complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial, e a natureza metropolitana, associada a níveis elevados de concentração de população e atividades, particularmente as de maior complexidade, e as relações que transcendem a região.

No **Volume 2**, apresenta-se o trabalho de pesquisa sobre *Tipologia das Cidades Brasileiras*, cujo objetivo foi o de identificar e classificar os municípios brasileiros. Os demais volumes específicos estão dispostos da seguinte forma:

Volume 3 – Como Anda São Paulo

Volume 4 – Como Anda Salvador

Volume 5 – Como Anda Fortaleza

Volume 6 – Como Andam Natal e Recife

Volume 7 – Como Andam Curitiba e Maringá

Volume 8 – Como Anda Porto Alegre

Volume 9 – Como Anda Rio de Janeiro

Volume 10 – Como Anda Belo Horizonte

Volume 11 – Como Andam Belém e Goiânia

Sumário

Belém

CAPÍTULO 1

1. Região Metropolitana de Belém	1
1.1. Caracterização Geral	1
1.2. Diagnóstico Sociourbano da Região Metropolitana	5
1.3. Demografia	26
1.4. Densidade	28
1.5. Estrutura Etária	30
1.6. Sexo	30
1.7. Migrações	34
1.8. Cor	34
1.9. Educação	38
1.10. Moradia	41
1.11. Mobilidade e Transporte	48
1.12. Incidência de Homicídios	54

CAPÍTULO 2

2. Desempenho Fiscal: a Estrutura das Receitas Municipais da Região Metropolitana de Belém – RMB	55
--	----

CAPÍTULO 3

3. Condições Institucionais de Cooperação entre os Municípios	61
Considerações Finais	65
Referências Bibliográficas	67

Goiânia

CAPÍTULO 1

1. Relatório de Pesquisa – Como Anda a Metrópole Goianiense _____	71
---	----

CAPÍTULO 2

2. Caracterização Geral da Região Metropolitana de Goiânia _____	79
2.1. Institucionalização e Configuração do Espaço Metropolitano _____	79
2.2. Vetores de Crescimento e Dinâmica da Economia _____	80

CAPÍTULO 3

3. Diagnóstico Sociourbano da Região Metropolitana _____	85
3.1. Ocupação, Renda e Diferenciação Socioespacial _____	87
3.2. Demografia _____	95
3.3. Educação _____	98
3.4. Moradia _____	105
3.5. Mobilidade e Transporte _____	110
3.6. Incidência de Homicídios _____	115

CAPÍTULO 4

4. Condições Institucionais de Cooperação entre os Municípios _____	123
4.1. Quadro Institucional da Gestão _____	123
4.2. Representação em Conselhos _____	124

CAPÍTULO 5

5. Desempenho Fiscal dos Municípios _____	127
5.1. Indicadores de Receita _____	128
5.2. Indicadores de Despesa _____	131
5.3. Indicadores de Investimento e de Endividamento _____	134
Considerações Finais _____	137
Referências Bibliográficas _____	139

Lista de Tabelas

Belém

TABELA 1 – RMB População Ocupada Segundo Sexo e Cor, 2000 _____	7
TABELA 2 – RMB Anos de Estudo de População Ocupada, 2000 _____	7
TABELA 3 – Número de Não-ocupados, RMB, 2000 _____	8
TABELA 4 – Famílias por Faixa de Renda Familiar Per Capita, RMB, 2000 _____	9
TABELA 5 – Participação Relativa de Cada Categoria na Composição dos Tipos Socioocupacionais (2000) _____	17
TABELA 6 – Densidades de Cada Categoria na Composição dos Tipos Socioocupacionais (2000) _____	18
TABELA 7 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Superior (2000) _____	20
TABELA 8 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Médio Superior (2000) _____	21
TABELA 9 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Médio (2000) _____	21
TABELA 10 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Médio Inferior (2000) _____	22
TABELA 11 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Operário (2000) _____	23
TABELA 12 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Popular Operário (2000) _____	23
TABELA 13 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Popular (2000) _____	24
TABELA 14 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Popular (2000) _____	25
TABELA 15 – População do Estado do Pará, da Região Metropolitana de Belém e do Município de Belém, 1950-2000 _____	26
TABELA 16 – População por Situação do Domicílio na RMB, 1991 e 2000. _____	27
TABELA 17 – População Residente, Área dos Municípios e Densidade Demográfica, RMB, 2000 _____	28

Goiânia

TABELA 18 – RMB: População Residente Total e Razão de Sexo por Faixas de Idade - 2000	31
TABELA 19 – Região Metropolitana de Belém: Imigrantes de Data Fixa por Origem, 2000	34
TABELA 20 – Região Metropolitana de Belém: População Residente e cor ou raça, 2000	35
TABELA 21 – RMB: Pessoas de 15 e Mais Anos de Idade que Não Sabem Ler e Escrever e Taxa de Analfabetismo, 2000	38
TABELA 22 – RMB: Pessoas de 7 a 14 anos de Idade que Frequentam Escola, 2000	39
TABELA 23 – RMB: Pessoas de 7 a 14 Anos que Frequentam Escola e Série Adequada, 2000.	39
TABELA 24 – Região Metropolitana de Belém: População Residente com 15 anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Local de Trabalho ou Estudo, 2000	48
TABELA 25 – RMB – Mobilidade Diária e Renda, 2000	51
TABELA 26 – RMB – Pessoas que não Viajam e Renda, 2000	52
TABELA 27 – RMB – Participação (%) das Viagens por Motivo e Renda, 2000	53
TABELA 28 – RMB – Participação (%) das Viagens por Modo Principal de Transporte e Renda, 2000	53
TABELA 29 – RMB: Homicídios Registrados e Taxa de Homicídios, 1998 - 2002	54
TABELA 30 – RMB, Receita Total, 2003	58
TABELA 30 – RMB, Receita Total, 2003	59
TABELA 1 – População Residente e Situação do Domicílio na Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e na Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG)	82
TABELA 2 – Tipologia Socioespacial Segundo as Categorias Socioocupacional. Região Metropolitana de Goiânia, 2000	92
TABELA 3 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento – 1991 e 2000	96
TABELA 4 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – Pessoas de 15 Anos e Mais que não Sabem Ler – 2000	99
TABELA 5 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Responsável pela Família sem Instrução ou com até Três Anos de Estudo – 2000	100
TABELA 6 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Pessoas de 7 a 14 Anos que Frequentam Escola e Série Adequada – 2000	101
TABELA 7 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Pessoas de 15 a 17 Anos que Frequentam Escola e Série Adequada – 2000	102
TABELA 8 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Pessoas de 18 a 25 Anos que	

Freqüentam Escola e Série Adequada – 2000 _____	103
TABELA 9 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – Pessoas de 18 Anos e Mais de Idade com 11 anos e mais de estudos – 2000 _____	104
TABELA 10 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Domicílios, Abastecimento Adequado de Água, Escoamento Sanitário Adequado, Coleta Adequada de Lixo e Percentuais de Ruas sem Pavimentação – 2000 _____	106
TABELA 11 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – Domicílios, Déficit Habitacional, sem Propriedades e Alugados – 2000 _____	107
TABELA 12 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Domicílios Particulares Permanentes com até 3 Cômodos – 2000 _____	109
TABELA 13 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Domicílios Segundo as Condições de Moradia – 2000 _____	110
TABELA 14 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia Segundo População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular – 2000 _____	113
TABELA 15 – Taxa de Vítimas de Homicídio nas Faixas Etárias por 100 mil _____	119
TABELA 16 – Taxa de Vítimas de Homicídio nas Faixas Etárias por 100 mil _____	119
TABELA 17 – Taxa de Vítimas de Homicídio nas Faixas Etárias por Mil _____	120
TABELA 18 – Taxa de Vítimas de Homicídio nas Faixas Etárias por 100 mil _____	121
TABELA 19 – Taxa de Vítimas de Homicídios por 100 mil Habitantes _____	121
TABELA 20 – Região Metropolitana – Níveis de Aplicação de Instrumentos de Gestão Urbana _____	126
TABELA 21 – Indicadores Financeiros da Região Metropolitana de Goiânia – 2002 _____	129
TABELA 22 – Indicadores Financeiros da Região Metropolitana de Goiânia – 2003 _____	129
TABELA 23 – Indicadores Financeiros da Região Metropolitana de Goiânia – 2002 _____	132
TABELA 24 – Indicadores Financeiros da Região Metropolitana de Goiânia – 2003 _____	133
TABELA 25 – Indicadores Financeiros da Região Metropolitana de Goiânia – 2002 _____	135
TABELA 26 – Indicadores Financeiros da Região Metropolitana de Goiânia – 2003 _____	135

Lista de Mapas

Goiânia

MAPA 1 – AED's Região Metropolitana de Goiânia _____	86
---	----

MAPA 2 – Taxa de Desocupados. Região Metropolitana de Goiânia. AED's – Municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)	88
MAPA 3 – Tipologia Socioespacial. Região Metropolitana de Goiânia. AEDs – Municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)	91
MAPA 4 – Percentual de Famílias com Renda Per Capita de até 1/2 Salário-Mínimo AEDs – Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)	94
MAPA 5 – Percentual de Imigrantes de fora da Região Metropolitana. Região Metropolitana de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)	97
MAPA 6 – Analfabetismo Funcional: Pessoas de 15 anos e Mais com até 3 anos de Estudo. Região Metropolitana de Goiânia. AEDs – Municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)	99
MAPA 7 – Percentual de Domicílios em Terrenos Não Próprios. AEDs – Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)	108
MAPA 8 – Pessoas de 15 anos e Mais Idade que Trabalham ou Estudam Fora do Município de Residência. Região Metropolitana de Goiânia. AEDs – Municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)	111

Lista de Quadros

Belém

QUADRO 2 – Indicadores para Identificação do Nível de Integração na Dinâmica da Aglomeração dos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros – Região Metropolitana de Goiânia e Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia	73
QUADRO 3 – Indicadores para Identificação da Condição Social dos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros – Região Metropolitana de Goiânia e Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – 2000	74
QUADRO 4 – Percentual dos Indicadores de Pobreza, Domicílios Carentes e Domicílios Deficientes	76

Conjuntura Urbana *11*

Como Anda **Belém**

ORGANIZADOR
José Júlio Ferreira Lima





Capítulo 1

Ana Claudia Duarte Cardoso, José Júlio Ferreira Lima,
Lucinda Assis, Sandra Helena Cruz e Simaia Mercês

1. Região Metropolitana de Belém

1.1. Caracterização Geral

A Região Metropolitana de Belém (RMB) foi instituída pelo Governo Federal em 1973, composta pelos municípios de Belém e de Ananindeua (BRASIL, 1973). Essa região foi ampliada em 1995 pelo Governo do Estado do Pará, com a inclusão de Marituba e de Benevides (PARÁ, 1995), envolvendo a área de 1.827,7 km². Em 1996, com a criação do município de Santa Bárbara do Pará, a partir de desmembramento de Benevides, a RMB assume sua atual composição em cinco municípios (Figura 1).

O sítio físico da RMB é constituído por uma porção continental e um conjunto insular composto por mais de 40 ilhas. Caracteriza-se por relevo uniforme, pouco acidentado, tendo o rio Guamá, ramificação do rio Pará e baía de Guajará, na altura do município de Belém, como a principal formação fluvial, complementada por uma série de pequenos furos, igarapés e paranás que, no interior das áreas urbanas, têm sido transformados em canais de drenagem. O regime de marés diárias e de equinócio inunda de forma periódica o terreno. O alto índice pluviométrico (em torno de 2.800 mm/ano) também contribui para alta umidade na região, principalmente no período de dezembro a março. O ecossistema amazônico original dota a RMB de áreas de floresta tropical úmida, alterada em função do desmatamento acelerado nos cinco municípios. Algumas manchas de vegetação intacta ainda estão presentes nos municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará e em algumas ilhas dos municípios de Belém e Ananindeua.

A área metropolitana é composta pela porção continental e por cerca de 50 ilhas. A área mais densamente ocupada representa a conurbação iniciada na década de 1970, que

no final da década de 1980 evoluiu na direção dos municípios de Marituba e Benevides, incorporando suas áreas urbanas. O crescimento em direção a Santa Bárbara do Pará só ocorre nos anos 90 e ainda hoje é marcado pelo caráter rural da ocupação, sem, no entanto, deixar de depender dos municípios de Belém e Ananindeua para acesso a empregos e serviços públicos.

A seqüência de redefinições de limites municipais que compõem a RMB é por si um indício do processo político e econômico que envolve a formação de novas municipalidades no Brasil e na Região Norte. Particularmente na Amazônia, a formação de novos municípios tem sido utilizada como estratégia política em um território marcado por baixa densidade populacional. O aumento da máquina administrativa passa a funcionar como alternativas para o estado central na condução de políticas e de diminuir a distância com os novos grupos sociais que se organizam devido aos fluxos migratórios constantes de outras regiões. Com a instalação de novas municipalidades o Estado passa a estar mais presente na região, mesmo que signifique a oportunidade para lideranças políticas destituídas de responsabilidade emergirem ao cenário político local.

Belém tem tradicionalmente concentrado empregos e serviços, e funcionado como pólo atrator tanto na Região Metropolitana, inicialmente composta pelos municípios de Belém e Ananindeua, como na sua composição atual, ocasionando aumento populacional significativo nos municípios mais próximos do pólo. A oferta de serviços de saúde, educação e a economia baseada na prestação de serviços constituídos para o funcionamento de projetos econômicos no restante do Estado são os principais diferenciais de Belém em relação aos demais municípios da RMB e do Estado do Pará.

FIGURA 1 – Imagem de Satélite da RMB, 1998



Fonte: UFPA/NAEA – IBGE – IPPUR/UF RJ – PMB/CODEM

Elaboração: Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DAU/UFPA - 2005

Somente o município de Belém, principal município, tem tido uma taxa de crescimento da população relativamente baixa quando comparada com taxas de crescimento absoluto no restante das outras cidades médias da região. Já a Região Metropolitana de Belém cresceu 3,69% anualmente entre 1970 e 1991, a menor taxa entre as 15 municipalidades

mais populosas da Amazônia. Essa taxa foi quase a metade da taxa de crescimento de população em Manaus, 6,17%, o que desbancou a supremacia de Belém em relação à Manaus (IBGE, 1991).

A posição relativa da RMB no cenário amazônico tem sido de perda de importância. Em que pese à região ser marcada por concentração de atividades econômicas de importância regional e funções públicas, irradiadoras de fluxos e intercâmbios com toda a região amazônica, as transformações na economia – que não mais dependente de uma única base urbana, têm causado modificações na rede de cidades, e causado alterações na supremacia regional de Belém. A função de entreposto comercial para a comercialização de recursos naturais abundantes da Amazônia, antes garantida pelo potencial de acessibilidade fluvial foi modificada pela introdução das rodovias, reduzindo a importância da área metropolitana. A escala local da economia na região norte do Brasil tem trazido revezes para o desenvolvimento de Belém. Os projetos econômicos de exportação da província mineral localizada no sul do Estado do Pará não trouxeram benefícios diretos para a capital Belém. A maioria das oportunidades de empregos criadas pelos projetos de mineração localiza-se no sul do Estado, longe da capital, e esses novos postos de trabalho têm sido ocupados por migrantes de outros Estados, em todos os escalões. No final dos anos 90, a economia da RMB limitava-se quase inteiramente às atividades do setor terciário, decorrentes do aparato administrativo estatal localizado na cidade e dos escritórios de negócios. Verifica-se a perda de importância de Belém como maior cidade da região, em favor de Manaus, e a constituição de um sistema composto de várias cidades menores, articuladas por novas formas de acessibilidade – rodoviária, aeroviária, e eventualmente ferroviária (Cardoso e Lima, 2006).

As sucessivas crises econômicas dos anos 80 também contribuíram para uma crescente fragilização da base econômica da RMB. Taxas de crescimento do PIB inferiores à taxa de crescimento demográfico, baixos níveis salariais, elevados níveis de desemprego e subemprego, além de concentração de renda e desassistência social e educativa favoreceram uma estruturação urbana marcada pela existência de um centro urbano adensado, ocupado pelas populações de faixa de renda média e alta, em contraste com uma periferia dispersa habitada por população empobrecida e sem alternativas habitacionais.

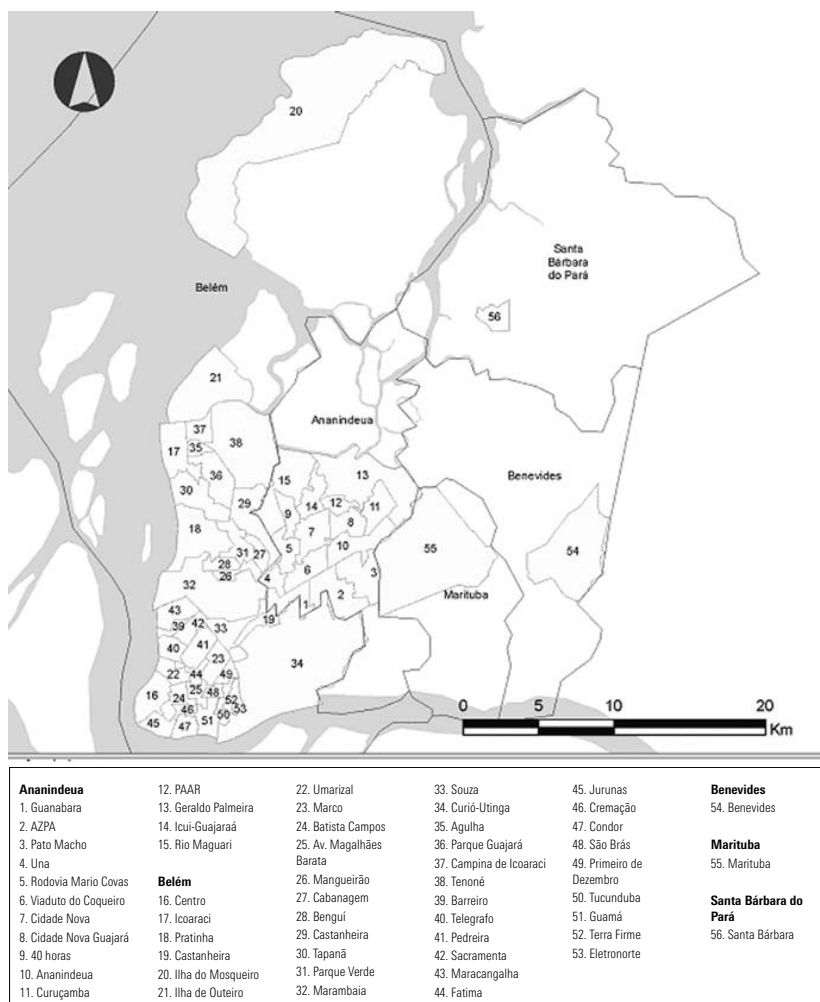
Um panorama geral dos municípios constituintes da RMB mostra uma alta concentração de população em Belém, crescentemente localizada na direção do vetor de

crescimento de Ananindeua e uma transformação de solo rural em urbano nos demais municípios, principalmente em Ananindeua e Benevides. A dinâmica de crescimento fez com que Ananindeua superasse em população o município de Santarém, cidade que anteriormente ocupava essa posição. Já no censo de 1991 os dois municípios apresentavam valores próximos da população total, Santarém possuía 241.538 habitantes em 1991 e 262.538 habitantes em 2000. Nesse período Ananindeua contabilizou 393.569 habitantes em 2000, como resultado da conurbação acentuada entre Belém e Ananindeua; a princípio abrigo população em assentamentos informais constituídos nos interstícios dos conjuntos habitacionais, e próximos às novas fontes de trabalho constituídas pelas empresas que instalaram-se ao longo da rodovia BR 316, única saída rodoviária de Belém em direção ao nordeste do Estado e em direção a Brasília. A instalação de empresas e de aglomerados habitacionais formais e informais em Ananindeua deve-se a subsídios oferecidos pelo município e aos controles de uso e ocupação do solo muito menos rígidos do que os praticados em Belém (IPEA, 2002).

1.2. Diagnóstico Sociourbano da Região Metropolitana

A tipologia que caracteriza os espaços geográficos da RMB em função da estrutura social encontrada em 2000, resultou da correlação entre as 25 categorias e as 56 AEDS - Áreas de Ponderação do Censo Demográfico de 2000, que englobam os territórios urbanos dos 5 municípios que compõem a referida região, Figura 2. Para a espacialização e análise dessas informações em mapas a um nível intrametropolitano, utilizou-se os dados censitários do IBGE de 2000. Na abrangência das informações censitárias fornecidas pelo IBGE quanto à cobertura dos dados na RMB, verifica-se a correspondência das áreas urbanas dos cinco municípios em detrimento da área rural no total do conjunto metropolitano. Assim, as análises aqui feitas dizem respeito em sua maior parte a Belém e Ananindeua, havendo prejuízos nas análises dos demais municípios. Procedeu-se a uma descrição dos vários tipos de acordo com os espaços das AEDs na RMB.

FIGURA 2 – AEDS da Região Metropolitana de Belém



Fonte: Elaborado a partir de dados IBGE, 2000.

1.2.1. Ocupação, Renda e Diferenciação Socioespacial

Na Região Metropolitana de Belém, os maiores percentuais de indivíduos com rendimento proveniente do trabalho principal, segundo os dados do censo de 2000, concentram-se nos municípios de Belém (33,01%) e Ananindeua (35,13%). Nos demais municípios a taxa de ocupação está por volta de 28% da população total e são compostos

em sua maioria por homens não-brancos. A análise dos ocupados quanto aos anos de estudo mostra que há mais ocupados entre os que possuem mais anos de estudo em Belém e Ananindeua, enquanto nos demais municípios há uma inversão, estando os mais ocupados entre os que possuem menos que 8 anos de estudo. Já o número de pessoas não-ocupadas, segundo dados do IBGE apresenta-se por volta de 65 % em Belém e em Ananindeua enquanto nos demais municípios aumenta para 71 % da população total (Tabela 1 e Figura 3).

TABELA 1 – RMB População Ocupada Segundo Sexo e Cor, 2000

Município	População Total	População ocupada Total	% da pop. Total	Sexo				Cor			
				Homens	%	Mulheres	%	Brancos	%	Não Brancos	%
Ananindeua	393.569	133.852	34,01	82.219	61,43	51.633	38,57	39.302	29,36	94.056	70,27
Belém	1.280.614	449.881	35,13	262.784	58,41	187.096	41,59	140.459	31,22	306.662	68,17
Benevides	35546	10.002	28,14	6.899	68,98	3.103	31,02	2.652	26,52	7.332	73,30
Marituba	74.429	20.939	28,13	14.001	66,86	6.938	33,14	4.887	23,34	15.966	76,25
Santa Bárbara do Pará	11.378	3.215	28,25	2.261	70,32	954	29,68	675	21,00	2.534	78,83
Total	1.795.536	617.889	34,41	368.164	59,58	249.725	40,42	187.975	30,42	426.549	69,03

Fonte: Censo demográfico IBGE (2000).

TABELA 2 – RMB Anos de Estudo de População Ocupada, 2000

Município	Anos de estudo			
	Menos de 8 anos de estudo	%	8 e mais anos de estudo	%
Ananindeua	58.440	43,66	74.510	55,67
Belém	174.988	38,90	272.143	60,49
Benevides	5.960	59,58	3.955	39,54
Marituba	12.543	59,90	8.299	39,63
Santa Bárbara do Pará	2.060	64,09	1.136	35,35
Total	253.990	41,11	360.043	58,27

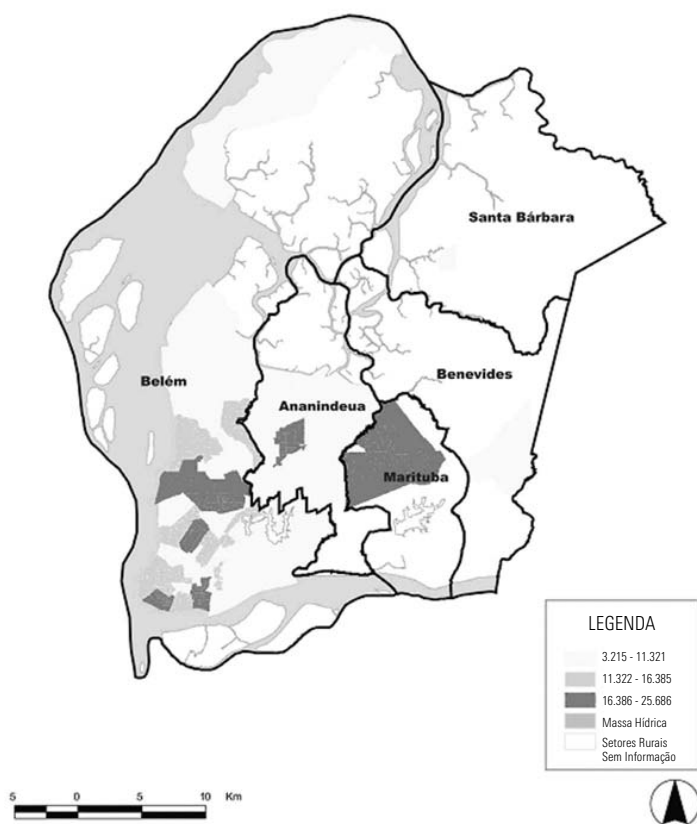
Fonte: Censo demográfico IBGE (2000).

TABELA 3 – Número de Não-ocupados, RMB, 2000

Município	População total	Total	Desocupados	% Desocupados
Ananindeua	393.569	133.852	259.717	65,99
Belém	1.280.614	449.881	830.733	64,87
Benevides	35.546	10.002	25.544	71,86
Marituba	74.429	20.939	53.490	71,87
Santa Bárbara do Pará	11.378	3.215	8.163	71,75
Total	1.795.536	617.889	1.177.647	65,59

Fonte: Censo demográfico IBGE (2000).

FIGURA 3 – Pessoas Ocupadas com Rendimento no Trabalho Principal, 2000



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ/UFP/FASE, 2005
 Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita.

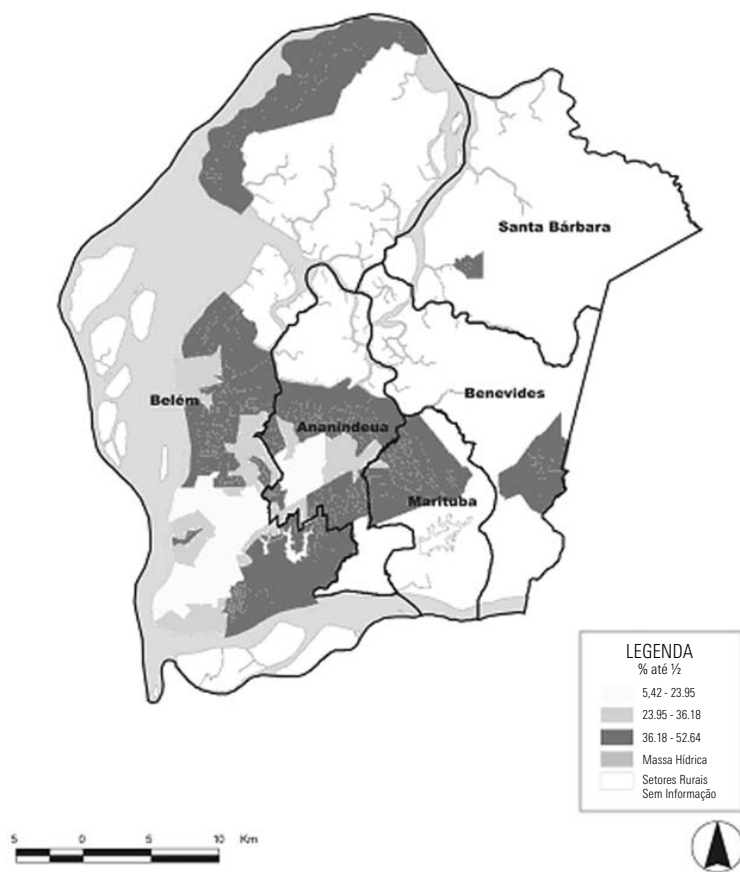
De acordo com o censo do IBGE (2000), 31,91 % da renda per capita das famílias da RMB percebe até ½ salário mínimo. A quantidade de famílias com renda per capita na faixa entre ½ e 1 salário corresponde a 24,39%, entre 1 e 3 salários, 28,53% e acima de 3 salários mínimos 15,17%. O maior número de famílias com renda per capita até ½ salário mínimo se concentra no município pólo Belém, assim como acima de 3 salários mínimos (Tabela 4 e Figura 4).

TABELA 4 – Famílias por Faixa de Renda Familiar Per Capita, RMB, 2000

Município	Número de famílias por faixas de renda familiar per capita (salário mínimo)				
	Total	até 1/2	mais de 1/2 a 1	mais de 1 a 3	acima de 3
Ananindeua	106.389	36.275	28.343	31.615	10.156
Belém	353.473	105.829	82.777	101.966	62.902
Benevides	9.143	4.269	2.503	1.881	490
Marituba	19.376	8.887	5.456	4.163	870
Santa Bárbara do Pará	2.863	1.507	728	505	123
Total	491.245	156.767	119.807	140.130	74.541

Fonte: Censo demográfico IBGE (2000).

FIGURA 4 – Rendimento Médio no Trabalho Principal até ½ Salário Mínimo



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ/UFPA/FASE, 2005
Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita

A partir dessa correlação foi efetuada uma análise da distribuição dessas categorias no território da RMB, ou seja, uma análise da ocorrência de percentuais de representantes das 25 categorias nos diferentes tipos de cada área classificada como socioocupacional para RMB. Nas tabelas (e) identifica-se a densidade de cada categoria nos vários tipos classificados. A presença de categorias superiores e médias no tipo classificado como superior há uma representatividade marcante. Já nos tipos médios e inferiores a composição relativa de categorias é feita de maneira praticamente uniforme, ou seja, não há polarizações marcantes.

O espaço *tipo superior* reúne cinco AEDS que envolve os bairros mais infra-estruturados e com maior concentração de bens, serviços e ofertas de emprego da RMB. Caracterizam-se, também, por concentrar a grande maioria das elites da região, predominando na escala de participação relativa das categorias nos tipos socioocupacionais os grandes empregadores, dirigentes do setor público e privado, pequenos empregadores, ocupações artísticas e profissionais de nível superior, sejam autônomos, empregados, estatutários e professores, bem como ocupações técnicas de escritório e de supervisão. Essas categorias ocupacionais representam cerca de 62,45 da população total ocupada dessas AEDS.

A categoria ocupacional que apresentou maior densidade no tipo superior foram os grandes empregadores com cerca de 5,43 acompanhados pelos profissionais autônomos de nível superior (4,47) e os empregados também de nível superior (4,23). A densidade mais baixa está representada pelos agricultores com 0,24.

A análise permitiu, então, identificar que na RMB a composição do grupo de maior prestígio social (tipo superior) é formada por um percentual representativo de profissionais liberais, e não de uma elite dirigente como ocorre em outras regiões metropolitanas brasileiras. Nessas regiões as categorias mais altas na escala social possuem um elevado número de indivíduos do setor dirigente, o que confirma a localização de grandes empregadores, dirigentes do setor público e privado.

Contudo, outras ocupações se destacam nessa tipologia ocupacional, apesar de não representarem os maiores índices na escala de participação inerentes à composição dos tipos. É o caso das ocupações médias de saúde e educação, ocupações de segurança pública, justiça e correio e prestadores de serviços especializados, perfazendo cerca de 11,46% das ocupações neste tipo.

A análise mostra, ainda, que os responsáveis pela menor participação relativa na composição dos tipos socioocupacionais são as categorias representadas pelos prestadores de serviços não especializados, os trabalhadores da indústria moderna, trabalhadores da indústria tradicional, operários dos serviços auxiliares, operários da construção civil, biscateiros e agricultores, todos representam cerca de 9,06% do geral dos ocupados. É interessante observar que trabalhadores do comércio também estão representados pela sua menor participação relativa na composição dos tipos, porém com uma percentagem relativamente alta em relação às outras categorias existentes neste tipo, alcançando cerca

de 8,14%, acompanhados de perto pelos trabalhadores domésticos que também possuem um percentual de 8,89% dos ocupados do tipo médio superior.

O tipo socioocupacional *médio superior*, que se distribui em oito AEDS, apenas uma categoria ocupacional apresenta maior representatividade na escala de participação relativa nos tipos, trata-se das ocupações que envolvem a segurança pública, justiça e correios, as quais representam 3,75% das ocupações. Seguidas de perto pelas ocupações que representam a segunda maior participação relativa na composição dos tipos Socioocupacionais, que são: os grandes empregadores, dirigentes do setor público e privado, pequenos empregadores, profissionais de nível superior sejam: empregados, estatutários e professores, bem como ocupações de supervisão, todos representando um percentual da ordem de 15,02% das ocupações. Os trabalhadores da indústria tradicional e os agricultores são os que apresentam as menores participações na escala relativa das composições dos tipos com cerca de 4,30%. Entre as maiores e menores participações relativas, encontramos os profissionais de ocupações artísticas, os profissionais autônomos de nível superior, as ocupações técnicas, ocupações médias de saúde e educação, os prestadores de serviços não especializados, os trabalhadores da indústria moderna, operários dos serviços auxiliares, da construção civil e biscateiros, num total de 35,10%. Fora da escala de participação relativa, destacam-se, ainda, pelas altas porcentagens neste tipo Socioocupacional as ocupações de escritório, os trabalhadores do comércio, os prestadores de serviços especializados e os trabalhadores domésticos, chegando a cerca de 41,82% do total das ocupações.

A categoria ocupacional de maior densidade no tipo médio superior diz respeito aos profissionais estatutários de nível superior com aproximadamente 1,81%, seguida de perto pelos dirigentes do setor público (1,67) e privado (1,46). Já a menor densidade, como no tipo superior, ainda é a dos agricultores com 0,32.

O tipo socioocupacional *médio* está distribuído em sete áreas homogêneas (AEDS), nas quais as categorias de maior representatividade na escala de participação relativa da composição dos tipos socioocupacionais correspondem às ocupações médias de saúde e educação, perfazendo 5,77% do total. De fato, é no tipo médio que estas categorias alcançam seus maiores índices em relação aos oito tipos definidos, seguidas das ocupações artísticas, técnicas e de segurança pública, justiça e correios, totalizando 11,33. Somado, ainda, as ocupações de escritório que alcançam 10,67.

Entre as menores participações na composição dos tipos, encontramos os operários da construção civil e os trabalhadores domésticos, ambos perfazendo um total de 12,86. Esta última categoria apresenta um elevado percentual no tipo médio (7,78%), apesar de ser um dos menores de sua categoria na escala de participação relativa nos tipos.

Outras categorias também se destacam, não pela citada escala relativa de participação, mas pelas suas elevadas percentagens em relação ao total das categorias existentes no tipo médio. Trata-se dos trabalhadores do comércio e dos prestadores de serviços especializados, os quais perfazem um total de 25,09% das ocupações.

No tipo médio encontramos uma representação maior de agricultores, cerca de 0,51% e de biscateiros (4,87%), do que grandes empregadores (0,25%) ou de dirigentes do setor público (0,28%) e privado (0,59%).

As ocupações técnicas representam 6,30 das ocupações, contribuindo com a maior densidade neste tipo, ou seja, 1,37, seguida de perto pelas ocupações de escritório (1,35), ocupações médias de saúde e educação (1,34), ocupações de segurança pública, justiça e correios (1,32) e professores de nível superior (1,29). As menores densidades de categorias no tipo médio ficam com os biscateiros (0,35) e com os grandes empregadores (0,65).

O tipo socioocupacional *médio inferior*, espacialmente, agrega três áreas homogêneas (AEDS), nas quais os trabalhadores da indústria moderna, da indústria tradicional e os operários dos serviços auxiliares representam os maiores índices na escala de participação relativa da composição dos tipos Socioocupacionais, ou seja, é no tipo médio superior que tais categorias são encontradas em maior destaque, com cerca de 6%, 43%, 6%, 70% e 7,84% respectivamente. Índices que se devem, entre outras coisas, à implantação do Distrito Industrial de Icoaraci na década de 80. Esses índices são logo seguidos por 1,47 dos profissionais autônomos de nível superior, 5,04 das ocupações médias de saúde e educação e 2,67 dos agricultores. A maior densidade de categorias apresentada neste tipo Socioocupacional, também corresponde aos trabalhadores da indústria moderna com 2,05, seguidos dos agricultores (1,81), dos operários dos serviços auxiliares (1,67) e dos trabalhadores da indústria tradicional (1,47). Já as menores densidades ficaram por conta dos grandes empregadores (0,44), bem inferior a dos agricultores que médio cerca de 1,81.

Os trabalhadores domésticos, seguidos dos biscateiros e prestadores de serviços não especializados, representam os menores números na escala de participação, com um

total de 15,70 das ocupações. Outras categorias se destacam pelos percentuais elevados de ocupações existentes no tipo médio inferior: São as ocupações de escritório, os trabalhadores do comércio, os prestadores de serviços especializados e os operários da construção civil, perfazendo um total de 38,68% do percentual das ocupações. Ainda, no tipo médio inferior, os biscateiros e agricultores somam cerca de 7,32% das ocupações. Índice muito maior do que os 0,56% representados pelos grandes empregadores e dirigentes do setor público e privado e os 0,37% representados pelos profissionais estatutários de nível superior.

Já o tipo socioocupacional *operário* reúne um total de 15 áreas homogêneas ou AEDS, onde os trabalhadores do comércio e os prestadores de serviços especializados são encontrados em maior número, ou seja, destacando-se na escala de participação relativa das categorias na composição dos tipos Socioocupacionais, com cerca de 15,35 e 11,71 cada um. Essas categorias ocupacionais, juntamente com os prestadores de serviços não especializados, também apresentam as maiores densidades no tipo operário, ou seja, 1,17, 1,11 e 1,16 respectivamente.

A categoria dos grandes empregadores e dirigentes dos setores público e privado, juntamente com os profissionais autônomos de nível superior, apresentam as menores representações na escala de participação relativa das categorias, alcançando apenas 1,09. Índice um pouco maior que o alcançado pelos agricultores que foi de 0,77 das ocupações. A densidade apresentada pela categoria dos grandes empregadores também é a menor deste tipo, cerca de 0,39, inferior a dos agricultores (0,52) e biscateiros (1,16).

Outras categorias também se destacam pelos altos percentuais que apresentam no tipo operário, apesar de não terem grande representatividade na referida escala de participação, são os trabalhadores domésticos com 10,97%, seguidos dos operários da construção civil (8,76%), das ocupações de escritório (7,21%) e dos biscateiros com (6,97%).

O tipo socioocupacional *popular operário* contém seis áreas homogêneas ou AEDS, nas quais a categoria que mais se destaca, em função da escala de participação relativa, diz respeito aos prestadores de serviços não especializados, os quais alcançam cerca de 6,28 das ocupações. Acompanhados de perto pelos trabalhadores da indústria moderna (4,37) e tradicional (5,61), bem como pelos operários dos serviços auxiliares (6,21), prestadores de serviços especializados (11,57) e os operários da construção civil (12,03). Essas duas últimas categorias somadas aos trabalhadores do comércio com (11,32%), aos trabalhadores domésticos (11,74%) e aos biscateiros (7,57%) são as categorias que

alcançaram os maiores percentuais de ocupação neste tipo Socioocupacional, apesar de não terem grande representatividade na escala de participação dos tipos. Já as categorias de menor representatividade na referida escala ficaram por conta dos grandes empregadores (0,08%) e dos dirigentes do setor público e privado, ambos com 0,34% das ocupações. Acompanhados das ocupações artísticas (0,85%) e das ocupações médias de saúde e educação (3,31%).

As maiores densidades ocupacionais estão representadas pelas categorias dos agricultores (1,58), fato que se deve principalmente à periferia de Ananindeua e ao município de Marituba, onde são encontradas diversas atividades ligadas ao cultivo da terra e gado. Essa categoria é seguida dos operários da construção civil (1,50) e pelos trabalhadores da indústria moderna (1,39). Quanto às menores densidades destacamos o percentual dos grandes empregadores (0,20) e os profissionais estatutários de nível superior com 0,23.

O tipo socioocupacional *popular* abrange sete AEDS, cujas categorias de maior participação na escala relativa dos tipos, diz respeito aos operários da construção civil com representatividade de 13,56 em relação a todos os tipos definidos. Logo após, destacam-se os trabalhadores do comércio (15,28), os trabalhadores domésticos (15,22) e os biscateiros com 7,70 das ocupações. Essas categorias também correspondem às maiores percentagens ocupacionais no tipo popular. Já as menores participações na escala relativa ficaram com os grandes empregadores e dirigentes do setor público e privado, com um total de 0,22 das ocupações, seguidos pelos dos pequenos empregadores, ocupações artísticas, profissionais de nível superior, sejam autônomos, empregados, estatutários e professores, ocupações de escritório, supervisão e técnica, ocupações médias de saúde e educação, bem como, ocupações de segurança pública justiça e correio, perfazendo um total de 16,35.

A densidade calculada mostra que os maiores índices ficam por conta dos operários da construção civil (1,69), seguidos pelos trabalhadores domésticos (1,42), biscateiros (1,28) e prestadores de serviços não especializados (1,25). As menores densidades foram apresentadas pelas categorias dos grandes empregadores (0,07), dirigentes do setor privado (0,18) e profissionais de nível superior estatutário e empregados com (0,19) cada.

São cinco as áreas homogêneas (AEDS) que representam o tipo *popular periférico*, nas quais, as categorias ocupacionais que se destacam na escala de participação relativa da composição dos tipos, referem-se aos trabalhadores domésticos (16,38), biscateiros

(8,37) e agricultores (9,08). As menores participações, na referida escala, correspondem aos grandes empregadores, aos dirigentes do setor privado, pequenos empregadores, ocupações artísticas, profissionais de nível superior, sejam autônomos, empregados, estatutários e professores, as ocupações de escritório, de supervisão e técnicas, bem como as ocupações de segurança pública, justiça e correio, trabalhadores do comércio, trabalhadores da indústria moderna e operários dos serviços auxiliares, todos somando um percentual de 32,71 das ocupações.

Já as ocupações de maior percentual no resultado específico do tipo popular periférico correspondem aos prestadores dos serviços especializados (11,54%), acompanhados dos operários da construção civil (11,02%) e dos trabalhadores do comércio (9,76%). As menores percentagens também ficam por conta dos grandes empregadores (0,08%) e dos profissionais estatutários de nível superior (0,08%),

As maiores densidades calculadas referem-se aos agricultores com 6,16, seguidos dos trabalhadores domésticos (1,53), dos operários da construção civil (1,49) e dos biscateiros com 1,40. As menores densidades estão representadas pelas categorias dos grandes empregadores (0,21) e dos profissionais estatutários de nível superior (0,20).

TABELA 5 – Participação Relativa de Cada Categoria na Composição dos Tipos Socioocupacionais (2000)

TIPO	Superior	Médio superior	Médio	Médio inferior	Operário	Popular operário	Popular	Popular periférico	Total geral
Grandes empregadores	2,08	0,51	0,25	0,17	0,15	0,08	0,03	0,08	0,38
Dirigentes do setor público	1,37	0,60	0,28	0,25	0,15	0,13	0,10	0,21	0,36
Dirigentes do setor privado	1,77	0,71	0,59	0,14	0,26	0,21	0,09	0,08	0,48
Pequenos empregadores	5,28	1,93	1,48	1,39	1,25	0,81	0,61	0,79	1,64
Ocupações artísticas e similares	1,57	1,32	1,34	0,90	1,18	0,85	0,99	0,69	1,16
Profissionais autônomos de nível superior	5,48	1,29	1,04	1,47	0,53	0,57	0,41	0,53	1,23
Profissionais empregados de nível superior	9,70	3,06	2,20	1,29	1,13	0,99	0,43	0,54	2,30
Profissionais estatutários de nível superior	4,66	2,14	1,12	0,37	0,51	0,27	0,22	0,23	1,19
Professores de nível superior	5,51	2,48	2,31	1,56	1,07	0,67	0,46	0,56	1,78
Ocupações de escritório	12,73	9,98	10,67	6,12	7,21	5,20	4,70	2,79	7,89
Ocupações de supervisão	5,63	3,59	3,14	2,64	2,33	2,25	1,48	1,68	2,85
Ocupações técnicas	6,66	5,74	6,30	3,77	4,22	3,23	2,69	2,44	4,61
Ocupações médias de saúde e educação	4,05	4,65	5,77	5,04	4,42	3,31	2,70	3,99	4,32
Ocupações de segurança pública, justiça e correios.	2,88	3,75	3,69	3,00	2,46	2,40	1,66	1,83	2,79
Trabalhadores do comércio	8,14	12,92	13,62	13,84	15,35	11,32	15,28	9,76	13,13
Prestadores de serviços especializados	4,53	9,42	11,47	11,47	11,71	11,57	11,01	11,54	10,51
Prestadores de serviços não especializados	1,41	4,12	4,29	4,09	5,52	6,28	5,90	4,81	4,74
Trabalhadores da indústria moderna	0,86	2,50	3,11	6,43	3,39	4,37	3,36	2,49	3,14
Trabalhadores da indústria tradicional	1,96	3,83	4,29	6,70	4,84	5,61	5,52	5,02	4,56
Operários dos serviços auxiliares	1,77	4,44	4,82	7,84	4,86	6,21	4,65	4,20	4,71
Operários da construção civil	0,88	6,07	5,08	7,25	8,76	12,03	13,56	11,92	8,03
Trabalhadores domésticos	8,89	9,39	7,78	6,96	10,97	11,74	15,22	16,38	10,74
Biscateiros	1,82	5,07	4,87	4,65	6,97	7,57	7,70	8,37	6,00
Agricultores	0,36	0,47	0,51	2,67	0,77	2,33	1,23	9,08	1,47
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

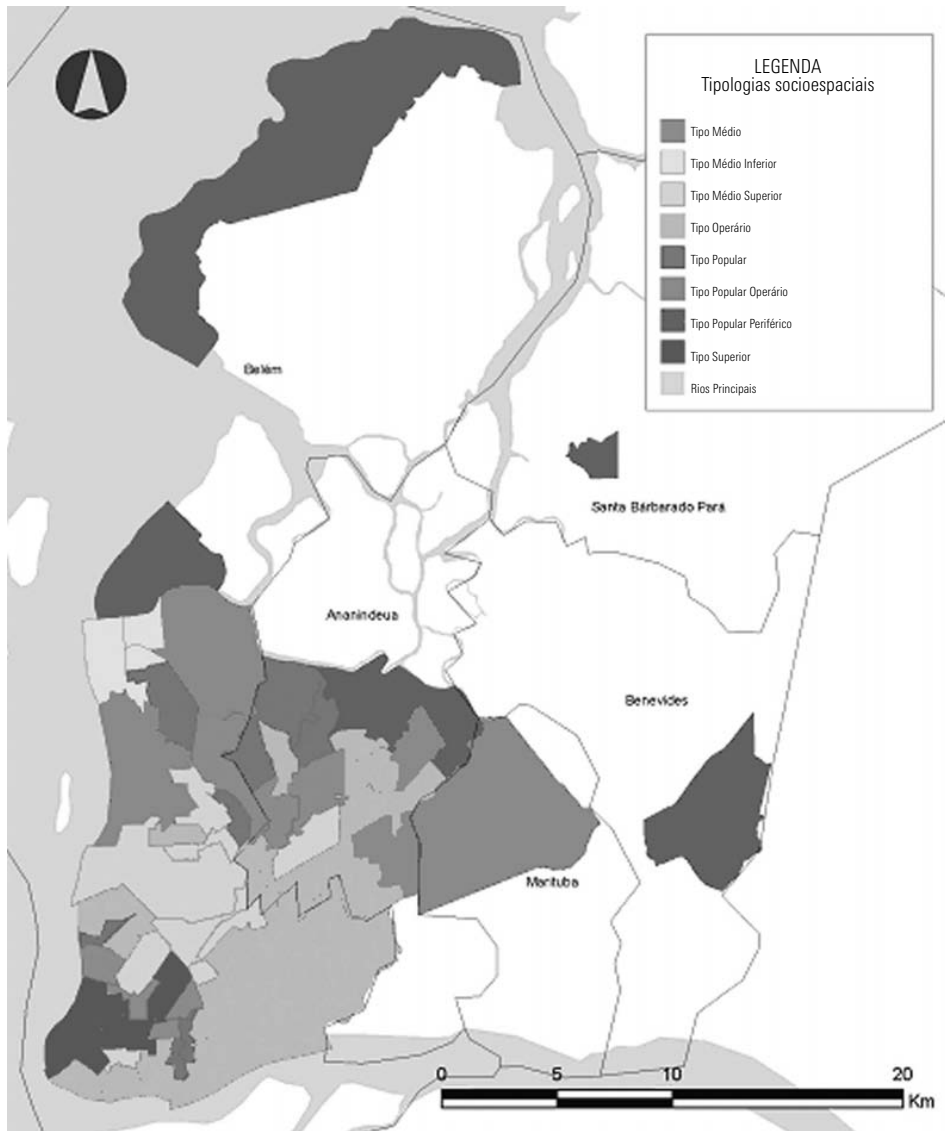
Elaboração: Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DAU (2006)

TABELA 6 – Densidades de Cada Categoria na Composição dos Tipos Socioocupacionais (2000)

TIPO	Superior	Médio superior	Médio	Médio inferior	Operário	Popular operário	Popular	Popular periférico	Total geral
Grandes empregadores	5,43	1,34	0,65	0,44	0,39	0,20	0,07	0,21	1,00
Dirigentes do setor público	3,80	1,67	0,76	0,69	0,42	0,36	0,29	0,58	1,00
Dirigentes do setor privado	3,65	1,46	1,21	0,29	0,53	0,43	0,18	0,16	1,00
Pequenos empregadores	3,22	1,18	0,90	0,85	0,76	0,49	0,37	0,48	1,00
Ocupações artísticas e similares	1,34	1,13	1,15	0,77	1,02	0,73	0,85	0,59	1,00
Profissionais autônomos de nível superior	4,47	1,05	0,85	1,20	0,43	0,46	0,33	0,44	1,00
Profissionais empregados de nível superior	4,23	1,33	0,96	0,56	0,49	0,43	0,19	0,23	1,00
Profissionais estatutários de nível superior	3,93	1,81	0,94	0,31	0,43	0,23	0,19	0,20	1,00
Professores de nível superior	3,09	1,39	1,29	0,87	0,60	0,37	0,26	0,31	1,00
Ocupações de escritório	1,61	1,27	1,35	0,78	0,91	0,66	0,60	0,35	1,00
Ocupações de supervisão	1,98	1,26	1,10	0,93	0,82	0,79	0,52	0,59	1,00
Ocupações técnicas	1,45	1,25	1,37	0,82	0,92	0,70	0,58	0,53	1,00
Ocupações médias de saúde e educação	0,94	1,08	1,34	1,17	1,02	0,77	0,63	0,92	1,00
Ocupações de segurança pública, justiça e correios	1,03	1,34	1,32	1,07	0,88	0,86	0,59	0,65	1,00
Trabalhadores do comércio	0,62	0,98	1,04	1,05	1,17	0,86	1,16	0,74	1,00
Prestadores de serviços especializados	0,43	0,90	1,09	1,09	1,11	1,10	1,05	1,10	1,00
Prestadores de serviços não especializados	0,30	0,87	0,91	0,86	1,16	1,32	1,25	1,01	1,00
Trabalhadores da indústria moderna	0,27	0,80	0,99	2,05	1,08	1,39	1,07	0,79	1,00
Trabalhadores da indústria tradicional	0,43	0,84	0,94	1,47	1,06	1,23	1,21	1,10	1,00
Operários dos serviços auxiliares	0,38	0,94	1,02	1,67	1,03	1,32	0,99	0,89	1,00
Operários da construção civil	0,11	0,76	0,63	0,90	1,09	1,50	1,69	1,49	1,00
Trabalhadores domésticos	0,83	0,87	0,72	0,65	1,02	1,09	1,42	1,53	1,00
Biscateiros	0,30	0,85	0,81	0,78	1,16	1,26	1,28	1,40	1,00
Agricultores	0,24	0,32	0,35	1,81	0,52	1,58	0,84	6,16	1,00
TOTAL	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Elaboração: Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DAU (2006)

FIGURA 5 – Tipologias Socioespaciais, RMB, 2000



Fonte: Elaborado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo DAU a partir de IBGE, 2000.

Partindo-se dos tipos superiores em direção aos inferiores. A tipologia Socioocupacional *superior* reúne um montante de cinco áreas homogêneas ou AEDS, compactamente agrupadas e integradas numa área localizada no centro consolidado da RMB, dentro da

1º légua patrimonial do município de Belém. Sua população alcança o patamar de 143.278 habitantes, ou seja, 8,0% da população da RMB. Envolve o bairro da Cidade Velha, Batista Campos, Nazaré, São Brás, Campina, Reduto, Umarizal e Marco.

TABELA 7 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Superior (2000)

Qda.	Tipo	Município	Nome da AED	População
05	Superior	Belém	Av. Magalhães Barata	15.490
		Belém	Centro	36.263
		Belém	Batista Campos	36.627
		Belém	Umarizal	23.762
		Belém	Marco	31.136
Total				143.278

Fonte: IBGE (2000)

O tipo socioocupacional *médio superior* apresenta-se num total de oito áreas homogêneas ou AEDS, relativamente fragmentadas no território metropolitano. Sendo que duas localizam-se no centro da RMB, junto às AEDS de tipologia *superior* e correspondem aos bairros da Cremação e Pedreira. Já outras cinco AEDS desenvolveram-se na área de transição da RMB, sendo responsáveis pela sua estruturação. Envolve os bairros da Marambaia, Val-de-Cans, Mangueirão, Parque Verde e porções do Souza, Curió-Utinga e Castanheira. Apenas uma se desenvolveu na área de expansão da RMB, envolvendo o entorno do viaduto do Coqueiro, situado próximo à sede do município de Ananindeua ao longo da BR-316. A população residente nessas AEDS alcança cerca de 301.811 habitantes, ou seja, 17% da população da RMB.

TABELA 8 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Médio Superior (2000)

Qda.	Tipo	Municípios	Nome da AED	População
08	Médio Superior	Ananindeua	Viaduto do Coqueiro	18.893
		Belém	Castanheira	33.731
		Belém	Mangueirão	31.271
		Belém	Parque Verde	27.136
		Belém	Marambaia	69.279
		Belém	Souza	19.599
		Belém	Pedreira	69.067
		Belém	Cremação	25.453
Total				301.811

Fonte: IBGE (2000)

O tipo socioocupacional médio está distribuído em sete áreas homogêneas (AEDS), sendo quatro localizadas de forma intercalada entre as AEDS do tipo *superior* e *médio superior* no centro consolidado da RMB, envolvendo os bairros do Telégrafo, Fátima, São Brás e porções do Marco, Umarizal, Canudos e Nazaré, situados antes da 1ª Léguas Patrimonial de Belém. Apenas uma AED desenvolveu-se a partir da área de transição, envolvendo o bairro do Coqueiro e Una, em direção a outras duas AEDS situadas na área de expansão da RMB, as quais englobam zonas centrais de Ananindeua. A população das AEDS do tipo médio alcança cerca 242.663 habitantes, ou seja, 13,50% da população da RMB.

TABELA 9 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Médio (2000)

Qda.	Tipo	Município	Nome das AEDS	População
07	Médio	Belém	São Brás	18.661
		Belém	Fátima	30.598
		Belém	Telégrafo	42.785
		Belém	1º de Dezembro	24.781
		Ananindeua	Cidade Nova	65.353
		Belém	Castanheira	41.113
		Ananindeua	Rod. Mario Covas	19.372
Total				242.663

Fonte: IBGE (2000)

O tipo socioocupacional médio inferior, espacialmente, agrega três áreas homogêneas (AEDS), dispostas de forma compacta e integrada, localizadas na zona de expansão da RMB, mais precisamente no distrito de Icoaraci, município de Belém. Envolve os bairros do Cruzeiro, Ponta Grossa, Paracuri, Agulha e Campina Grande. Apresenta uma população aproximada de 77.809 habitantes ou 4,32% da população da RMB.

TABELA 10 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Médio Inferior (2000)

Oda.	Tipo	Município	Nome das AEDS	População
03	Médio Inferior	Belém	Icoaraci	32.578
		Belém	Agulha	18.149
		Belém	Campina de Icoaraci	27.082
Total				77.809

Fonte: Censo demográfico IBGE (2000).

O tipo socioocupacional operário reúne um total de 15 áreas homogêneas ou AEDS, distribuídas de forma fragmentada no espaço da RMB, ou seja, seis dessas áreas se desenvolveram nos espaços urbanos de cotas topográficas baixas localizadas no centro consolidado da RMB, mais precisamente nos arredores das AEDS de *tipo superior, médio superior e tipo médio*. Envolve os bairros de Maracangalha, Miramar, Sacramento, Jurunas, Condor, Guamá, Canudos e parte da Terra Firme e Universitário. Outras duas AEDS localizam-se na área de transição da RMB, alcançando os bairros de Curió-utinga, Aurá, Águas Lindas, Guanabara, Una, Bengui e parte do bairro universitário. As outras sete AEDS restantes desenvolveram-se na área de expansão da RMB, englobando espaços urbanizados ao longo da BR-316 no município de Ananindeua, mais precisamente nos arredores do principal centro deste município. A população existente no total dessas AEDS corresponde a cerca de 493.049 habitantes, cerca de 27,46% da população da RMB.

TABELA 11 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Operário (2000)

Oda.	Tipo	Município	Nome das AEDS	População
15	Operário	Belém	Guamá	65.647
		Belém	Condor	42.038
		Belém	Jurunas	57.425
		Belém	Sacramenta	44.407
		Ananindeua	Guanabara	24.474
		Belém	Bengui	28.120
		Belém	Maracangalha	27.803
		Ananindeua	AZPA	24.061
		Ananindeua	Ananindeua	26.989
		Ananindeua	CN Guajará	26.308
		Belém	Eletronorte	26.174
		Ananindeua	PAAR	28.051
		Ananindeua	Una	29.195
		Ananindeua	40 horas	22.334
Belém	Curió-utinga	20.023		
Total				493.049

Fonte: Censo demográfico IBGE (2000).

O tipo socioocupacional popular operário contém seis áreas homogêneas (AEDS), sendo duas localizadas na área de transição da RMB, envolvendo os bairros da Pratinha, São Clemente, Tapanã e parte do Parque Verde. As outras quatro desenvolveram-se na área de expansão metropolitana, contendo os bairros do Maracacuera, Águas Negras e Tenoné, pertencentes ao distrito de Icoaraci, bem como em áreas periféricas do município de Ananindeua e em todo o município de Marituba. A população é da ordem de 231.961 habitantes, cerca de 12,91% da população metropolitana.

TABELA 12 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Popular Operário (2000)

Oda.	Tipo	Município	Nome das AEDS	População
06	Popular Operário	Ananindeua	Curuçamba	23.217
		Ananindeua	Pato Macho	21.397
		Belém	Tapanã	27.598
		Marituba	Marituba	74.429
		Belém	Tenoné	32.842
		Belém	Pratinha	52.478
Total				231.961

Fonte: Censo demográfico IBGE (2000).

O tipo socioocupacional popular abrange sete áreas homogêneas (AEDS), fragmentadas no território metropolitano. São três AEDS localizadas no centro consolidado da RMB, próximas à linha imaginária da 1ª légua patrimonial de Belém. Envolvem os bairros do Barreiro e porções do Guamá e Terra Firme. São “*ilbas*” que sobrevivem entre os tipos *superior*, *médio superior*, *médio* e *operário*. Uma AED desenvolveu-se na área de transição metropolitana, envolvendo o bairro da Cabanagem e as outras três na área de expansão da RMB, ou seja, no distrito de Icoaraci englobando os bairros do Parque Guajará e porção do Paracuri, e no município de Ananindeua envolvendo espaços urbanizados limítrofes com o município de Belém. Na área do tipo popular vive cerca de 187.745 habitantes ou 10,45% da população metropolitana.

TABELA 13 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Popular (2000)

Qda.	Tipo	Município	Nome das AEDS	População
07	Popular	Belém	Barreiro	24.446
		Belém	Tucunduba	33.828
		Belém	Terra Firme	37.017
		Belém	Cabanagem	29.013
		Ananindeua	Icuí-Guajará	19.499
		Belém	Parque Guajará	23.073
		Ananindeua	Rio Maguari	20.869
Total				187.745

Fonte: Censo demográfico IBGE (2000).

São cinco as áreas homogêneas (AEDS) que representam o tipo popular periférico, estando localizadas na área de expansão da RMB. Envolvem todo o município de Benevides e Santa Bárbara do Pará, a região norte de Ananindeua e os distritos de Mosqueiro e Caratateua. A área que contém o tipo popular periférico comporta uma população de 124.602 habitantes ou 7% da população metropolitana.

TABELA 14 – Dados Gerais do Tipo Socioocupacional Popular (2000)

Qda.	Tipo	Município	Nome das AEDS	População
05	Popular Periférico	Belém	Ilha de Mosqueiro	27.896
		Sta Bárbara	Sta Bárbara	11.378
		Benevides	Benevides	35.546
		Ananindeua	Geraldo Palmeira	23.557
		Belém	Ilha de Outeiro	26.225
Total				124.602

Fonte: Censo demográfico IBGE (2000).

Uma reflexão sobre a escala em que ocorrem os fenômenos de agregação e separação territorial dos grupos Socioocupacionais aponta para a existência de dois eixos segundo os quais podemos interpretar as escalas possíveis da configuração da divisão social do espaço, seriam dois grupos Socioocupacionais que representam as posições polares da estrutura social, as “*categorias superiores*” versus as “*camadas populares*”.

No conjunto da RMB, há uma equiparação das categorias que ocupam as áreas urbanas insulares do Município de Belém, principalmente nas ilhas de Mosqueiro e Caratateua, com aquelas existentes na zona rural dos demais municípios. É o caso das cinco AEDS que representam o tipo *popular periférico*, as quais envolvem os municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará e regiões ao norte de Ananindeua.

O *tipo operário*, assim classificado pela presença das categorias inerentes aos trabalhadores do comércio e prestadores de serviços especializados, concentra-se nos bairros de baixada da Primeira Léguas Patrimonial, no entorno do centro metropolitano, bem como, nos arredores do centro de Ananindeua, em direção aos lagos do Utinga, bairro universitário e todo o bairro do Bengui. A localização do Bengui é interessante porque representa uma “*ilha*” no meio de tipos médios superiores que se desenvolveram na área de transição da RMB, possivelmente denotando uma relação de dependência socioeconômica entre esses tipos. Essas áreas da cidade onde se localizam as AEDS operárias, não são tão valorizadas pelo mercado imobiliário, entre outras coisas, devido à carência de infra-estrutura, às limitadas condições de oferta de comércio e serviço e de equipamentos públicos, e baixo grau de agregação de investimentos nos seus espaços urbanos, fatos que favorecem o acesso dos pobres à moradia nessas áreas, sempre que pelo menos o acesso ao transporte público seja garantido.

O *tipo superior* predomina na zona central da RMB, ao reunir cinco grandes AEDS que envolvem os bairros da Cidade Velha, Batista Campos, Nazaré, São Brás, Campina, Reduto, Umarizal e Marco, ou seja, os bairros mais infra-estruturados e com maior concentração de bens, serviços e oferta de emprego da RMB. Caracterizam-se, também, por concentrar as categorias ocupacionais mais expressivas da elite da região, entre elas, acham-se os grandes empregadores, os dirigentes do setor público e privado e os profissionais de nível superior (autônomos, empregados, estatutários ou professores). Ao mesmo tempo o tipo médio superior é responsável pela estruturação da área de transição da RMB, principalmente os espaços que contêm as cinco AEDS que contêm os bairros da Marambaia, Val-de-Cans, Mangueirão, Parque Verde e porções do Souza, Curió-Utinga e Castanheira, seguidas de uma AED que corresponde ao Centro de Ananindeua (ao longo da BR 316). Ainda, contribuem para essa estruturação as três AEDS do tipo *médio* localizadas atrás do centro de Ananindeua, e que correspondem aos conjuntos habitacionais (principalmente às Cidades Novas), ao eixo da Rodovia Mário Covas e região de sítios (residências de fim de semana).

1.3. Demografia

A participação da população da RMB no total do Estado do Pará era de aproximadamente 28% em 1991 e 29% em 2000. A concentração de população do Estado na RMB mostra que esta manteve um peso significativo dentro do universo do Estado (Tabelas 3 e 4). A população do município de Belém representava 77% da população da RMB em 1991 e, com o aumento populacional, ocorrido principalmente no município de Ananindeua, essa proporção diminuiu para 71% em 2000.

TABELA 15 – População do Estado do Pará, da Região Metropolitana de Belém e do Município de Belém, 1950-2000

Ano	Município de Belém	Região Metropolitana de Belém	Estado do Pará	Proporção (%)		
				RMB / Pará	Belém / RMB	Belém / Pará
1970	633.374	669.768	2.197.072	30,48	94,57	28,83
1980	933.322	1.021.473	3.403.391	30,01	91,37	27,42
1991	1.244.689	1.401.305	4.950.066	28,31	77,43	21,92
2000	1.280.614	1.795.536	6.192.307	29,00	71,32	20,68

Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 a 2000.

Com relação à situação dos domicílios, Belém apresenta desde o censo de 1970 predomínio da população urbana, que cresce de 95% em 1970 para 99,4% em 2000. Ananindeua, que possuía uma população predominantemente rural até o censo de 1980, inverte esse quadro drasticamente entre 1980 e 1991, quando a população urbana atinge 84% do total e em 2000 a população urbana do município já é de 99%. O município de Benevides manteve o predomínio da população rural até a década de 1990: no censo de 1970 aquela representava 75% e no censo de 1991 chegou a 88% do total. Em 2000, porém, aparece uma inversão no quadro, com a população urbana chegando a 58% do total, o que se deve à criação do município de Marituba em 1994, que redefiniu limites e alterou população do município de Benevides, do qual foi desmembrado. Em 2000, Marituba já contava com população urbana correspondendo 87% da população total. Santa Bárbara do Pará, até o censo de 1991, mantinha grande parte de sua população rural, porém entre os censos de 1991 e 2000 a população urbana mostrou crescimento de 20% enquanto a população rural redução de 0,11%. Mesmo assim, em 2000 a população rural ainda correspondia a 75% da população total do município.

Observe-se que via de regra a população urbana da RMB é continental. A população rural dos municípios de Belém e Ananindeua concentra-se em suas ilhas. Em Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará a ocupação rural ocorre também no continente, que tem sido progressivamente tomado por assentamentos urbanos informais (invasões, loteamentos clandestinos).

TABELA 16 – População por Situação do Domicílio na RMB, 1991 e 2000

Municípios	População residente e situação do domicílio						Taxa de urbanização		Taxa geométrica de crescimento 2000/1991		
	Total		Situação do domicílio						Total	Urbana	Rural
			Urbana		Rural						
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000			
Ananindeua	88.151	393.569	74.051	392.627	14.100	942	84,0	99,8	18,1	20,4	-26,0
Belém	1.244.689	1.280.614	849.187	1.272.354	395.502	8.260	68,2	99,4	0,3	4,6	-34,9
Benevides	68.465	35.546	8.361	20.912	60.104	14.634		58,8	-7,0	10,7	-14,5
Marituba	-	74.429	-	64.884	-	9.545	-	87,2	-	-	-
Santa Bárbara do Pará	-	11.378	-	4.009	-	7.369	-	35,2	-	-	-
Total	1.401.305	1.795.536	931.599	1.754.786	469.706	40.750	66,5	97,7	2,8	7,3	-23,8

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000 e contagem populacional, 1996.

Nota: Em 1991 Marituba e Santa Bárbara do Pará faziam parte do município de Benevides, estando os dados agregados. Santa Bárbara do Pará foi instalado como município em 1993 e Marituba em 1997.

A taxa de urbanização dos cinco municípios da RMB é diferenciada: está próxima de 100% nos municípios já totalmente conurbados de Belém e Ananindeua (99,8% e 99,4% respectivamente) e decresce à medida que se afasta em direção a Marituba (87,2%), Benevides (58,8%), ficando Santa Bárbara do Pará com apenas 35,2%. O crescimento geométrico entre 1991 e 2000 apresenta, para os municípios existentes em 1991, valores positivos para a população urbana e valores negativos para a população rural (Tabela 16), demonstrando o processo de transformação da terra rural em terra urbana na RMB, graças ao processo de avanço da urbanização.

1.4. Densidade

A densidade populacional, considerada a área total da RMB, apresenta-se segundo os dados do IBGE (2000) na tabela a seguir. Verifica-se que a maior densidade ocorre em Ananindeua (2.056,3 hab/km²). Belém, embora tenha uma população expressivamente maior, apresenta menor densidade (1.196,7 hab/km²) devido a sua área insular de grandes proporções. A densidade demográfica de Marituba é bastante superior à de Benevides em função da proximidade com Ananindeua. Os municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará, em função do caráter rural de seu território apresentam as menores densidades, 22 hab/km² e apenas 40 hab/km².

TABELA 17 – População Residente, Área dos Municípios e Densidade Demográfica, RMB, 2000

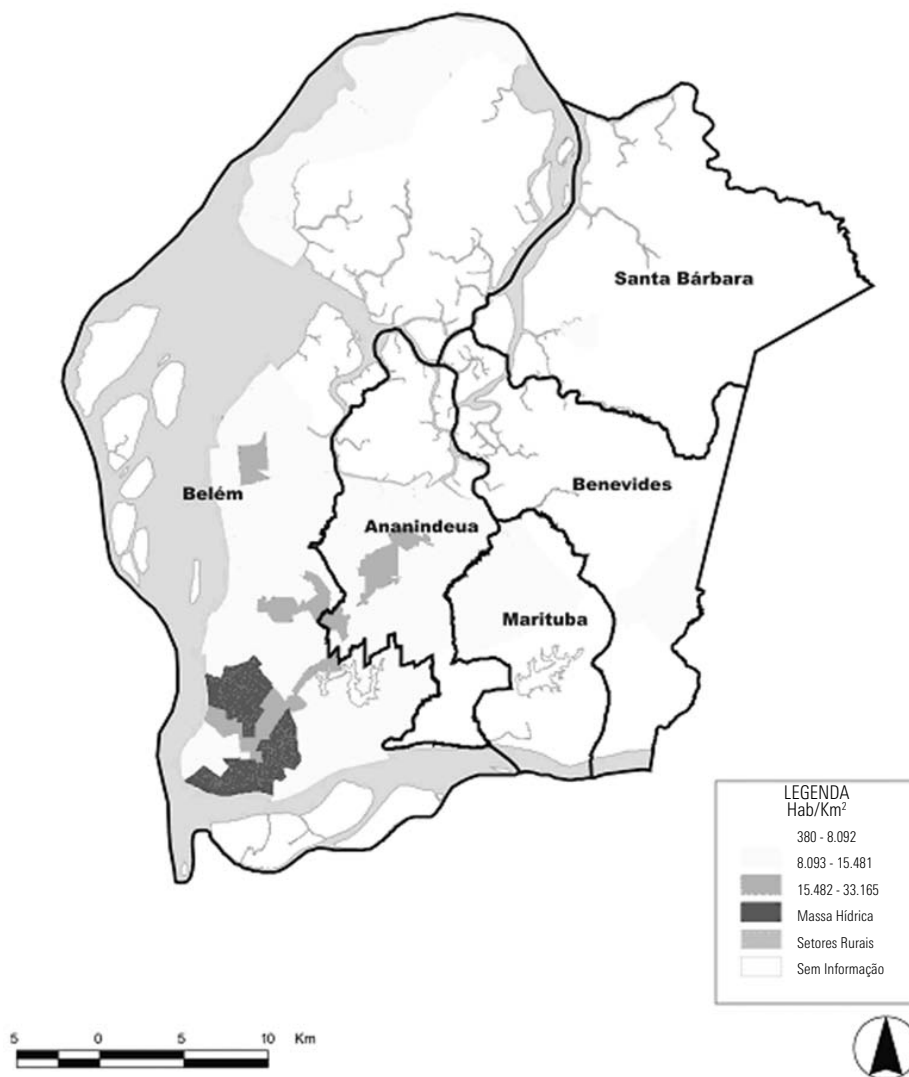
Municípios	População Total	Área (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Ananindeua	393.569	191,4	2.056,3
Belém	1.280.614	1070,1	1.196,7
Benevides	35.546	177,7	200,0
Marituba	74.429	109,1	682,2
Santa Bárbara do Pará	11.378	279,4	40,7
Total	1.795.536	1.827,7	982,4

Fonte: Censo demográfico IBGE (2000).

Ao observarmos a diferenciação das densidades por AED, verifica-se a ocorrência de maiores densidades no entorno dos bairros centrais de Belém (Figura 6). Apesar dos valores da tabela demonstrarem que a densidade populacional de Ananindeua sobrepuja

a de Belém, em termos de total de população distribuída pelo território, observa-se que as densidades mais elevadas ocorrem em algumas AEDs de Belém, particularmente na sua área central.

FIGURA 6 – Densidades Popacionais nos Municípios da RMB



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ/UFPA/FASE, 2005

Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita

1.5. Estrutura Etária

A população da Região Metropolitana de Belém apresenta uma estrutura etária ainda jovem. O grupo etário entre 15 e 64 anos predomina sobre os demais e apresenta-se em torno de 60% em todos os municípios. O grupo entre 0 e 14 anos varia de 29 a 38% e o grupo de 65 anos e mais está em torno de 4%, com destaque para a ocorrência de mais representantes deste grupo etário no município de Belém. Comparando-se a idade da população residente em dois grupos etários, o primeiro de 0 a 14 e o segundo de 65 anos e mais, o índice de envelhecimento, verifica-se que para cada 100 crianças encontram-se 16,5 idosos em Belém. Já os municípios de Ananindeua e Marituba apresentam o menor índice de envelhecimento da RMB (8,6% e 8,1% respectivamente).

Quanto à diferenciação intra-urbana, percebe-se que os maiores índices de envelhecimento ocorrem nas áreas centrais do Município de Belém, no complexo Cidade Nova no município de Ananindeua (maior concentração urbana daquele município) e nas proximidades do Viaduto do Coqueiro, também em Ananindeua. As áreas rurais dos demais municípios da RMB apresentam os menores índices de envelhecimento. Quanto à distribuição por AED, verifica-se que a população mais jovem está distribuída segundo uma média em torno de 24% nas AEDs de Ananindeua, e 34% nas AEDs de Belém. Nos demais municípios, encontra-se uma ocorrência em torno de 38% de população em torno de 0 a 14 anos. Quanto à população entre 15 e 64 anos, os percentuais ficam em torno de 68%; acima de 65 anos, os valores são inferiores a 5% em todas as AEDs, com exceção de duas AEDs no município de Belém com valores entre 10 e 11%, tratam-se das AEDs de Batista Campos e da Av. Magalhães Barata, locais de população de maior renda e que mantêm o domicílio há mais tempo.

1.6. Sexo

No que se refere à composição por sexo dos diferentes grupos etários, a RMB evidencia uma predominância masculina no segmento de crianças de 0 a 14 anos no pólo e em todos os demais recortes estudados. Isso é condizente com o padrão em geral percebido na maior parte das estruturas demográficas conhecidas, com a razão de sexo assumindo valores em torno de 101,5 no conjunto de municípios.

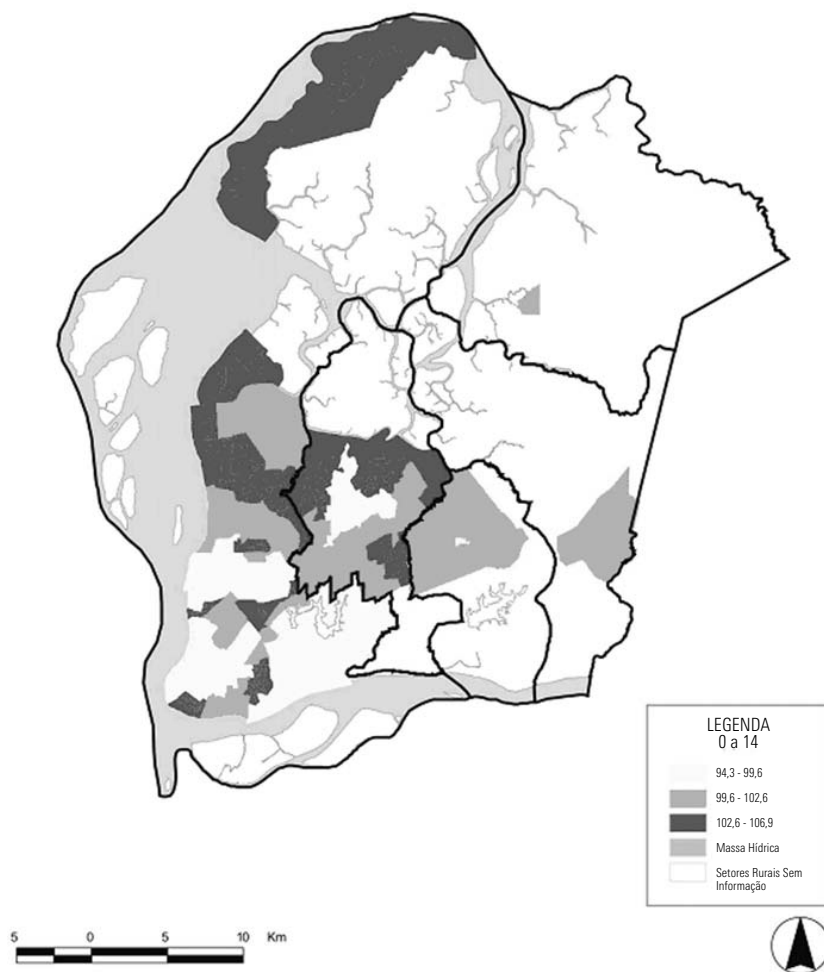
Quanto à faixa etária, há uma predominância feminina no pólo na faixa etária de 15 a 64 anos que se acentua mais na faixa de 65 anos e mais. É exceção o município de Santa Bárbara do Pará, onde há predomínio do sexo masculino em ambas as faixas etárias.

TABELA 18 – RMB: População Residente Total e Razão de Sexo por Faixas de Idade - 2000

Município	População residente total e razão de sexo por faixas de idade				
	Total	Razão de sexo			
		Total	0 a 14	15 a 64	65 e mais
Ananindeua	393.569	93,6	101,8	91,2	64,0
Belém	1.280.614	90,5	101,3	88,5	61,1
Benevides	35.546	100,2	101,8	99,3	99,9
Marituba	74.429	97,9	101,2	97,0	80,8
Santa Bárbara do Pará	11.378	103,3	101,7	104,0	108,1
Total	1.795.536	91,7	101,5	89,7	62,8

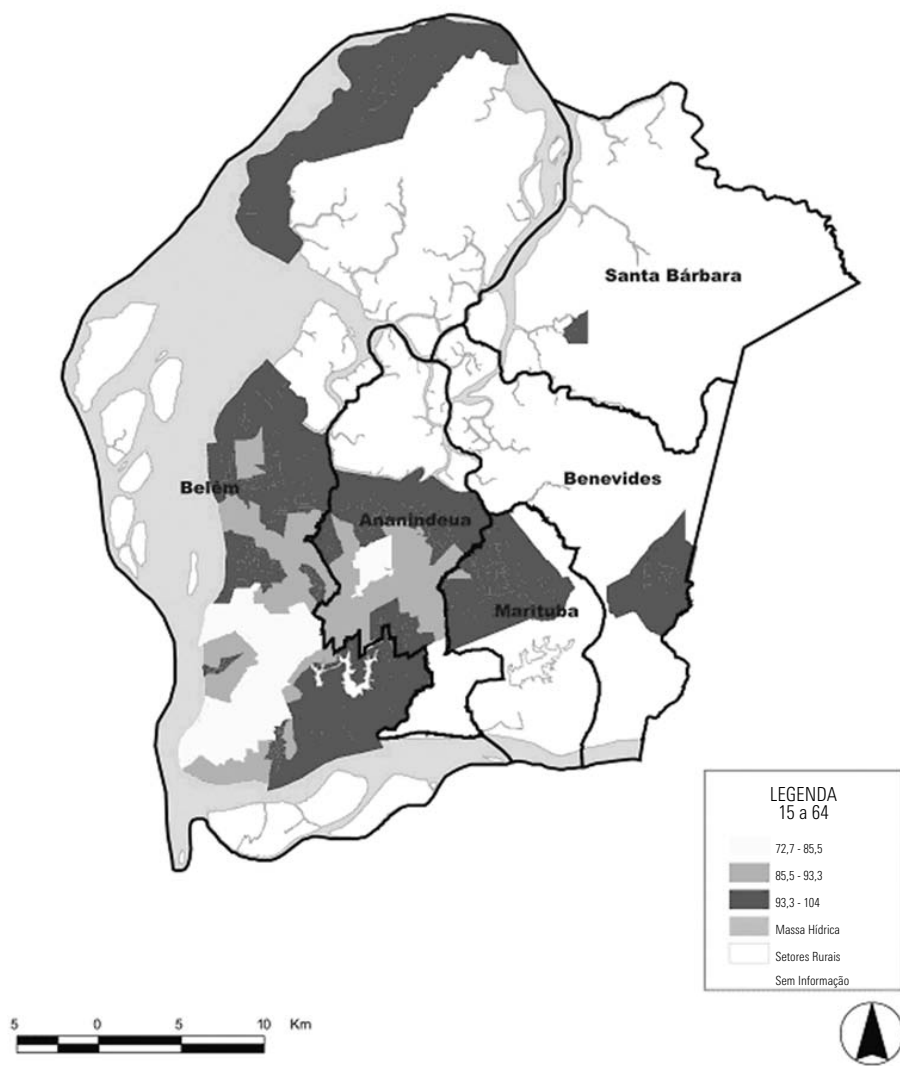
Fonte: Censo demográfico IBGE (2000).

FIGURA 7 – Percentagem de População de 0 a 14 anos por AED na RMB



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ/UFPA/FASE, 2005
Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita

FIGURA 8 – Percentagem de População de 15 a 64 anos por AED na RMB



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ/UFPA/FASE, 2005
Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita

1.7. Migrações

Os imigrantes na RMB no quinquênio imediatamente anterior a 2000 correspondiam a menos do que 10% da população metropolitana naquele ano. O movimento migratório nos municípios integrantes da RMB, no período 1995-2000, ocorreu originado principalmente em municípios não metropolitanos do Estado do Pará, alcançando 42% do total. Belém recebeu a maioria dos imigrantes procedentes do exterior e de outros Estados brasileiros, 71%, bem como de outros municípios paraenses, 60% (**Tabela 19**).

O fluxo migratório entre os municípios metropolitanos dirige-se na maior parte a Ananindeua, 72%, e Marituba, 14%, majoritariamente com destino às áreas de mais baixa renda de Ananindeua (AZPA, 40 Horas, Pato Macho e PAAR), bem como às AEDs que correspondem aos bairros centrais daquele município e à Rodovia Mario Covas.

TABELA 19 – Região Metropolitana de Belém: imigrantes de data fixa por origem, 2000

Municípios	Imigrantes de data fixa por origem ¹				
	Interestadual ou outros países	Intraestadual		Origem não identificada	Total
		Outros municípios	Intrametropolitano		
Ananindeua	8.981	20.948	39.577	1.708	71.215
Belém	27.180	42.514	2.949	3.633	76.276
Benevides	694	2.268	3.481	75	6.518
Marituba	1.406	4.613	7.866	365	14.250
Santa Bárbara do Pará	119	864	896	72	1.951
Total	38.381	71.208	54.769	5.852	170.209

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (¹) Refere-se ao número de imigrantes de cinco anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

1.8. Cor

Com relação à cor, há predominância de pretos e pardos em todos os municípios, em proporções menores no pólo e maiores em Santa Bárbara do Pará, município com menor integração metropolitana (Tabela 20). A população de cor branca está mais concentrada nas AED's com maiores índices de urbanização e maiores rendas do município de Belém, de onde se depreende que ali a atividade menos qualificada não é exercida por brancos. Trata-se das áreas correspondentes ao Centro, aos bairros de Batista Campos e Umarizal e à Av. Magalhães Barata (Figura 10).

TABELA 20 – Região Metropolitana de Belém: População Residente e Cor ou Raça, 2000

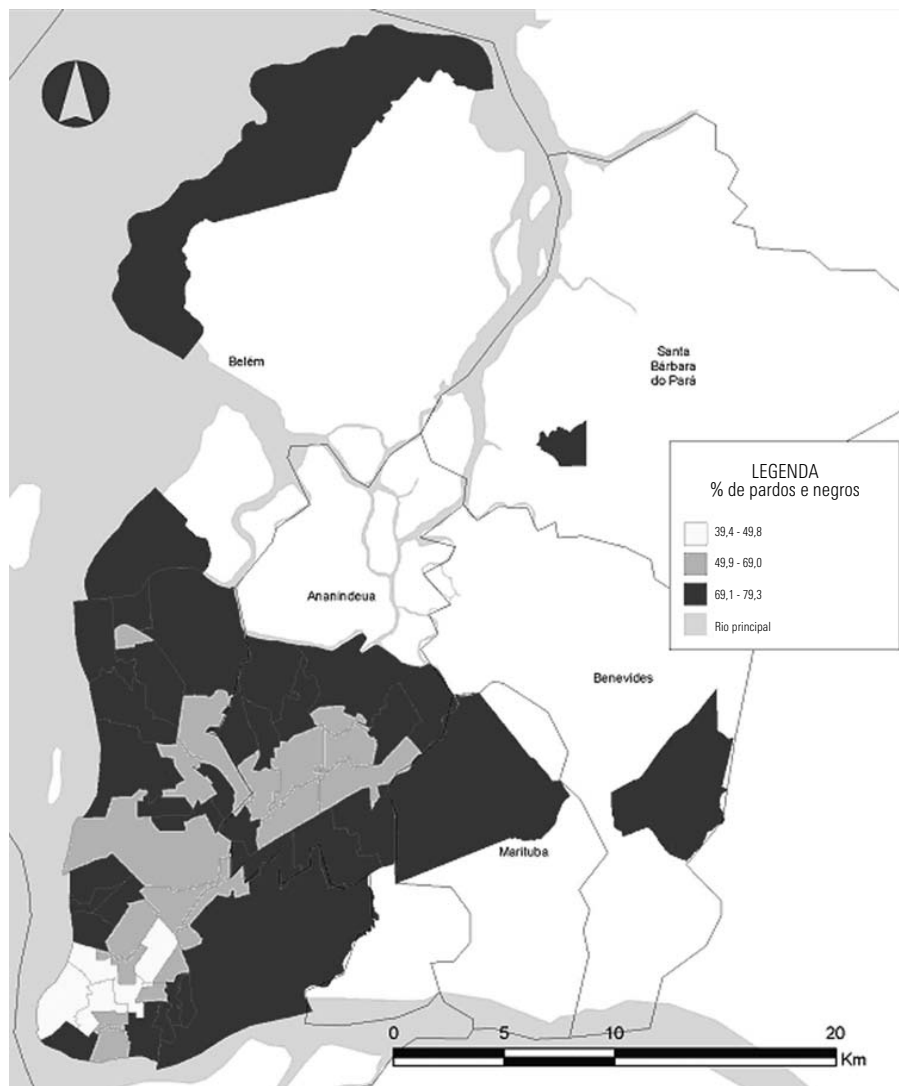
Municípios	População residente e cor ou raça				Distribuição da população segundo a cor ou raça sobre a população total (%)		
	População Total	Cor ou raça ¹			Branca	Preta/pardo	Outros
		Branca	Preta/pardo	Outros ²			
Ananindeua	393.569	117.846	271.393	4.330	29,9	69,0	1,1
Belém	1.280.614	404.779	859.763	16.072	31,6	67,1	1,3
Benevides	35.546	8.589	26.668	289	24,2	75,0	0,8
Marituba	74.429	17.873	55.579	977	24,0	74,7	1,3
Santa Bárbara do Pará	11.378	2.553	8.773	51	22,4	77,1	0,4
Total	1.795.536	551.640	1.222.176	21.720	30,7	68,1	1,2

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000. (Metrodata)

(¹) Refere-se apenas à população que declarou a cor ou raça.

(²) Está incluso a categoria ignorado.

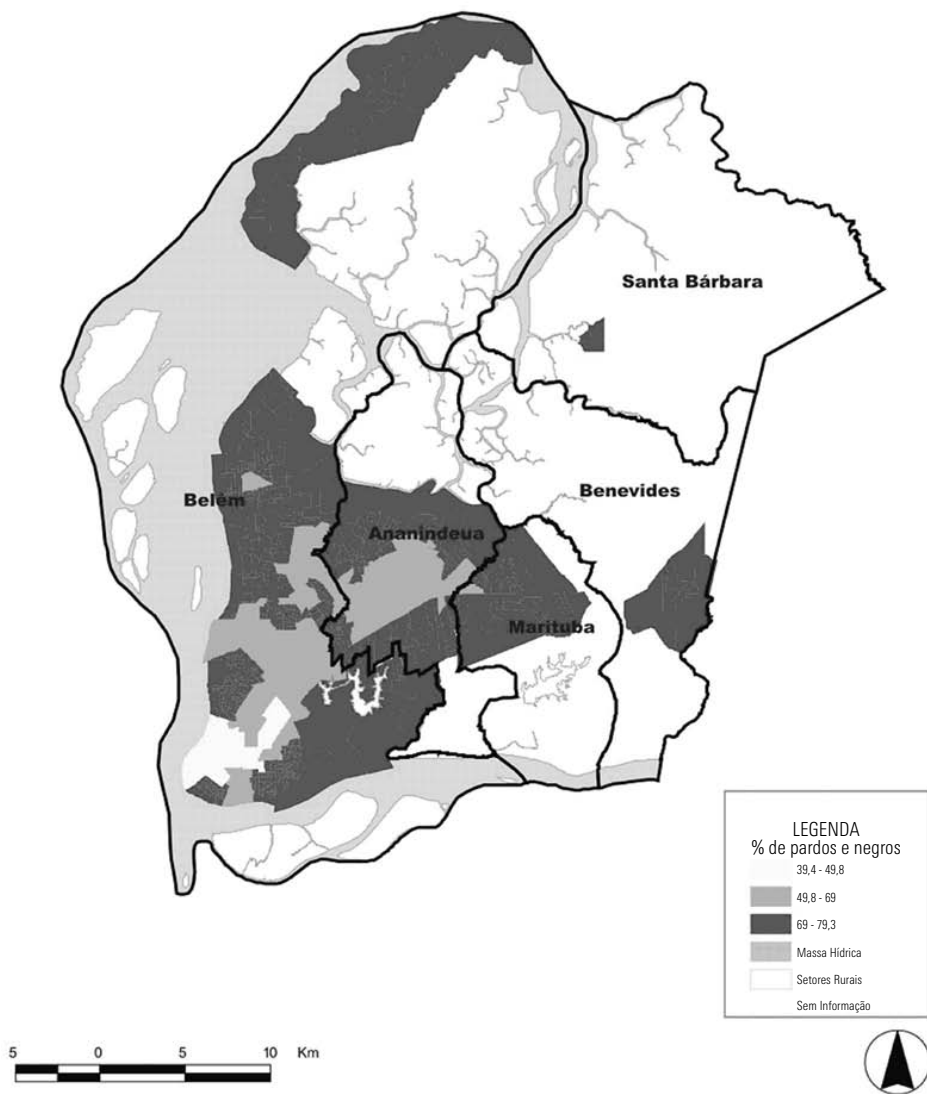
FIGURA 9 – Distribuição da População Residente Segundo a Cor ou Raça Sobre a População Total, RMB, 2000



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ/UFGA/FASE/IGBE – 2000.

Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita, Anderson Tavares

FIGURA 10 – RMB: Percentual de Negros e Pardos, 2000



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ/UFPA/FASE, 2005
Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita

1.9. Educação

As taxas de analfabetismo da população de 15 anos e mais de idade são muito mais altas nos municípios com menor nível de integração na RMB – Santa Bárbara do Pará, Benevides e Marituba – do que a taxa observada para a região como um todo. Em termos absolutos, porém, a concentração de analfabetos é encontrada no município pólo, correspondendo a quase 40% do total. (Tabela 21).

TABELA 21 – RMB: Pessoas de 15 e Mais Anos de Idade que não Sabem Ler e Escrever e Taxa de Analfabetismo, 2000

Municípios	Pessoas de 15 anos e mais de idade		Taxa de analfabetismo
	Total	Que não sabem ler	
Ananindeua	266.491	14.314	5,4
Belém	914.860	42.827	4,7
Benevides	22.747	2.337	10,3
Marituba	47.877	4.315	9,0
Santa Bárbara do Pará	7.055	841	11,9
Total	1.259.030	64.634	5,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. (Metrodata)

As maiores taxas de analfabetismo são registradas em porções periféricas do município pólo e de Ananindeua. Em Belém, existem diferenciações importantes, sendo que as menores taxas concentram-se nas áreas centrais do município, ficando próximo de zero nos bairros Nazaré e Batista Campos, e aumentam consideravelmente à medida que se avança para a periferia. Na AED Cidade Nova, em Ananindeua, a taxa de analfabetismo encontra-se em torno de 2%, o que aproxima a realidade da periferia metropolitana à de áreas centrais do município pólo.

A análise de frequência escolar considerou, dentre os indicadores para cada uma das faixas etárias correspondentes aos diferentes níveis de ensino, primeiramente o número de alunos que freqüentam a escola e, depois, a frequência do mesmo grupo à série adequada.

É boa a frequência à escola na RMB (Tabela 22 e Tabela 23). No entanto, quase a metade das crianças que frequentam escola não está na série adequada, sendo que a adequação à série reduz conforme diminui a integração metropolitana.

TABELA 22 – RMB: Pessoas de 7 a 14 anos de Idade que Frequentam Escola, 2000

Municípios	Pessoas de 7 a 14 anos de idade		B / A (em %)
	Total (A)	Que frequentam escola (B)	
Ananindeua	66.150	62.997	95,2
Belém	195.187	187.147	95,9
Benevides	6.581	6.307	95,8
Marituba	13.424	12.541	93,4
Santa Bárbara do Pará	2.268	2.173	95,8
Total	283.611	271.165	95,6

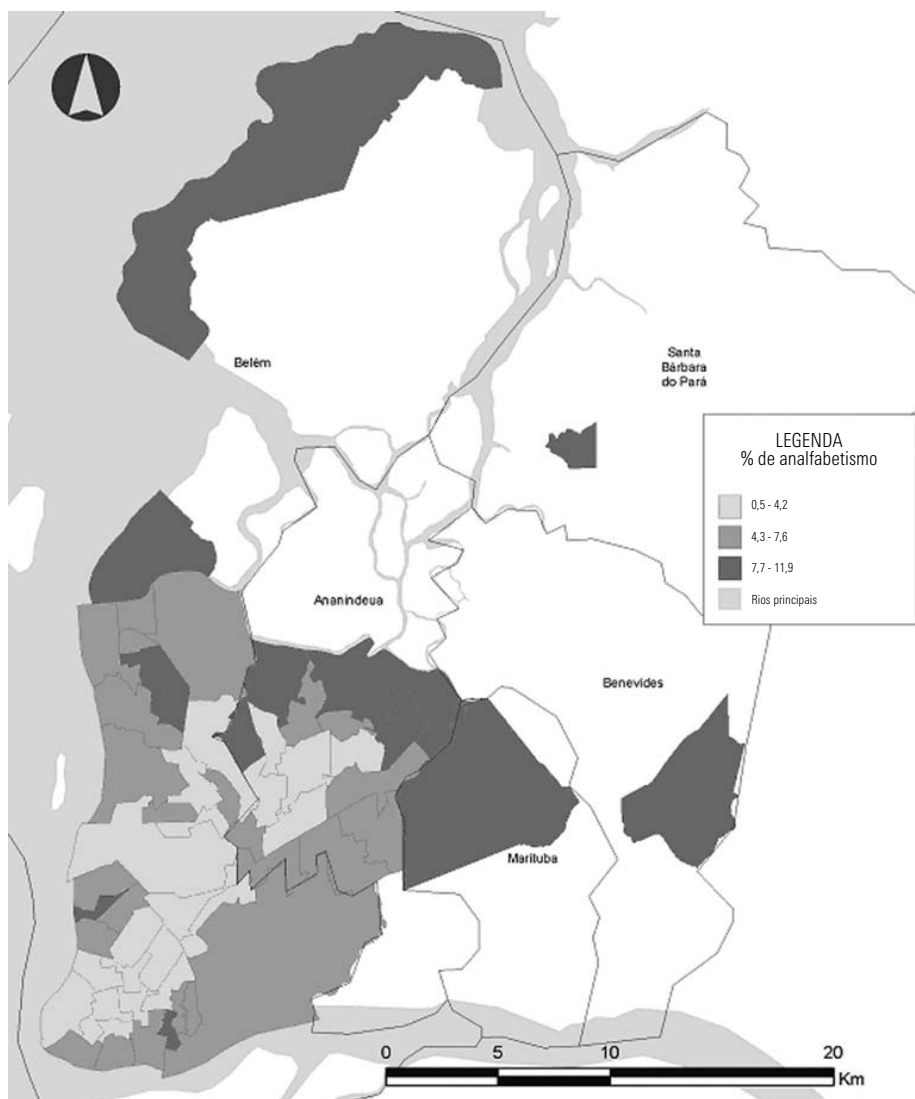
Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

TABELA 23 – RMB: Pessoas de 7 a 14 Anos que Frequentam Escola e Série Adequada, 2000

Municípios	Pessoas que frequentam escola		B / A (em %)
	Total (A)	Freqüenta série adequada (B)	
Ananindeua	62.997	28.953	46,0
Belém	187.147	94.229	50,4
Benevides	6.307	2.424	38,4
Marituba	12.541	4.485	35,8
Santa Bárbara do Pará	2.173	829	38,2
Total	271.165	130.920	48,3

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

FIGURA 11 – RMB: Percentual de Pessoas de 15 anos e Mais que não Sabem Ler e Escrever, 2000



Fonte: Observatório das Metrópoles – IPUUR/UFRJ/UFPA/FASE/IBGE – 2000.

Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita, Anderson Tavares.

1.10. Moradia

1.10.1. Condições da Moradia

A RMB possuía em 2000 um total de 416.176 domicílios particulares permanentes, situados majoritariamente no município de Belém, 71,17%. Em Ananindeua, com integração muito alta na dinâmica metropolitana, estavam localizados 22,23%. Marituba e Benevides, com nível médio de integração, registravam respectivamente 4,09% e 1,93% dos domicílios. Santa Bárbara do Pará apresentava somente 0,57%.

A verticalização está concentrada em Belém. Em 2000, 10,4% dos domicílios do município eram apartamentos, o que corresponde a 92,33% do total existente na RMB.

No que concerne à condição de propriedade, 83,34% dos domicílios da região eram próprios, 9,84% alugados e 6,83% tinham outras condições. A maioria dos domicílios alugados encontrava-se em Belém, onde correspondem a 11,17% do total de domicílios. Dos domicílios declarados como próprios no Censo, 11,31% não possuíam propriedade do terreno, o que aponta para situações de inadequação fundiária, motivadoras de insegurança e instabilidade dos moradores. No município de Belém, o número de domicílios nessas condições alcançava 29.558 e em Ananindeua chegava a 7.103. No município pólo metropolitano, a irregularidade fundiária se concentrava nas AED's Tucunduba, Terra Firme, Parque Guajará, com percentuais por volta dos 30% de domicílios. Em Ananindeua, verificam-se as piores condições de regularidade fundiária, em torno de 25% dos domicílios declarados próprios, nas AED's PAAR e Geraldo Palmeira.

A adequação do ambiente de moradia analisa-se com base em indicadores referentes à condição do saneamento básico, além de outros aspectos referentes ao acesso a bens e à densidade de moradores, à quantidade de cômodos nos domicílios como um referencial quanto à salubridade e promiscuidade, assim, domicílios com até três cômodos podem indicar a superposição de funções sanitárias e de cozinha, com outras como convivência, descanso, além de altas densidades de moradores.

Em 2000, na RMB, 131.448 domicílios possuíam até três cômodos, o que corresponde a 31,6% do total. No município pólo metropolitano estavam localizados 87.233 (66%); outros 31.583 (24%) encontravam-se no município de Ananindeua. No entanto, as maiores proporções, relativas ao número de domicílios em cada município, foram registradas

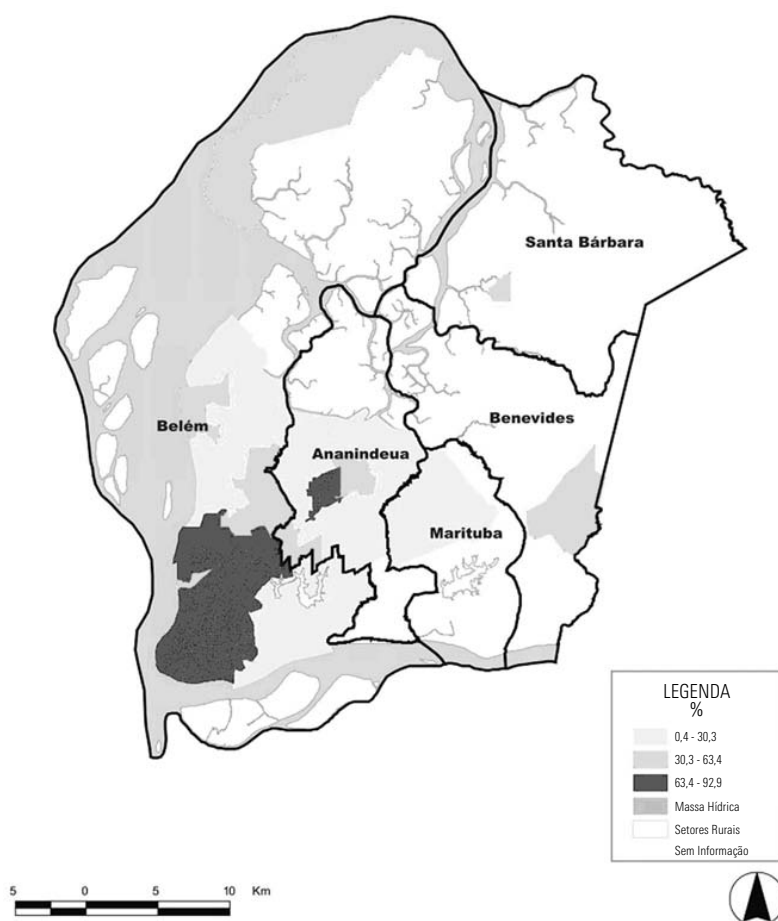
naqueles com menor nível de integração: 47% em Marituba e em Santa Bárbara do Pará, e 44% em Benevides.

No que concerne às condições sanitárias, a ausência de banheiro ocorre em 20.481 domicílios da RMB (ou 4,92% do total de domicílios da Região), sendo 12.635 em Belém e 5.762 em Ananindeua. Quanto ao abastecimento de água por rede geral, (Figura 12) com canalização em pelo menos um cômodo – situação considerada adequada –, também revela desigualdades. Enquanto em Belém 65,9% dos domicílios urbanos contam com essa condição, o município de Ananindeua apresenta apenas 34,28%. Essa proporção volta a se elevar entre os de nível alto de integração, Benevides apresenta 47,48 enquanto Marituba apresenta apenas 15,46% de domicílios servidos por canalização de água. Merece destaque a posição ocupada por Santa Bárbara, onde 44,68% dos domicílios apresentam ligação à rede geral de água. No que se refere à análise intra-urbana, os maiores percentuais (entre 63,4% e 92,9%, conforme verificado no mapa 17 a seguir) correspondem às áreas mais integradas, às áreas centrais da Primeira Légua Patrimonial de Belém e áreas mais dinâmicas do ponto de vista de atividades metropolitanas como o Entroncamento e Cidade Nova no Município de Ananindeua. Na Figura 12, Percentagem de domicílios particulares permanentes urbanos com abastecimento adequado de água por AED na RMB, observa-se a ocorrência do maior desafio para o saneamento da RMB, as áreas de baixada voltada ao Rio Guamá e na direção do distrito de Icoaraci, não há escoamento sanitário. Destaque para Marituba quanto ao acesso restrito à água e ao escoamento sanitário. Há uma correspondência forte entre a ocorrência de escoamento sanitário com a rede de drenagem de águas pluviais instalada, bem como com a malha viária pavimentada (percentual entre 78,7% e 99,1%).

Em termos de escoamento sanitário adequado, ou seja, domicílios com esgotamento ligado à rede geral ou à fossa séptica, Belém apresenta 76,12% do número de domicílios ligados e Ananindeua 79,95%. Os percentuais caem nos municípios mais rurais, estando Benevides e Santa Bárbara do Pará por volta de 68% enquanto Marituba apresenta em torno de 60%. Merece destaque a ocorrência de um adensamento progressivo dificultando as condições de moradia. Nestes municípios de áreas onde as condições climáticas (calor, pluviosidade excessiva e umidade elevada em associação com modos de vida praticados, onde destacam-se modos de vida rurais como ribeirinhos próximos de igarapés, sítios na terra firme), a disponibilidade de água se dá em situações de grande insalubridade e potencial contaminação devido à proximidade de fossas negras, comuns na região norte.

A coleta adequada de lixo, por serviço de limpeza ou caçamba, ocorre em 373.740 domicílios da RMB, ou 91,77% do total de domicílios. As menores proporções de domicílios atendidos encontram-se no município de Marituba com 53,99%, estando os demais acima de 80%, e Belém com aproximadamente 95%. Destaque para o acesso restrito nos municípios de Marituba e a periferia de Ananindeua, no restante do território, este serviço é o mais abrangente.

FIGURA 12 – Percentagem de Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Abastecimento Adequado de Água por AED na RMB



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ/UFPA/FASE, 2005.

Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita.

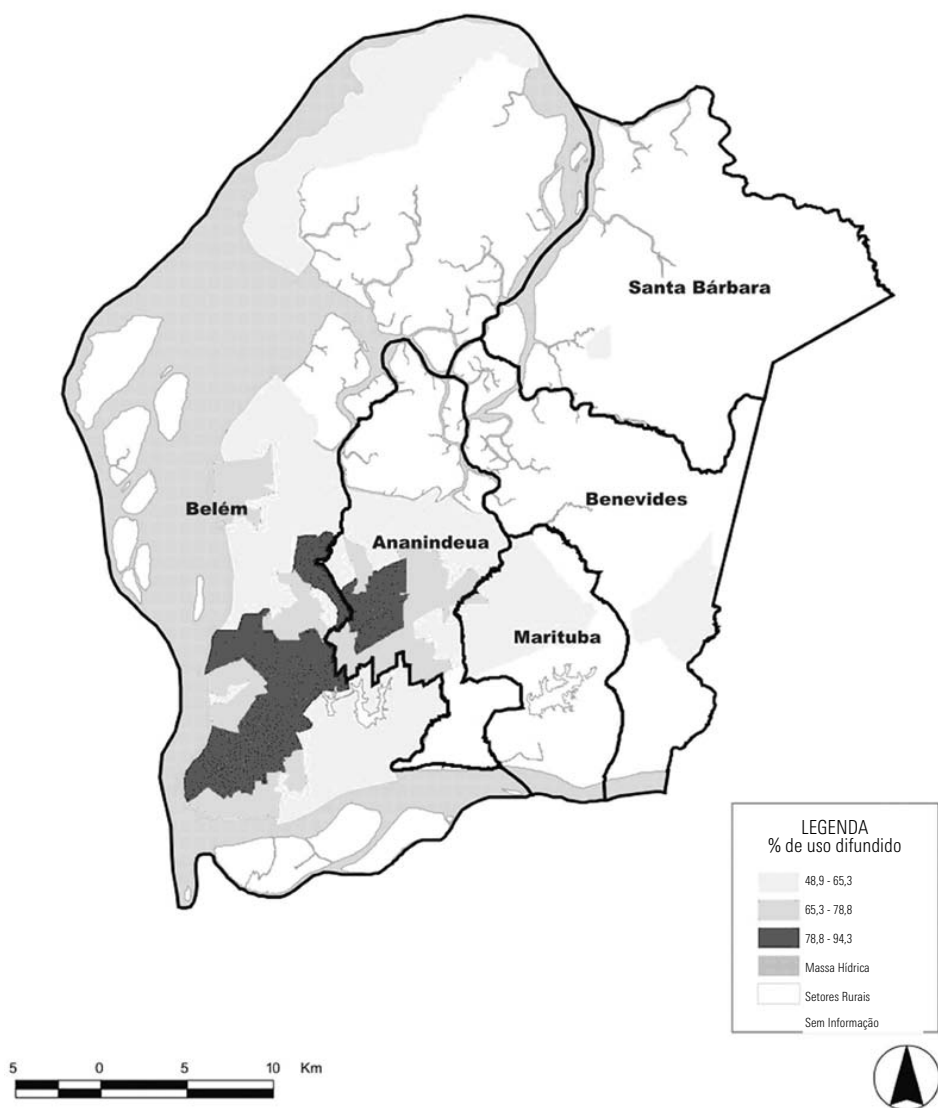
1.10.2. Padrões de Conforto Domiciliar

Em 2000, dentre o total de domicílios particulares permanentes, as maiores proporções de domicílios com acesso a todos os bens de uso difundido, tais como rádio, televisão e geladeira/freezer, cuja ausência aponta para maior precariedade de renda do morador, se encontravam em Belém e Ananindeua 74,58% e 71,42%, respectivamente. Nos demais municípios, o percentual fica por volta de 57%. Considerando as áreas internas aos municípios, as maiores proporções de domicílios que dispõem desses bens estão em Belém, com destaque para a AED Umarizal, 94,3%. Em Ananindeua, merece destaque a ocorrência de 89% de domicílios nesta categoria na Cidade Nova (Figura 13).

Em relação aos bens de média difusão, tais como automóvel, videocassete, máquina de lavar roupas e linhas telefônicas, observa-se nítido hiato entre Belém, onde se encontra a maior proporção de domicílios com a presença de pelo menos dois desses bens, 30,86%, e os demais municípios metropolitanos. Ananindeua apresenta apenas 7,32% das ocorrências na RMB e o restante dos municípios, menos de 1%.

Menor tanto na ocorrência em Belém, como mais seletiva é a distribuição dos domicílios com bens de difusão restrita, como computadores, microondas e ar condicionado. Mesmo em Belém, a proporção de domicílios com pelo menos um desses bens é de 28,25%, 6,66% em Ananindeua e nos demais também menor que 1%.

FIGURA 13 – Percentagem de Domicílios com Acesso Difundido a Bens (Rádio, Televisor, Geladeira/Freezer) por AED na RMB



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ/UFPA/FASE, 2005.
Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita.

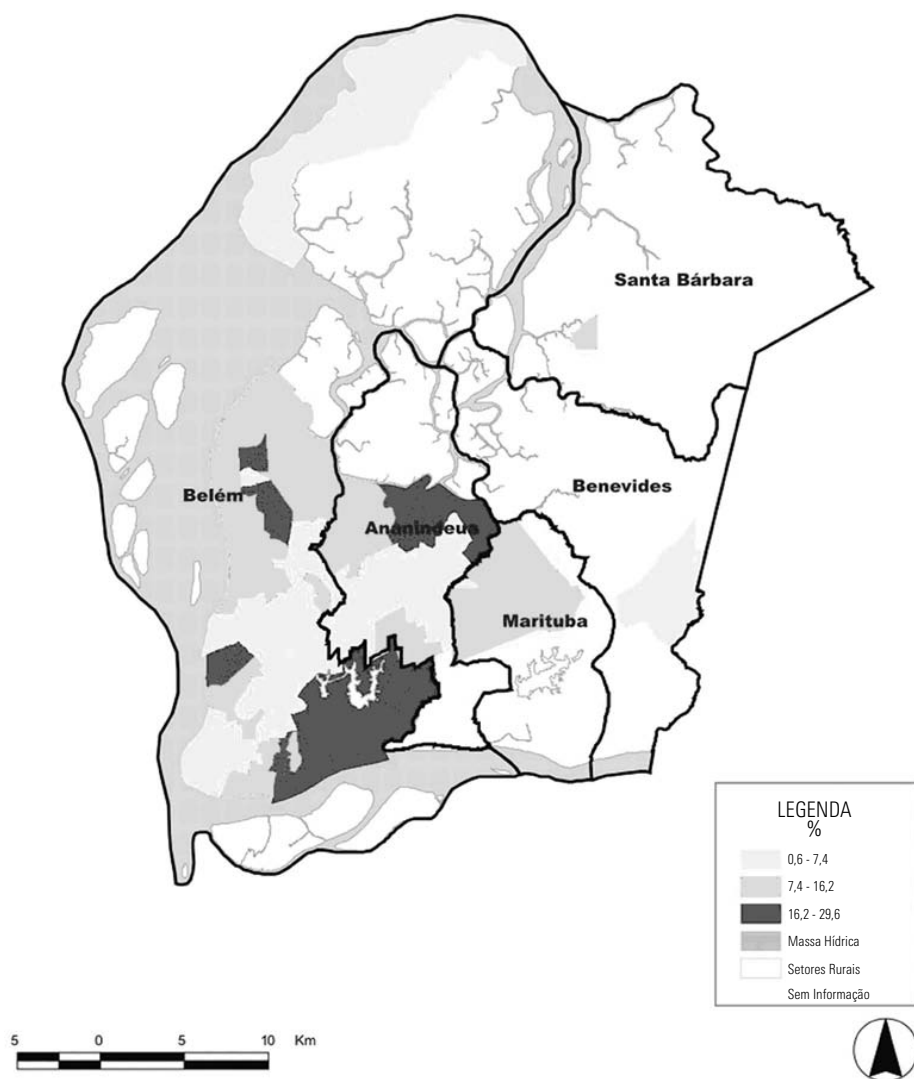
1.10.3. Necessidades Habitacionais

O déficit habitacional para os efeitos deste estudo é composto por três elementos que são exclusivos entre si, podendo, portanto ser somados: domicílios improvisados; coabitação familiar, compreendendo a convivência de mais de uma família no mesmo domicílio ou o aluguel de quartos ou cômodos para moradia de outra família; e coabitação disfarçada, ou seja, cômodos cedidos ou alugados. As moradias classificadas como inadequadas são aquelas que necessitam de melhoramento para que alcancem um padrão mínimo de habitabilidade, podendo ter problemas relacionados ao acesso à infra-estrutura ou ao adensamento excessivo. Assim, observa-se a maior frequência na Região de casos onde ocorrem famílias conviventes, no município pólo são 296.195 domicílios, maior somente do que o número de domicílios em aglomerações subnormais (aproximadamente 1.000 domicílios).

Os domicílios com deficiência no acesso à infra-estrutura, entendida como a existência de infra-estrutura mínima, porém de forma deficiente, ocorre em 21,8 mil devido à carência de água (5,26 da RMB), 54 mil devido à carência de instalação sanitária (12,98% da RMB) e 33,5 mil domicílios devido à carência na destinação do lixo urbano (8,05% da RMB). Há ainda os domicílios urbanos com inadequação por adensamento excessivo, da ordem de 74,4 mil, apresentando densidade superior a três moradores por dormitório, situação considerada no limite do suportável.

No Mapa 20 observa-se que a concentração maior do percentual de domicílios com acesso difundido a bens por AED ocorre no corredor que se inicia nos bairros centrais de Belém e prolonga-se nos bairros localizados ao longo do eixo de expansão metropolitana representado pela Av. Almirante Barroso chegando até o limite do município de Belém, incluindo porções da periferia belenense nos bairros onde estão localizados condomínios na Av. Augusto Montenegro. Outras áreas de ocorrência de percentual elevado estão localizadas no Coqueiro, limite de Belém e Ananindeua, onde estão chácaras e no Conjunto Cidade Nova no município de Ananindeua. Este último representa uma tendência bastante recente no município de Ananindeua já que a AED onde está localizado o conjunto tem passado por alterações significativas quanto à instalação de equipamentos públicos e estabelecimentos comerciais de porte como lojas de departamento e supermercados, anteriormente com lojas localizadas no interior da Primeira Légua Patrimonial em Belém. As figuras a seguir mostram condições de moradia por AED.

FIGURA 14 – Percentual de Domicílios Particulares Permanentes em Terreno não Próprio na RMB



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ/UFGA/FASE, 2005.
 Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita.

1.11. Mobilidade e Transporte

As atividades de comércio e serviços e os empregos na RMB estão, na maioria, concentrados na área central do município de Belém, gerando grande número de viagens entre essa parte e as demais porções do território da metrópole.

Há forte dependência de Ananindeua, Marituba e Benevides em relação à Belém no que concerne a postos de trabalho e local de estudo, originando movimento pendular¹ e configurando alta integração entre esses municípios (Tabela 25) o que pode indicar maior proximidade, maior integração.

A análise da localização da moradia destes indivíduos, nas Figuras 15 e 16 demonstra-se a grande ocorrência de moradores oriundos das AED's Cidade Nova, seguida das localidades de Marituba, Benevides e outras porções de Ananindeua, consideradas localidades-dormitório na dinâmica metropolitana.

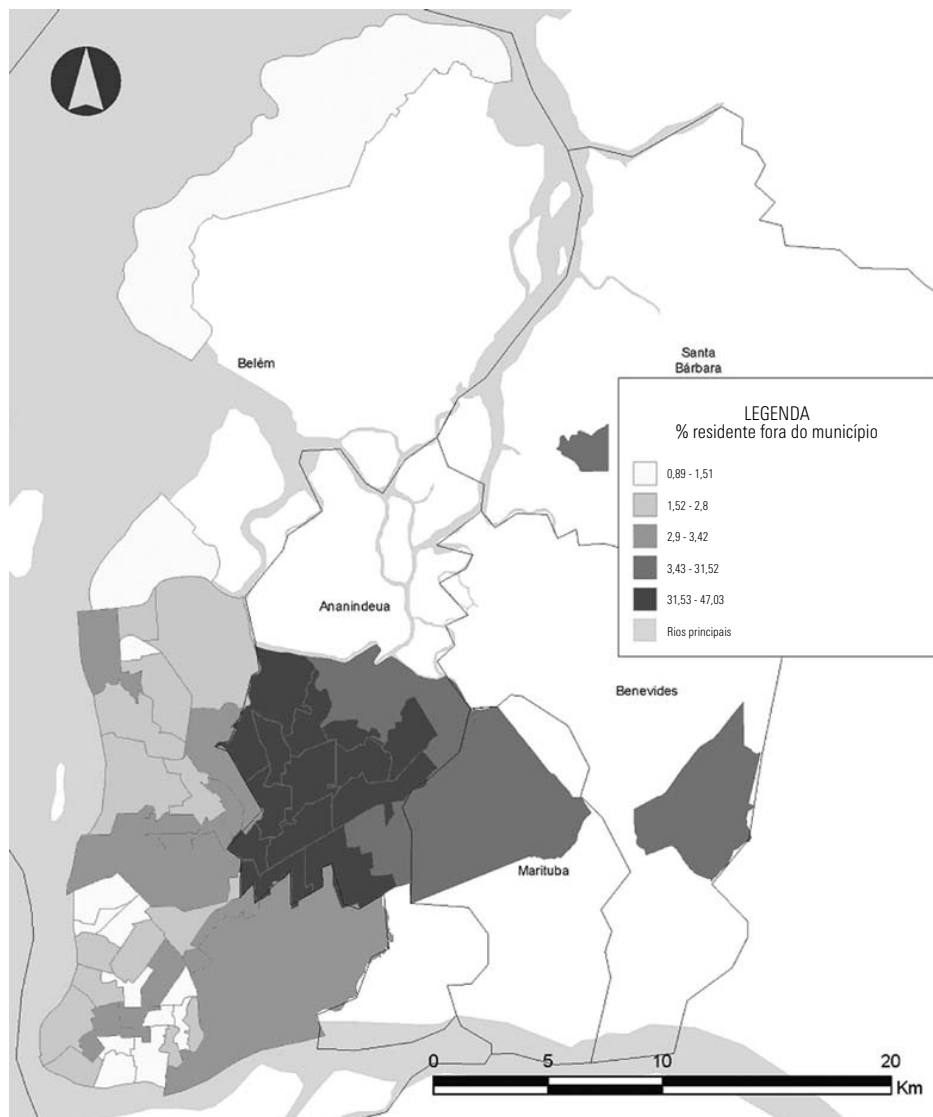
TABELA 24 – Região Metropolitana de Belém: População Residente com 15 anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Local de Trabalho ou Estudo, 2000

Municípios	Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				C / B (em %)	D / C (em %)
	Total (A)	Que trabalham ou estudam				
		Total (B)	fora do município de residência ¹ (C)	dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
Ananindeua	266.491	177.501	70.483	65.472	39,7	92,9
Belém	914.860	603.447	10.945	0	1,8	0,0
Benevides	22.747	13.808	3.264	2.350	23,6	72,0
Marituba	47.877	28.263	8.909	6.082	31,5	68,3
Santa Bárbara do Pará	7.055	4.280	659	348	15,4	52,9
Total1	1.259.030	827.299	94.260	74.252	11,4	78,8

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

1 O movimento pendular é inferido como realizado por pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência.

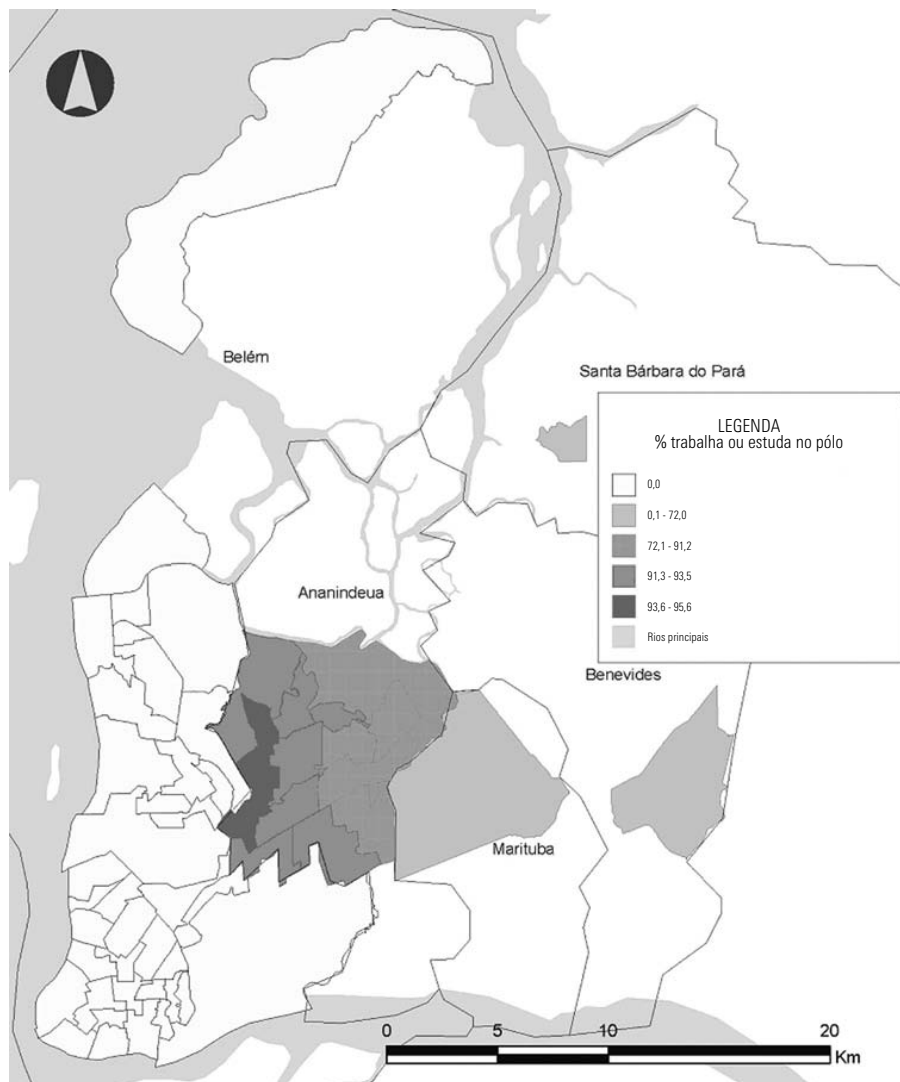
FIGURA 15 – Pessoas com 15 Anos e Mais que Trabalham ou Estudam fora do Município de Residência, RMB, 2000



Fonte: Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ/UFPA/FASE/IBGE 2000.

Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita, Anderson Tavares.

FIGURA 16 – Pessoas de 15 anos e Mais que Trabalham ou Estudam fora do Município de Residência, RMB, 2000



Fonte: Observatório das Metrópoles – IPPUR/UFRJ/UFGA/FASE/IBGE 2000.

Equipe Belém: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso, Fernando Mesquita, Anderson Tavares.

Os residentes na RMB com 6 anos e mais de idade² realizam, em média, diariamente, 2,51 viagens³ internas à metrópole. Esse índice é maior, por exemplo, do que o observado na Região Metropolitana de São Paulo (2 viagens/pessoa 6 anos e mais/dia), embora essa região apresente maiores renda *per capita* e taxa de motorização do que Belém (MERCÊS, OLIVEIRA, SCATENA; 2003).

Como se sabe, o índice de mobilidade é diretamente proporcional à renda da população. Na RMB, contudo, o impacto dessa variável é muito grande (Tabela 25), o que sugere a hipótese de uma diferenciação considerável na inserção na metrópole entre pessoas com distintos níveis de renda. Tal hipótese é plausível mesmo considerando-se que a taxa de pessoas com seis anos e mais que não viajam em um dia típico na metrópole belenense independe da renda, ficando em torno da taxa geral, 23% (Tabela 26). Isso pode ser explicado, ainda hipoteticamente, pela estrutura urbana na qual se verifica a existência de ocupação de baixa renda em áreas relativamente próximas do centro de comércio e serviços e pela topografia menos acidentada que facilitam o uso pelas pessoas de menor renda de modos não motorizados de transporte, como a bicicleta e a caminhada.

TABELA 25 – RMB – Mobilidade Diária e Renda, 2000

Faixa de renda familiar mensal (salário mínimo)	Viagens / pessoa de 6 anos e mais / dia
0 a 2	2,01
2 a 5	2,18
5 a 8	2,64
8 a 15	3,29
mais de 15	4,65

Fonte: PARÁ, JICA, Pesquisa Origem/Destino, dados tabulados por Simaia Mercês

- 2 A pesquisa origem-destino aplicada em 2000 na RMB não coletou dados de deslocamento da população com idade inferior a 6 anos.
- 3 Viagem é “o movimento de uma pessoa entre dois pontos (origem e destino), com motivo definido e utilizando um ou mais modos de transporte” (CMSP; 1997), podendo, portanto, envolver um ou mais deslocamentos.

TABELA 26 – RMB – Pessoas que não Viajam e Renda, 2000

Faixa de renda familiar mensal (salário mínimo)	Pessoas com 6 anos e mais que não viajam
0 a 2	24
2 a 5	23
5 a 8	22
8 a 15	23
mais de 15	25

Fonte: PARÁ, JICA, Pesquisa Origem/Destino, dados tabulados por Simaia Mercês

Os principais motivos de deslocamento⁴ de moradores na RMB são residência (45%), trabalho (16%) e estudo (15%). Outros motivos, inclusive negócios, compras, lazer, saúde, assuntos pessoais, transbordo, etc, alcançam percentual pouco expressivo (24% no conjunto). Essa distribuição mostra que não houve alteração significativa no período 1990-2000 (PARÁ; JICA, 2001).

O mesmo não se verifica quando são comparados os dados relativos a modo de transporte. Na década de 90, a participação do ônibus na divisão modal foi reduzida em quase 9%, enquanto a dos modos bicicleta e a pé teve acréscimo de aproximadamente 13%. Ainda assim, em 2000, o ônibus permanecia como o modo de deslocamento mais utilizado (44,6%), seguido por a pé (34,6%), automóvel (12,1%) e bicicleta (7,6%). Os demais modos – táxi, caminhão e barco – participavam em apenas 1,1% do total de deslocamentos (PARÁ; JICA, 2001).

A importância do modo ônibus para a realização de deslocamentos na RMB é mais fortemente evidenciada ao ser observada a repartição entre os modos motorizados. Em 2000, nessa categoria, o ônibus apresentava elevada participação (76%), bem maior do que o automóvel (20%) e os demais modos – táxi, caminhão, etc (4%). Note-se que, de 1990 a 2000, praticamente não houve modificação na participação do ônibus e, em relação ao automóvel, observou-se acréscimo em torno de 2% (PARÁ; JICA, 2001).

Ao ser considerada a renda familiar mensal, não são observadas alterações significativas na distribuição de viagens por motivo em relação aos dados gerais da região metropolitana (Tabela 27). Cabe lembrar que o aumento da participação de viagens por motivo trabalho e

4 Deslocamento é “o movimento realizado por uma pessoa entre dois pontos, em uma única etapa, sem interrupção” (PARÁ/JICA; 2000).

negócios nas faixas de renda mais elevadas está de acordo com o comportamento observado em diversas cidades no Brasil e no exterior.

TABELA 27 – RMB – Participação (%) das Viagens por Motivo e Renda, 2000

Motivo	Faixa de renda familiar mensal (salário mínimo)					Total
	0 a 2	2 a 5	5 a 8	8 a 15	mais de 15	
Residência	48	48	46	46	45	47
Trabalho	16	19	22	22	25	20
Estudo	16	16	15	13	12	15
Assuntos Pessoais	10	8	8	9	8	9
Outros	10	9	9	10	10	9

Fonte: PARÁ, JICA, Pesquisa Origem/Destino, dados tabulados por Simaia Mercês

De forma geral, em 2000, a repartição modal segundo a renda familiar mensal comportava-se como esperado, ou seja, conforme aumentava a renda, decrescia a participação dos modos ônibus, a pé e bicicleta e aumentava a do automóvel (Tabela 28). Note-se que na faixa de renda mais baixa, a participação do ônibus era menor do que na faixa seguinte. Merece destaque, ainda, a intensa utilização da caminhada pela população cuja renda não ultrapassava cinco salários mínimos.

TABELA 28 – RMB – Participação (%) das Viagens por Modo Principal⁵ de Transporte e Renda, 2000

Modo principal	Faixa de renda familiar mensal (salário mínimo)					Total
	0 a 2	2 a 5	5 a 8	8 a 15	mais de 15	
Ônibus	40	47	44	35	19	40
Automóvel	7	10	26	42	67	24
Bicicleta	11	8	4	2	1	6
A pé	40	32	22	16	10	27
Outros	2	3	4	5	4	3

Fonte: PARÁ, JICA, Pesquisa Origem/Destino, dados tabulados por Simaia Mercês

5 As viagens podem ser realizadas com a utilização de um ou de vários modos de transporte. No último caso, ela é composta por deslocamentos, cada um correspondente a apenas um modo. Assim, tornou-se necessário estabelecer um método para identificar o modo principal de cada viagem. Inicialmente, os modos de transporte constantes do questionário da pesquisa O/D foram hierarquizados. Cada viagem, então, foi classificada de acordo com o modo mais importante nela utilizado. Sendo ônibus o modo coletivo mais importante utilizado na RMB, todas as viagens que incluem pelo menos um deslocamento por esse modo foram classificadas como viagem por modo principal ônibus.

A RMB não oferece boas condições de deslocamento para a maioria da população. A malha viária é reduzida nas áreas periféricas e nas baixadas localizadas no centro expandido. O sistema de transporte por ônibus na RMB, utilizado por algo em torno de 1,3 milhão de passageiros/dia, apresenta vários problemas, dos quais destaca-se a forma radial em que está estruturado, com superposição de itinerários nos principais corredores viários, o que resulta em excesso de oferta, elevação dos custos e da tarifa, grandes intervalos entre as viagens e alta taxa de ocupação dos veículos nas linhas que atendem às áreas mais distantes do centro (PARÁ; JICA; 1991 e 2001). Esse sistema tem sido objeto de diversos planos elaborados pelo poder público, sem que as diretrizes recomendadas sejam implementadas, em razão, principalmente, da interferência nas condições de lucratividade das empresas privadas que operam o serviço (MERCÊS; 1991 e 2001). O sistema radial de transporte por ônibus contribui também para o congestionamento que se verifica nas vias principais do centro expandido. Existem poucas ciclovias, não componentes de um sistema articulado e com problemas de dimensionamento. As calçadas não são padronizadas nem niveladas e encontram-se frequentemente obstruídas pelos mais variados objetos.

1.12. Incidência de Homicídios

Em Ananindeua, no período 1998-2000, houve crescimento do número de homicídios registrados, enquanto em Belém ocorreu queda no início do período, voltando a subir nos anos subsequentes. A taxa de vítimas por 100.000 habitantes mantém-se por volta de 24 em Belém (Tabela 29).

TABELA 29 – RMB: Homicídios Registrados e Taxa de Homicídios, 1998 - 2002

Município	Número de Vítimas de Homicídios					Taxa de Vítimas de Homicídios por 100.000 Habitantes				
	1998	1999	2000	2001	2002	1998	1999	2000	2001	2002
Ananindeua	105	34	30	52	87	27,47	8,48	7,62	12,68	20,55
Belém	293	256	289	297	323	24,97	21,57	22,57	22,77	24,42
Benevides	5	2	0	5	2	15,6	5,91	0	13,5	5,2
Marituba	15	11	10	18	31	26,74	18,57	13,44	22,49	37,76
Santa Bárbara do Pará	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	418	303	329	372	443	94,78	54,53	43,63	71,44	87,93

Fonte: SENASP

Capítulo 2

Rosana Fernandes

2. Desempenho Fiscal: a Estrutura das Receitas Municipais da Região Metropolitana de Belém – RMB

Esta sessão apresenta um quadro geral da estrutura das receitas municipais da Região Metropolitana de Belém – RMB, em 2003, formada pelos municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara. Do total de 1.878.490 habitantes residentes na RMB, Belém concentra 70,41% dessa população, seguida de Ananindeua, com 22,54%, cabendo aos três demais municípios apenas 7,05%. A dominância populacional da capital paraense no contexto metropolitano se repete na estrutura das receitas municipais analisadas. Para efeito de apresentação dos dados, optou-se pela divisão espacial em três áreas: Belém, Ananindeua e os demais municípios. Discrimina-se as principais rubricas referentes às receitas municipais, com destaque para alguns itens de despesa. Na terceira e última sessão, desenha-se o perfil da receita *per capita*.

A Tabela 30 apresenta a composição da receita municipal e evidencia a diferença entre a capital e os demais municípios metropolitanos. Com os dados é possível verificar que quanto à Receita Tributária Própria no Município de Belém as receitas tributárias próprias desse município correspondem a 92,83% do total arrecadado na RMB e apresentam-se significativamente superiores às arrecadadas nos demais municípios metropolitanos, a saber: Imposto Sobre a Propriedade Predial, Territorial e Urbana – IPTU, 95,61%; Imposto Sobre Serviços – ISS, 91,30%; Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, 91,60%; e Taxas e Contribuição de Melhoria, 94,91%. Já no Município de Ananindeua: as receitas tributárias próprias correspondem a 5,79% do total da RMB, com destaque para o Imposto Sobre Serviços – ISS que representa 72,42% do total arrecadado. Nos demais

municípios: representam apenas 1,37% do total das receitas próprias arrecadas na RMB, sendo o Imposto Sobre Serviços – ISS também a maior arrecadação, com 67,88%. Assim como resumo metropolitano, depreende-se que as Receitas Tributárias Próprias da RMB representam 15,37% da Receita Corrente Líquida e 14,94% da Receita Total Líquida arrecadas nessa região. Destaca-se o Imposto Sobre Serviços – ISS que corresponde a 58,92% do total das Receitas Tributárias Próprias e representa 9,06% da Receita Corrente Líquida, ambas metropolitanas.

Quanto às Transferências Correntes, os dados indicam que Belém recebe 79,11% das transferências provenientes da União destinadas a RMB, sendo a mais significativa a referente ao Sistema Único de Saúde (52,86%), seguida pelo Fundo de Participação do Município – FPM (37,17%). Quanto às transferências estaduais, Belém recebe 81,50% do total repassado aos municípios metropolitanos, sendo que a quota parte do ICMS é a mais expressiva e corresponde a 88,44% do total das transferências estaduais destinadas ao município de Belém. O Município de Ananindeua recebe 14,01% das transferências federais destinadas a RMB, sendo as mais significativas as referentes ao Sistema Único de Saúde (47,28%), seguida pelo Fundo de Participação do Município – FPM (38,88%). Quanto às transferências estaduais, Ananindeua recebe 15,13% do total repassado aos municípios metropolitanos, sendo que a quota parte do ICMS é a mais expressiva e corresponde a 85,52% do total das transferências estaduais destinadas a esse município. Enquanto a participação dos demais municípios da RMB no recebimento de transferências federais e estaduais apresenta-se inexpressivo, corresponde a 6,88% das transferências da União e 3,37% das transferências do Estado, sendo os mais expressivos o FPM (54,95%) e o ICMS (87,99%), respectivamente. Portanto, as Transferências Correntes, compostas por transferências da União, dos Estados, do Sistema Único de Saúde e de Outras Transferências (intergovernamentais e convênios) correspondem a 71,63% da Receita Corrente Líquida da RMB. Já as transferências da União para a RMB são significativas e correspondem a 64,26% do total das transferências correntes, seguidas das transferências estaduais que representam 27,63%, ambas calculadas sobre o total das Transferências Correntes. A transferência mais significativa da União para a RMB refere-se ao Sistema Único de Saúde que corresponde a 50,85%; na seqüência, o Fundo de Participação do Município – FPM representa 38,63% do total repassado aos municípios; a quota parte do Imposto Sobre Circulação e Serviços – ICMS, transferido pelo Estado aos municípios da RMB, corresponde a 83,09% do total das transferências

estaduais. O total das Transferências Correntes corresponde a 73,70% do total da Receita Corrente Líquida, observa-se, portanto, uma dependência dos municípios da RMB com relação às Transferências Correntes, em especial das provenientes da União.

Quanto às demais transferências, os dados indicam que: somente os municípios de Belém e Marituba recebem a transferência do Sistema Único de Saúde – SUS, sendo que o valor repassado a Belém corresponde a 90,60% do total. Quanto a transferências intergovernamentais, o repasse mais expressivo refere-se ao FUNDEF, sendo que Belém recebe 64,24%, Ananindeua 23,88 e os demais municípios 11,88%, entretanto, todos os municípios, com exceção de Belém, recebem complementação do Fundef, cabendo a Ananindeua 66,65% e aos demais 33,35%. Quanto à transferências de convênios, as transferências estaduais para os municípios são mais expressivas que as transferências da União nessa categoria. O Estado repassa, por meio de convênio, 60,36% para o município de Belém, enquanto Ananindeua e os demais municípios recebem 27,26% e 12,30%, respectivamente. Os convênios repassados pela União representam a metade do valor repassado pelo Estado e estão assim distribuídos: Belém – 61,61%; Ananindeua – 6,54%; os demais municípios – 31,85%.

No que se refere ao quadro de receitas patrimoniais, Belém representa 92,21% do total arrecadado no item Receita de Valores Mobiliários da RMB, cabendo 6,27% a Ananindeua e 1,52% aos demais municípios, sendo esse o item mais significativo nessa categoria de receita. Quanto às Receitas de Capital, Belém representa 88,35% do total desse item, cabendo aos demais municípios 7,77% e ao município de Ananindeua 3,88%.

Finalmente, o perfil da Receita Total Líquida *Per Capita* é o seguinte:

- » Belém: a Receita Total Líquida corresponde a R\$ 503,10/habitante.
- » Ananindeua: representa R\$ 232,02/habitante.
- » Demais municípios: apresentam uma Receita Total Líquida de R\$ 311,19/habitante (Marituba: R\$ 280,70/hab; Benevides: R\$ 321,86/hab.; e Santa Bárbara do Pará: R\$ 486,60/hab.).
- » A RMB apresenta uma Receita Total Líquida de R\$ 428,47/hab.

TABELA 30 – RMB, Receita Total, 2003

Discriminação	TotalRMB	Belem	Ananindeua	Demais Municípios
População	1.878.490,00	1.322.683,00	423.325,00	132.482,00
Receita Total Líquida	804.884.455,16	665.437.597,72	98.219.768,16	41.227.089,28
Receita Corrente Líquida	782.309.044,01	645.493.278,70	97.342.942,70	39.472.822,61
Receitas Tributárias Próprias	120.229.292,62	111.613.107,83	6.963.765,98	1.652.418,81
Imp.Sobre a Prop. Pred.e Territorial Urbana – IPTU	26.204.009,66	25.054.850,71	852.194,44	296.964,51
Imp.Sobre Serviços - ISS	70.838.119,04	64.673.366,06	5.043.169,18	1.121.583,80
Imp.Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	3.684.275,60	3.374.928,37	245.435,87	63.911,36
Taxas / Contrib Melhoria	19.502.888,32	18.509.962,69	822.966,49	169.959,14
ICMS	–	–	–	–
Outros Impostos DF	–	–	–	–
Transferências Correntes	576.529.485,84	452.580.110,37	86.840.405,05	37.108.970,42
Transferências da União	370.493.578,98	293.109.017,75	51.896.382,22	25.488.179,01
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	9.803.221,93	8.601.053,33	827.897,10	374.271,50
IOF – Ouro	137.420,65	137.420,65	–	–
Imposto Territorial Rural – ITR	20.811,86	11.016,16	672,70	9.123,00
Seguro Receita – LC nº 87/96	11.086.306,83	8.962.646,12	1.738.463,47	385.197,24
Compensação Extração Mineral	22.209,50	1.674,88	18.439,31	2.095,31
Cota Petróleo	1.538.853,08	1.448.996,82	–	89.856,26
Fundo de Participação dos Municípios	143.138.937,68	108.957.651,67	20.176.068,23	14.005.217,78
Fundo de Participação dos Estados	–	–	–	–
Sistema Único de Saúde – SUS	188.384.190,44	154.945.674,69	24.537.886,35	8.900.629,40
Contribuição de Intervenção Domínio Econômico – CIDE	–	–	–	–
Transferências FNAS	7.044.910,56	5.524.149,76	1.008.261,60	512.499,20
Transferências FNDE	9.023.319,23	4.518.733,67	3.588.693,46	915.892,10
Outras Transferências da União – DF	–	–	–	–
Demais Transferências da União	293.397,22	–	–	293.397,22
Transferências dos Estados	159.305.797,05	129.840.657,22	24.100.634,51	5.364.505,32
Cota-Parte do ICMS	132.371.544,86	107.039.523,69	20.611.735,76	4.720.285,41
Cota-Parte do IPVA	20.624.227,34	17.943.971,60	2.379.621,84	300.633,90
Cota-parte IPI-Ex	5.012.553,97	4.054.239,73	779.057,61	179.256,63
Cota-Parte do Salário Educação	1.297.470,88	802.922,20	330.219,30	164.329,38
Sistema Único de Saúde – SUS Estados/ Municípios	1.274.015,69	1.154.257,47	–	119.758,22
Outras Transferências dos Estados/Municípios	214.412,90	–	–	214.412,90
Transferências Multigovernamentais	37.231.123,49	23.046.541,16	9.470.341,19	4.714.241,14
Transferências do Fundef	35.877.140,01	23.046.541,16	8.567.847,36	4.262.751,49

TABELA 30 – RMB, Receita Total, 2003 (continua)

Discriminação	TotalRMB	Belem	Ananindeua	Demais Municípios
Complementação União – Fundef	1.353.983,48	–	902.493,83	451.489,65
Transferências de Convênios	6.574.511,95	3.993.590,99	1.373.047,13	1.207.873,83
Transferências da União	2.022.252,74	1.245.870,78	132.237,13	644.144,83
Transferências dos Estados/Municípios	4.552.259,21	2.747.720,21	1.240.810,00	563.729,00
Outras Transferências Correntes	1.436.045,78	1.436.045,78	–	–
Receita da Dívida Ativa	16.941.216,99	15.917.494,97	846.653,87	177.068,15
Outras Receitas Correntes Líquidas	68.609.048,56	65.382.565,53	2.692.117,80	534.365,23
Receita Patrimonial	12.048.458,87	11.109.991,47	755.049,10	183.418,30
Receita de Valores Mobiliários	12.048.284,75	11.109.817,35	755.049,10	183.418,30
Receita de Concessões e Permissões	–	–	–	–
Outras Receitas Patrimoniais	174,12	174,12	–	–
Receita Agropecuária/Industrial/Serviços	5.670.064,52	5.051.543,39	496.568,28	121.952,85
Receitas de Contrib Econômicas	33.191.572,27	32.841.690,83	251.045,38	98.836,06
Demais Receitas Correntes Líquidas	17.698.952,90	16.379.339,84	1.189.455,04	130.158,02
Receita de Capital	22.575.411,15	19.944.319,02	876.825,46	1.754.266,67
Operações de Crédito	5.856.476,11	5.856.476,11	–	–
Alienação de Ativos	31.037,00	7.990,00	–	23.047,00
Amortização de Empréstimos	5.435.435,44	5.435.435,44	–	–
Transferência de Capital	–	–	–	–
Transferência da União	–	–	–	–
Transferência dos Estados/Municípios	–	–	–	–
Transferências de Convênios	7.902.428,60	5.294.383,47	876.825,46	1.731.219,67
Transferências da União	5.926.845,53	4.747.166,05	476.825,46	702.854,02
Transferências dos Estados/Municípios	1.975.583,07	547.217,42	400.000,00	1.028.365,65
Outras Transferências de Capital	3.350.034,00	3.350.034,00	–	–
Outras Receitas de Capital	–	–	–	–

Elaboração: Observatório das Metrópoles



Capítulo 3

Ana Claudia Duarte Cardoso, José Júlio Ferreira Lima,
Anna Carolina Holanda

3. Condições Institucionais de Cooperação entre os Municípios

A trajetória da gestão da RMB nos reporta a três momentos marcantes. O primeiro deles foi o de sua própria institucionalização com os municípios de Belém e Ananindeua em 1973, pelo governo federal, como uma decisão geopolítica. O segundo foi o da promulgação da Constituição de 1988, e conseqüente alteração dos mecanismos de gestão que viabilizavam procedimentos de abrangência metropolitana. E o terceiro foi a sua instituição pelo governo estadual em 1995, com a inclusão dos três novos municípios – Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, a partir de pleitos políticos e pressões do setor privado pela unificação de tarifas de serviços públicos.

Segundo Lisboa Júnior (2001), os primeiros anos de gestão da RMB foram dedicados à instrumentalização, com ações realizadas pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), integrante da estrutura administrativa do Município de Belém, enquanto o governo estadual implantava o Sistema Estadual de Planejamento. Em seguida, a gestão metropolitana foi concentrada na Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), sendo mantida a CODEM como seu braço executivo. Durante este período iniciado com a institucionalização em 1973 até o final da década de 1980 foram tomadas diversas providências relativas ao planejamento e sistematização de informações do espaço metropolitano, a partir dos quais foram traçadas as diretrizes das políticas setoriais de saneamento, transporte e habitação, executadas no período posterior (1983 a 1986).

A década de 1980 e início dos anos 90, período marcado por ações esparsas, seja para a gestão metropolitana, seja pelos esforços de articulação da gestão de políticas de

interesse metropolitano, qual sejam transporte, resíduos sólidos e saneamento. Durante toda a década de 1980, na forma de investimentos para projetos metropolitanos, e diante da expectativa gerada em torno da nova Constituição, seja pelas alterações no caráter jurídico, institucional e tributário, e uma conseqüente fragilização nas relações entre o governo estadual e as municipalidades da RMB, aconteceu nos primeiros anos da década de 1990 uma mobilização por duas questões tidas como importantes: a revisão das tarifas de transporte urbano e telefone (LISBOA JUNIOR, 2001). Os municípios ao pressionarem o Governo do Estado para condução de tais questões levam a ampliação da Região Metropolitana de Belém em 1995. Com a Lei Complementar Estadual nº 27 o território da RMB foi ampliado com a inclusão de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, além de ser proposto um desenho preliminar para o Sistema de Gestão Metropolitano, a ser instalado com um Conselho Metropolitano, Secretaria Geral e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. Além da criação do Conselho Metropolitano com composição semelhante ao antigo conselho da década de 70, e com competências ainda a serem regulamentadas por decreto, soma-se o apoio a ser dado pela Secretaria Geral. Esta deveria atuar mais do que apoio administrativo, pela concepção inicial teria a função de dar suporte operacional ao Conselho também nas questões técnicas voltadas a políticas globais e setoriais que no plano ideal deveriam ser construídas a partir de consenso entre as instâncias estadual e municipais.

O que se percebe a partir da institucionalização da ampliação da RMB é a condução de um processo marcadamente de cunho político em torno da instalação de um aparato de gestão para a RMB. Junior sugere que o Sistema Gestor Metropolitano proposto em 1995 reproduz o mesmo modelo de gestão de 1973 uma vez que não inclui instrumentos de gestão preconizados pela Constituição de 1988. Seria o caso da falta de definição de competências relativas a questões estruturais voltadas a instrumentos que garantissem, por exemplo, regularização fundiária diante do avanço da ocupação urbana em direção à área rural, a uma estratégia metropolitana e urbana. Não é demais associar neste momento a circulação de idéias voltadas à utilização de conceitos como o planejamento estratégico, planejamento situacional em meio à emergência do planejamento participativo e ao ressurgimento do Plano Diretor como instrumento básico da política urbana. É deste período a elaboração e aprovação do Plano Diretor de Belém de 1993 desarticulado de um plano metropolitano, por outro lado de um plano metropolitano de transportes, elaborado sem implementação por ser ao fim e ao cabo incluído na discussão da própria

definição do modelo de gestão metropolitana, agora a cargo da COHAB por delegação da SEPLAN em 1996.

A partir de 2000, dificuldades de alinhamento político partidário inviabilizam a formação de uma gestão metropolitana efetiva. O processo de criação de invasões ao longo dos eixos de transporte nos municípios mais distantes do núcleo Belém se acentuam. As políticas habitacionais da Prefeitura de Belém privilegiam assentamentos onde existem condições políticas para tal, promovendo regularização de áreas localizadas no limite de Belém. Nas ilhas de Outeiro, Mosqueiro e Cotijuba pertencentes ao município de Belém, intensificam-se as invasões, agora associadas a movimentos organizados de sem-terra que chegam a capital provenientes do interior. Nos demais municípios ocorrem invasões de áreas sem ocupação pertencentes a particulares.



Considerações Finais

Em que pese a RMB ter apenas dois municípios efetivamente conurbados – Belém e Ananindeua – o processo de periferização nos demais – Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará é acompanhado de um processo de transformação de terra rural em terra urbana por meio de invasões e loteamentos na maioria das vezes clandestinos. A segregação Socioespacial percebida no interior do núcleo urbano da RMB, conhecida por Primeira Légua Patrimonial é manifestada através da mistura de várias classes sociais desfrutando de um continuum de infra-estrutura, de tal modo que poderíamos designar de uma segregação pouco explícita, uma vez que ocorre freqüentemente uma compensação pelas piores localizações. Trata-se da Belém da centenária onde uma estrutura urbana de ruas bem traçadas e qualidade ambiental consegue fazer frente aos efeitos da pobreza regional através da dotação de infra-estrutura nos bairros da primeira periferia das baixadas do Rio Guamá e da Baía do Guajará.

O mesmo não pode ser dito do processo de segregação nos demais espaços metropolitanos, onde a precariedade na prestação de serviços infra-estruturais, aliados ao baixo desempenho ou inexistência de políticas sociais, acaba por revelar de forma conspícua uma segregação que se faz tanto pela proximidade e fechamento de barreiras na forma de condomínios de luxo ou pela separação imposta pelos padrões de acessibilidade reduzida pelo deficiente transporte público incapaz de consolidar as áreas de crescimento urbano.

Para as políticas públicas a serem desenvolvidas fica a necessidade de assegurar para a RMB as condições de utilizar os meios locais para ampliar o atendimento dos serviços setoriais sem deteriorar o meio ambiente e aumentar a participação popular nas decisões de gestão metropolitana, praticamente inexistentes nos últimos anos.



Referências Bibliográficas

BELÉM. *Lei Complementar nº 02 de 19/07/1999. Dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município de Belém e dá outras providências.*

BELÉM. *Lei nº 7.603 de 13/01/1993. Dispõe sobre o plano diretor do município de Belém e dá outras providências.*

BRASIL. *Lei Complementar nº 14, de 08/06/1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.*

BRASIL. *Lei Complementar nº 20, de 01/07/1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios.*

CARDOSO, Ana Claudia Duarte. *The alternative space – informal settlements and life chances in Belém, Brazil.* Tese de Doutorado. School of Architecture Oxford Brookes University – OBU: Oxford, 2002.

CARDOSO, Ana Claudia e LIMA, José Júlio. *Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem?*. In Cardoso, Ana Claudia (org.) *O rural e o urbano na Amazônia, diferentes olhares em perspectiva.* Belém. Editora da UFPa. 2006.

COGEP - Coordenadoria Geral de Planejamento *Diagnóstico do Plano Diretor de Belém.* Belém: Prefeitura Municipal de Belém. (mimeo). 1992.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. *Relatório Ambiental da Região Metropolitana de Belém.* Belém:1997

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Pará *Avaliação das Intervenções do Poder Público na Questão Habitacional no Estado do Pará*. Belém: IDESP. 1990.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo demográfico de 1991*. 1991.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo demográfico de 2000*. 2000.

LISBOA JÚNIOR, 2001 *O sistema gestor da Região Metropolitana de Belém*. In *Metrópolis em revista*. Número 3. Curitiba, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, 2001. pp. 21-28.

MERCÊS, S. *Transporte coletivo em Belém: mudança e continuidade*. Tese (Doutorado) – FAU/USP. São Paulo, 2004

MERCÊS, S. *Transporte urbano por ônibus na Área Metropolitana de Belém (1966-1983): a formação da questão*. Dissertação (Mestrado) – FAU/USP. São Paulo, 1998

MERCÊS, S; OLIVEIRA, M. C. A.; SCATENA, J. C. *Metrópoles distintas, mobilidades comparadas*. *Anais do 14º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito*. Vitória, 2003

PARÁ, Governo do Estado; JICA – Japan International Cooperation Agency. *Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana de Belém, Relatório Final*. Belém: COHAB, 2001

PARÁ, Governo do Estado; JICA – Japan International Cooperation Agency. *Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana de Belém*. Belém: JICA, 1991

PARÁ. *Lei Complementar no. 27 de 19/10/1995. Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências*, 1995,

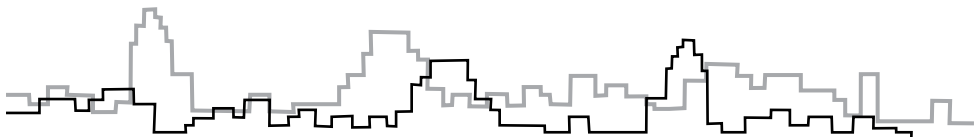
PARÁ. *Lei no. 5.778 de 15/12/1993. Define os limites políticos, administrativos e territoriais entre os municípios de Belém e Ananindeua e dá outras providências*. 1993.

TRINDADE JR., Saint Clair Cordeiro da. *A cidade dispersa – os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1998.

Conjuntura Urbana *11*

Como Anda **Goiânia**

ORGANIZADOR
Aristides Moysés





Capítulo 1

Aristides Moysés

1. Relatório de Pesquisa – Como Anda a Metrópole Goianiense

A rigor, o espaço metropolitano de Goiânia, como objeto de estudos e de pesquisas, deveria ser pensado para além do que é conceituado institucionalmente. Mesmo considerando a discrepância do tamanho populacional e territorial existente entre os municípios que compõem o que a Lei Complementar 27, de dezembro de 1999, definiu como sendo “a Grande Goiânia e a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia”, entendemos que é importante refletir sobre esse espaço enquanto um território que se integra do ponto de vista econômico, social, político e cultural. Mais ainda, se do ponto de vista da política doméstica de cada município e das relações que estabelecem entre si, até agora, entendeu-se que Anápolis não deve fazer parte do espaço metropolitano instituído legalmente. Entretanto, do ponto de vista acadêmico é desejável que esse município, pelo menos para estudos e pesquisas em âmbito local e regional, seja inserido, pois a intensidade dos fluxos entre ele e a cidade pólo é crescente.

A idéia de território, do ponto de vista físico, nos remete para a existência de um espaço contínuo, contíguo e multifacetado, demarcado por questões administrativas e por barreiras físicas como morros, montanhas, córregos, rios, matas. No entanto, mesmo fisicamente, essas interposições de natureza física, hidrológica, geográfica não se constituem em barreiras intransponíveis para se pensar o espaço metropolitano numa dimensão mais abrangente. Isso porque do ponto de vista social, político e principalmente cultural, para a população que habita esse espaço, essas barreiras não dificultam sua procura por bens e serviços, assim como por emprego e renda, lazer e entretenimento.

A divisão do território, do ponto de vista físico, pode ser vista como uma questão meramente administrativa. Do ponto de vista das relações sociais, os limites territoriais não são significativos e podem ser vistos como resultado de um processo que se consolida em função da intensificação dos fluxos de pessoas e de mercadorias entre as localidades que se formam em torno de uma cidade pólo. Isso porque “o dinamismo do centro principal dá origem ao crescimento do perímetro urbano, englobando por vezes outros centros urbanos já existentes, além de originar novos, configurando assim, uma aglomeração urbana” (OBSERVATÓRIO, 2004; RELATÓRIO DA ATIVIDADE 1, 2004).

Por fim, cabe esclarecer que essa discussão não passa de uma hipótese de trabalho que pode considerar esse espaço como um recorte geográfico e territorial a ser estudado sem as amarras institucionais, no sentido de dar mais efetividade e robustez aos estudos a serem realizados. As metrópoles assumem, em todo o mundo, e particularmente no Brasil, papel fundamental não só como centros que concentram as decisões sobre os destinos da economia, como também abrigam a problemática da população integrada e não integrada ao processo de crescimento. Tomar conhecimento de como esses processos acontecem e detectar quais os seus fundamentos tem sido preocupação de gestores públicos dessas cidades, mas sobretudo, de teóricos e estudiosos da academia, nas mais diversas áreas de conhecimento, os quais não podem ficar tolhidos pelos limites quer sejam geográficos, quer sejam políticos, quer sejam institucionais.

Os *Quadros 2, 3 e 4* mostram alguns indicadores importantes que permitem uma visão panorâmica da dinâmica urbana da RMG, em decorrência do processo acelerado de concentração urbana (pessoas e atividades econômicas) ocorridas, sobretudo a partir de 1970. Os indicadores das tabelas mencionadas foram extraídos do Censo de 2000 e expressam o a dinâmica da RMG, ao longo dos anos 1990.

QUADRO 2 – Indicadores para Identificação do Nível de Integração na Dinâmica da Aglomeração dos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros – Região Metropolitana de Goiânia e Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia

Espaço Urbano Municípios da RMG e RDIG – Área Metropolitana	Indicadores					Fatorial		
	Taxa Crescim. Pop. Total 1991/2000	Densidade (Hab/Km ²) 2000	Número de Pessoas que Trabalham ou Estudam em Outro Mun. 2000	% Pessoas que Trabalham ou Estudam em Outro Mun. 2000	% Ocupados Não- agrícolas 2000	Escore	Índice	Integração na dinâmica da Aglomeração
Abadia de Goiás	1,82	34	776	23,07	76,49	-0,24	0,41	Baixa
Aparecida de Goiânia	7,3	1.166	76.282	33,11	96,68	1,66	0,9	Muito Alta
Aragoiânia	3,56	29	421	9,63	76,92	-0,4	0,37	Baixa
Bela Vista de Goiás	2,57	15	472	3,66	61,87	-0,85	0,25	Muito Baixa
Bonfinópolis	5,44	44	760	21,7	74,19	-0,03	0,46	Média
Brazabrantes	1,93	22	408	22,01	72,16	-0,36	0,38	Baixa
Caldazinha	3,87	9	106	5,35	56,13	-0,88	0,24	Muito Baixa
Caturai	0,52	21	431	15,32	61,98	-0,72	0,28	Baixa
Goianópolis	4,96	66	285	4,21	46,62	-0,71	0,29	Baixa
Goiânia	1,94	1.478	16.841	2,13	97,49	0,27	0,54	Pólo
Goianira	6	93	3.126	25,69	91,13	0,41	0,58	Alta
Guapo	2,15	27	1.178	13,63	77,72	-0,4	0,37	Baixa
Hidrolândia	2,75	14	780	9,18	72,81	-0,6	0,32	Baixa
Inhumas	1,51	72	1.675	5,59	86,21	-0,36	0,38	Baixa
Nerópolis	4,06	91	1.204	9,16	84,85	-0,12	0,44	Média
Nova Veneza	2,8	52	542	12,34	77,22	-0,32	0,39	Baixa
Santo Antônio de Goiás	6,17	23	355	17,04	80,59	-0,07	0,45	Média
Senador Canedo	9,27	217	12.530	36,46	95,55	1,07	0,75	Muito Alta
Terezópolis de Goiás	3,25	48	406	12,13	73,5	-0,35	0,38	Baixa
Trindade	4,93	114	10.152	19,12	92,35	0,32	0,56	Média

Fonte: IBGE – Extraído de Observatório da Metrôpoles Relatório 1 (2004).

No *Quadro 2*, destaca-se o movimento pendular, ou deslocamento de pessoas na Região Metropolitana de Goiânia. Os motivos do deslocamento, para trabalhar e para estudar, são mais intensos nos municípios que apresentam alto nível de integração com a dinâmica da região. Nesse sentido, nota-se que os municípios de Aparecida de Goiânia e Senador Canedo (ambos com integração muito alta) e Goianira (com integração alta), são os municípios, cujos moradores mais se deslocam para fora do município para trabalhar e/ou

para estudar, ou seja, 33,11%, 36,46% e 25,69% respectivamente. Pode-se afirmar que mais de 90% dos deslocamentos desses municípios se dirigem para o pólo metropolitano. A média de deslocamento na Região Metropolitana, envolvendo todos os 11 municípios é de 80%, ou seja, grande parte da população procura o pólo metropolitano para resolver suas demandas por trabalho e educação, sem contar com outras necessidades tais como: saúde, assistência social, cultura. Em números absolutos, o *Quadro 2* permite concluir que aproximadamente 100 mil pessoas procuram a capital do Estado só para trabalhar e estudar.

QUADRO 3 – Indicadores para Identificação da Condição Social dos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros – Região Metropolitana de Goiânia e Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – 2000

Espaço Urbano Municípios da RMG e RDIG – Área Metropolitana	Número de pessoas pobres ¹	Número de domicílios carentes ²	Número de domicílios deficientes ³	IDH-M ⁴	ICH ⁵	Taxa de pobreza ⁶	Índice de pobreza	Índice da condição social	Classe
Abadia de Goiás	1.539	408	990	0,742	0,582	30,95	0,691	0,636	4
Aparecida de Goiânia	76.832	9.498	66.818	0,764	0,670	22,84	0,772	0,721	3
Aragoiânia	2.020	646	1.182	0,759	0,581	31,45	0,686	0,633	4
Bela Vista de Goiás	4.545	1.991	2.961	0,744	0,621	23,66	0,763	0,692	3
Bonfinópolis	1.792	433	1.002	0,723	0,626	33,47	0,665	0,646	4
Brazabrantes	993	181	516	0,749	0,663	35,84	0,642	0,652	3
Caldazinha	870	480	336	0,742	0,548	30,44	0,696	0,622	4
Caturai	1.551	397	822	0,728	0,591	35,83	0,642	0,616	4
Goianápolis	4.049	481	2.306	0,689	0,627	37,94	0,621	0,624	4
Goiânia	134.986	8.499	67.563	0,832	0,921	12,35	0,877	0,899	2
Goianira	5.223	765	3.975	0,740	0,646	27,90	0,721	0,684	3
Guapo	4.625	1.396	2.206	0,729	0,576	33,36	0,666	0,621	4
Hidrolândia	3.595	1.584	1.828	0,736	0,589	27,47	0,725	0,657	3
Inhumas	9.824	1.311	6.931	0,765	0,744	22,38	0,776	0,760	3
Nerópolis	4.539	614	3.895	0,785	0,647	24,43	0,756	0,701	3
Nova Veneza	2.156	330	1.457	0,732	0,621	33,62	0,664	0,642	4
Santo Antônio de Goiás	812	133	694	0,749	0,637	26,15	0,739	0,688	3
Senador Canedo	16.978	1.818	11.865	0,729	0,611	31,97	0,680	0,646	4
Terezópolis de Goiás	1.987	310	1.013	0,707	0,586	39,10	0,609	0,598	4
Trindade	23.411	2.212	11.760	0,759	0,735	28,74	0,713	0,724	3
Total	302.327	33.487	190.120						

Fontes: IBGE, Metrodata, PNUD (OBSERVATÓRIO, 2004).

Notas: 1 – São consideradas pobres pessoas com renda domiciliar mensal *per capita* até meio salário-mínimo.

2 – Domicílio carente é aquele que apresenta falta de algum serviço básico de saneamento (abastecimento de água, instalação sanitária ou escoadouro e destino do lixo).

3 – Domicílio deficiente é aquele que apresenta algum tipo de deficiência no acesso, ou seja, aqueles que têm infra-estrutura mínima, porém de forma deficiente.

4 – IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

5 – ICH – Índice de Carência Habitacional.

6 – A taxa de pobreza corresponde ao percentual de pessoas pobres sobre a população total dos respectivos municípios.

O *Quadro 3* apresenta outros indicadores que mensuram a condição social dos municípios da Área Metropolitana. Existem mais de 300 mil pessoas consideradas pobres (que percebem até meio salário-mínimo). Isso representa 17,3% da população metropolitana (RMG e Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – RDIG – juntas). Desse contingente, a proporção de pobres é mais acentuada nos seguintes municípios, pela ordem: Goiânia com 44,6%, Aparecida de Goiânia com 25,4%, seguida com proporção bem menores o município de Trindade com 7,7% e Senador Canedo com 5,6%. Chama a atenção o fato de 70% dos pobres da RMG e RDIG, ou seja, do espaço metropolitano institucionalizado, estarem concentrados nas duas cidades mais populosas, mais ricas e com mais ofertas de emprego, Goiânia e Aparecida de Goiânia.

No que tange aos municípios com domicílios carentes, ou seja, aqueles que não possuem pelo menos alguns dos serviços básicos, Aparecida de Goiânia é que tem a pior proporção (28,4% dos domicílios), Goiânia com 25,4% seguida de Trindade com 6,6% e Senador Canedo com 5,4%.

QUADRO 4 – Percentual dos Indicadores de Pobreza,
Domicílios Carentes e Domicílios Deficientes

Espaço Urbano – Região Metropolitana de Goiânia e Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia	Número de pessoas pobres ¹	%	Número de domicílios carentes ²	%	Número de domicílios deficientes ³	%
Abadia de Goiás	1.539	0,5	408	1,2	990	0,5
Aparecida de Goiânia	76.832	25,4	9.498	28,4	66.818	35,1
Aragoiânia	2.020	0,7	646	1,9	1.182	0,6
Bela Vista de Goiás	4.545	1,5	1.991	5,9	2.961	1,6
Bonfinópolis	1.792	0,6	433	1,3	1.002	0,5
Brazabrantes	993	0,3	181	0,5	516	0,3
Caldazinha	870	0,3	480	1,4	336	0,2
Caturai	1.551	0,5	397	1,2	822	0,4
Goianópolis	4.049	1,3	481	1,4	2.306	1,2
Goiânia	134.986	44,6	8.499	25,4	67.563	35,5
Goianira	5.223	1,7	765	2,3	3.975	2,1
Guapo	4.625	1,5	1.396	4,2	2.206	1,2
Hidrolândia	3.595	1,2	1.584	4,7	1.828	1,0
Inhumas	9.824	3,2	1.311	3,9	6.931	3,6
Nerópolis	4.539	1,5	614	1,8	3.895	2,0
Nova Veneza	2.156	0,7	330	1,0	1.457	0,8
Santo Antônio de Goiás	812	0,3	133	0,4	694	0,4
Senador Canedo	16.978	5,6	1.818	5,4	11.865	6,2
Terezópolis de Goiás	1.987	0,7	310	0,9	1.013	0,5
Trindade	23.411	7,7	2.212	6,6	11.760	6,2
Total	302.327	100,0	33.487	100,0	190.120	100,0

Fontes: IBGE, Metrodata, PNUD - Anexo 4 (OBSERVATÓRIO, 2004).

Notas:

1 – São consideradas pobres pessoas com renda domiciliar mensal *per capita* até meio salário-mínimo.

2 – Domicílio carente é aquele que apresenta falta de algum serviço básico de saneamento (abastecimento de água, instalação sanitária ou escoadouro e destino do lixo).

3 – Domicílio deficiente é aquele que apresenta algum tipo de deficiência no acesso, ou seja, aqueles que têm infra-estrutura mínima, porém de forma deficiente.

Por fim, outros indicadores interessantes estão no *Quadro 4*. No que se refere aos domicílios deficientes, nota-se que as proporcionalidades são maiores do que os outros quesitos citados anteriormente. Assim, Goiânia com 35,5% supera ligeiramente Aparecida de Goiânia que tem 35,1% e depois vêm os municípios de Trindade e de Senador Canedo, ambos com 6,2%.

Esses indicadores permitem a seguinte correlação: existe uma recorrência entre os municípios com maior portfólio econômico e as condições de vida da população, ou seja, aqueles que se apresentam mais integrados, tanto em função da proximidade geográfica como também da estrutura econômica e do tamanho da população, são os municípios em que, proporcionalmente, a condição social de parcela significativa da população é mais precária. Esta é uma contradição histórica que o capitalismo não conseguiu até hoje resolver, sobretudo nos países subdesenvolvidos, sejam eles emergentes ou não.

O objetivo a que nos propomos é analisar o município de Goiânia no contexto de sua região metropolitana, tendo como parâmetros suas características do ponto de vista demográfico, socioespacial e econômico. Em outros termos, pretende-se disponibilizar para pesquisadores e estudiosos da questão urbana e metropolitana, um diagnóstico preliminar dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia. Enfim, as análises a seguir abordam aspectos relacionados com a tipologia socioocupacional, demografia, habitação, renda e trabalho, educação, transportes no que se refere à mobilidade (deslocamento), violência urbana, relações institucionais de cooperação entre os municípios que compõem o espaço metropolitano e o desempenho fiscal dos respectivos municípios.

A produção quer seja teórica ou empírica, acerca dos problemas urbanos de Goiânia e de sua região metropolitana, realizada nas Universidades e por órgãos técnicos governamentais e não governamentais é significativa, porém encontra-se dispersa. Essa dispersão tem a ver com a ausência de realização de fóruns permanentes para debater os problemas da metrópole goianiense, assim como a concentração urbana do Estado de Goiás e do Centro-Oeste. Esses fóruns possibilitariam aos pesquisadores locais uma maior integração intelectual, ao mesmo tempo em que ensinaria as condições para que a produção local pudesse ser sistematizada, gerando assim, um acervo de conhecimento mais elaborado.

Ressalte-se que, quando ocorrem algumas discussões sobre os problemas urbanos, estes são pontuais e muitas vezes produzidos pelo calor de algum acontecimento. Podemos citar como exemplos as discussões em torno da revisão do Plano Diretor de Goiânia, a incorporação ou não da zona rural na zona de expansão urbana, os condomínios horizontais fechados que vêm se tornando no grande nicho do mercado imobiliário, as ocupações e desocupações de terras urbanas ociosas, as desigualdades socioespaciais em contraposição a idéia de que Goiânia é uma das melhores cidades com qualidade de vida, dentre outras.

Mesmo nas Universidades, de onde se espera uma postura mais agressiva, nas quais existem quadros altamente especializados, as iniciativas são acanhadas e pouco conseqüentes.

Ao produzir esse Relatório sobre a Região Metropolitana de Goiânia, a nossa expectativa é no sentido de contribuir, primeiro com a organização de um banco de dados sistematizados sobre os problemas urbanos que afetam a vida de todos os que moram nas cidades e, segundo, ao expor esses problemas, expor também a nossa concepção acerca deles e estimular o debate com e entre os pesquisadores goianos e goianienses sobre os problemas de sua metrópole.

Capítulo 2

Aristides Moysés, Eduardo Rodrigues da Silva,
Maria do Amparo de A. Aguiar

2. Caracterização Geral da Região Metropolitana de Goiânia

2.1. Institucionalização e Configuração do Espaço Metropolitano

A Região Metropolitana de Goiânia é constituída oficialmente pelo que determina a Lei Complementar 27, de dezembro de 1999, ou seja, é formada por 11 municípios os quais constituem o que a lei denomina de “Grande Goiânia”. Além destes, segundo a mesma lei, existe a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – RDIG, com mais nove municípios podendo ser considerada como “colar metropolitano”. O espaço metropolitano institucionalizado originalmente, ou seja, RMG+RDIG, é constituído por 20 municípios.

Do ponto de vista institucional, a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás tem promovido alterações na composição desse espaço, cujos critérios não são explicitados para a sociedade.

A partir de dezembro de 1999 até final de 2004, a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás produziu alterações na composição da Região Metropolitana e na Região de Desenvolvimento Integrado. Portanto, a composição atual da Região Metropolitana de Goiânia é a que determina o art. 1º da Lei Complementar 49, de 9 de dezembro de 2004 (Redação dada pela Lei Complementar 48, de 9 de dezembro de 2004), onde se lê:

Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º, inciso I, alínea “a”, e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianápolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade.

E no parágrafo 2º do mesmo artigo:

Fica instituída a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, com as atribuições, organização e funcionamento a serem definidas em lei, composta pelos seguintes municípios: Aragoiânia, Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabranes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. – Redação dada pela Lei Complementar 43, de 7-11-2003.

Cabe esclarecer, entretanto, que as análises temáticas considerarão a RMG constituída pelos 11 municípios. Isso significa que para efeito deste relatório, o espaço metropolitano a ser analisado neste trabalho considera o que determina a Lei Complementar 27, de dezembro de 1999, mais a inclusão dos municípios de Caldazinha e de Guapó, significando que não serão levados em considerações as alterações ocorridas posteriormente e já mencionadas.

Por que não considerar a composição atual? As justificativas mais plausíveis referem-se a duas questões: primeiro, este trabalho está inserido num projeto nacional que utiliza uma mesma metodologia visando assegurar as condições para produzir análises comparativas com as demais RMs brasileiras envolvidas neste estudo e, segundo, utiliza como base de dados comum, os Censos Demográficos do IBGE. Assim, as alterações processadas no âmbito da RMG são de caráter estritamente local, ou seja, ocorreram após a realização do último Censo, não cabendo, portanto, quaisquer alterações na base de dados.

2.2. Vetores de Crescimento e Dinâmica da Economia

O espaço metropolitano de Goiânia institucional é extenso, reúne 20 municípios e compõe-se de territórios heterogêneos, sobretudo no que se refere aos aspectos sócio-econômicos-territoriais. Se considerarmos os 11 municípios, a região reúne, segundo o Censo 2000, uma população de aproximadamente, 1,6 milhão de habitantes, conforme mostra a *Tabela 1*, distribuída num território de aproximadamente 3.980 km², o que lhe confere uma densidade demográfica aproximada de 410 hab./km².

Entretanto, se acrescentarmos os nove municípios que compõem a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, o contingente populacional se aproxima de 1,8 milhões de habitantes.

A taxa média de crescimento anual da população metropolitana (RMG) vem se mantendo em 3,2% desde o Censo de 1991. Chama a atenção o fato de a maioria dos municípios apresentarem taxas elevadas de crescimento, todas superiores às do município de Goiânia.

Isso permite tirar três conclusões: a população metropolitana cresce em função do poder de atração que a capital do Estado exerce, devido às ofertas de serviços e possibilidades de trabalho, tanto no setor formal quanto no setor informal da economia; novos contingentes populacionais são atraídos pela dinâmica urbana de Goiânia, porém, a maioria vai localizar-se nos municípios do entorno da capital; e, finalmente, a manutenção da taxa de crescimento da população metropolitana durante a década de 1990 atesta a existência de uma grande mobilidade interna, ou seja, a transferência de pessoas de um município para o outro tem sido uma constante durante esse período.

Vale mencionar que o contingente populacional que vive no espaço metropolitano sobrevive com pouco mais de dois salários-mínimos em média, expressando a existência de um mercado interno extremamente debilitado. Dada a polarização exercida pela capital, a consequência mais imediata é que muitos dos problemas sociais de Goiânia são gerados nos municípios vizinhos, fato esse que exige dos gestores urbanos desse imenso espaço territorial, ações conjuntas na perspectiva de se alcançar resultados positivos com as políticas públicas de inclusão social.

TABELA 1 – População Residente e Situação do Domicílio na Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e na Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG)

Municípios	População residente e situação do domicílio						Taxa de urbanização		Taxa geométrica de crescimento
	Total		Situação do domicílio						
			Urbana		Rural				
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	2000-1991
Abadia de Goiás	-	4.971	-	3.096	-	1.875	-	62,3	-
Aparecida de Goiânia	178.483	336.392	175.555	335.547	2.928	845	98,4	99,7	7,3
Aragoiânia	4.910	6.424	2.831	4.262	2.079	2.162	57,7	66,3	3,0
Goianápolis	10.716	10.671	8.594	9.805	2.122	866	80,2	91,9	0,0
Goiânia	922.222	1.093.007	913.485	1.085.806	8.737	7.201	99,1	99,3	1,9
Goianira	12.896	18.719	10.135	18.064	2.761	655	78,6	96,5	4,2
Hidrolândia	10.254	13.086	4.665	7.836	5.589	5.250	45,5	59,9	2,7
Nerópolis	12.987	18.578	11.306	17.253	1.681	1.325	87,1	92,9	4,1
Santo Antônio de Goiás	-	3.106	-	2.564	-	542	-	82,5	-
Senador Canedo	23.905	53.105	8.753	50.442	15.152	2.663	36,6	95,0	9,3
Trindade	54.072	81.457	48.927	78.199	5.145	3.258	90,5	96,0	4,7
Total RMG	1.230.445	1.639.516	1.184.251	1.612.874	46.194	26.642	96,2	98,4	3,2
Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia									
Bela Vista de Goiás	17.316	19.210	9.652	12.278	7.664	6.932	55,7	63,9	1,2
Bonfinópolis	3.324	5.353	2.743	4.908	581	445	82,5	91,7	5,4
Brazabantes	2.334	2.772	1.271	1.723	1.063	1.049	54,5	62,2	1,9
Caldazinha	-	2.859	-	1.194	-	1.665	-	41,8	-
Caturai	4.134	4.330	2.489	3.117	1.645	1.213	60,2	72,0	0,5
Guapo	11.785	13.863	8.249	9.916	3.536	3.947	70,0	71,5	1,8
Inhumas	38.368	43.897	32.722	39.976	5.646	3.921	85,3	91,1	1,5
Nova Veneza	5.003	6.414	3.658	5.354	1.345	1.060	73,1	83,5	2,8
Terezópolis de Goiás	-	5.083	-	1.775	-	1.467	-	34,9	-
Total RDIG	82.264	103.781	60.784	80.241	21.480	21.699	73,9	77,3	2,6
Total	1.312.709	1.743.297	1.245.035	1.693.115	67.674	48.341	94,8	97,1	3,2

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 e 2000 (Metrodata).

Essa concentração populacional gera efeitos perversos. De um lado desertifica populacionalmente os demais municípios do Estado e por outro concentra grande parte dos fluxos de riqueza nesse espaço. Isso permite concluir que Goiânia, como cidade pólo do processo de metropolização, continua atraindo para si todas as benesses das riquezas acumuladas pelo conjunto da população do Estado e da Região Centro-Oeste. Segundo estudos produzidos pelo Observatório das Metrópoles, no âmbito da RMG e RDIG, só Goiânia concentra 87,0% das agências bancárias; 94,9% das operações financeiras via bancos; 81,2% da massa de rendimento mensal circulam na economia da cidade pólo; 76,5% dos empregos formais em atividades de ponta e, obviamente, a totalidade do fluxo de passageiros no único aeroporto de porte do Estado. Ressalte-se, entretanto, que das 500 maiores empresas brasileiras, apenas cinco têm sede em Goiânia.



Capítulo 3

Elcileni de Melo Borges, Loçandra Borges de Moraes, Marta Roverly de Souza,
Rita Petra Kallabis, Genilda Darc Bernardes, Cesar Augustus L. Labre Freitas,
Juciano Rodrigues Martins, Tadeu Alencar Arraias,
Dalva Maria Borges de L. D. de Souza*

3. Diagnóstico Sociourbano da Região Metropolitana

A análise dos dados considera dois recortes espaciais: informações dos municípios e Área de Expansão de Ponderação (AED) da RMG, recorte esse produzido pelo IBGE com o fim de disponibilizar informações do Censo 2000 relativas aos dados da amostra. As informações dos municípios estão desagregadas entre os 11 municípios da RMG (dados de 2000).

No tocante às AEDs da RMG, apenas três municípios tiveram seu território recortado por elas, ou seja, 15 AEDs em Aparecida de Goiânia; 39 AEDs em Goiânia; 4 AEDs em Trindade e 1 AED nos demais municípios, conforme mostra o Mapa 1. Vale lembrar que os critérios utilizados pelo IBGE¹, foram os seguintes:

- » consistência estatística, ou seja, cada AED deveria reunir uma amostra em torno de 400 domicílios para que oferecesse a consistência estatística necessária;
- » a formação de cada AED deveria obedecer ao critério da contigüidade.

Destaca-se que esses critérios não asseguram a homogeneidade das AEDs, o que, infelizmente, não impede que os dados se contaminem, o que exige atenção do analista quando estiver desenvolvendo análises intra-urbanas.

Outro aspecto a ser considerado quando se faz análise intrametropolitana é que todos os mapas com base nas AEDs foram confeccionados considerando apenas os municípios de Aparecida de Goiânia, Goiânia e Trindade. Isso pelas seguintes razões:

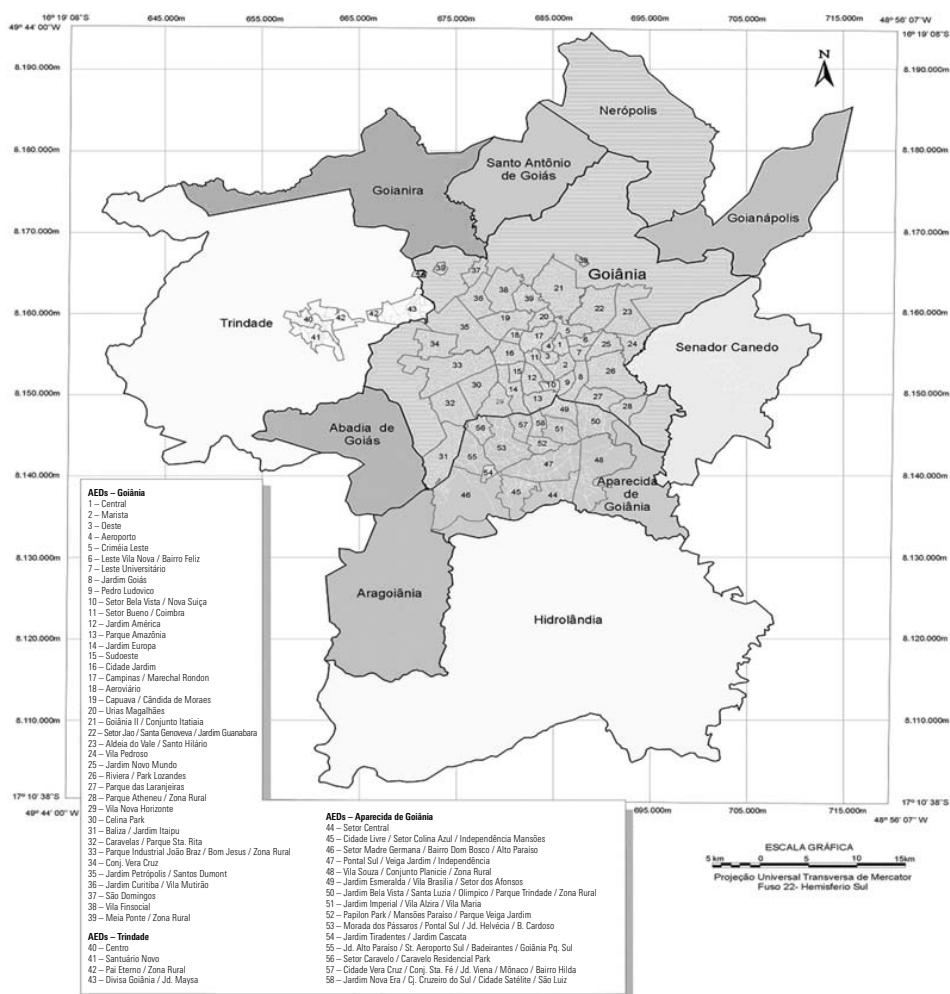
* Os autores são responsáveis pela elaboração dos seguintes itens do diagnóstico: (i) Ocupação, Renda e Diferenciação Socioespacial - Elcileni de Melo Borges e Loçandra Borges de Moraes; (ii) Demografia - Marta Roverly de Souza; (iii) Educação - Rita Petra Kallabis e Genilda Martins; (iv) Moradia - Cesar Augustus L. Labre Freitas e Juciano Rodrigues Martins; (v) Mobilidade e Transporte - Tadeu Alencar Arraias; (vi) Incidência de Homicídios - Dalva Maria Borges de L. D. de Souza

1 A definição das AEDs foi feita juntamente com técnicos do Departamento de Ordenação Socioeconômico da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Goiânia.

- » os três municípios citados reúnem aproximadamente 1,5 milhão da população urbana, o que representa em torno de 93% da população urbana da RMG;
- » os demais oito municípios, por não apresentarem a consistência estatística que o IBGE exige, considerou cada município na sua totalidade uma AEDs.

O *Mapa 1* mostra as AEDs da Região Metropolitana de Goiânia, destacando os municípios de Aparecida de Goiânia, Goiânia e Trindade.

MAPA 1 – AED’s Região Metropolitana de Goiânia



Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

Obs.: Os demais municípios possuem AED's única

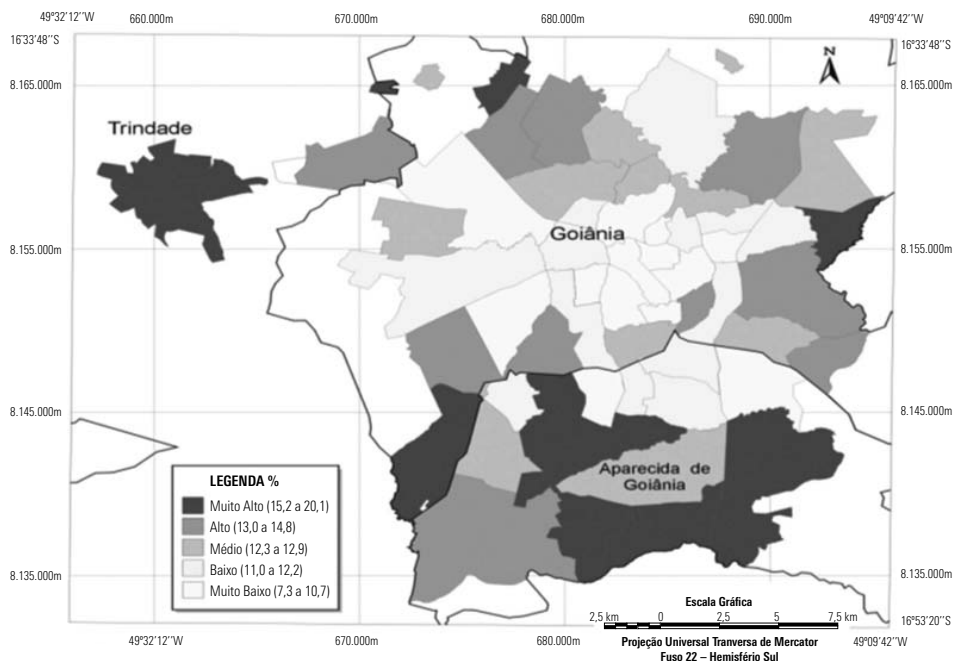
3.1. Ocupação, Renda e Diferenciação Socioespacial

A fim de traçar um panorama do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Goiânia serão considerados na análise que se segue três indicadores que permitirão levantar questionamentos e hipóteses acerca de sua dinâmica, inclusive referente ao seu reatamento na divisão social do espaço metropolitano.

O primeiro indicador a ser considerado é a taxa de desocupados. De uma população economicamente ativa de 838.958 pessoas, em 2000, havia no conjunto da metrópole goianiense 12,5% de desocupados. Apenas os municípios de Hidrolândia, Aragoiânia e Goianópolis não atingiram um índice de 10%, ficando, respectivamente com 9,2%, 9,4% e 9,6%. A exceção de Abadia de Goiás, que nesse quesito não se integrou ao grupo, todos eles possuem nível baixo de integração em relação ao município pólo (Goiânia). Todos os demais ultrapassaram aquele patamar, cujos destaques são de Senador Canedo, Abadia de Goiás e Trindade, que obtiveram uma taxa de desocupados de 18%, 17,1% e 16,3%, respectivamente.

Porém, quando se consideram os espaços intra-urbanos, tendo como referência espacial as AEDs, observam-se que a taxa de desocupados possui uma configuração concêntrica, pois ela se apresenta maior para as áreas que se situam nas franjas da metrópole, principalmente aquelas que estão fora da capital, como mostra o *Mapa 2* e menor para as áreas que estão mais próximas do centro, guardada as exceções devidas. É notório que as áreas que apresentam baixas e muito baixas taxas de desocupados e que não se situam em Goiânia estão localizadas no município de Aparecida de Goiânia exatamente onde, ao final da década de 1990, o capital imobiliário realizou investimentos, ou seja, na divisa desse município com a capital, intensificando o processo de conurbação iniciado na década de 1980. Além, é claro, daqueles municípios citados anteriormente, mas que cada um deles corresponde a apenas uma área de ponderação. As outras áreas intra-urbanas que possuem baixa taxa de desocupados (entre 7,3% e 10,7%) estão todas localizadas em Goiânia. Elas estão situadas em sua maioria na região central da cidade onde se concentra o contingente populacional do tipo superior, médio superior e médio, como se verifica no *Mapa 3*. Porém uma área localizada na região Sudoeste e outra na região de Mendanha, cujo perfil socioespacial é do tipo operário, também exibem a menor faixa da taxa de desocupados.

**MAPA 2 – Taxa de Desocupados. Região Metropolitana de Goiânia.
AED's – Municípios de Goiânia. Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

Quase a totalidade do município de Trindade, cujo perfil socioespacial é do tipo operário e popular periférico, em parte significativa de Aparecida, onde é caracterizada pelo perfil popular operário, e em parte das regiões noroeste e leste de Goiânia, onde o perfil socioespacial apresenta-se do tipo popular operário, a taxa de desocupados atinge os maiores índices, acima dos 15%, chegando em alguns casos a ficar em torno de 20%. Isso configura que a situação do emprego é mais precária para as áreas mais situadas nas franjas da metrópole, evidenciando uma relativa hierarquização da taxa de desocupados em relação à posição social no território urbano.

Quando a análise privilegia a relação de gênero, observa-se que em todos os municípios, sem exceção, a taxa de desocupados entre as mulheres é sempre maior que entre os homens, o que contribui para que elas, no conjunto da metrópole, registrem 15,4% de desocupados enquanto eles, 10,3%. As maiores diferenças da taxa de desocupados femininos e masculinos são verificadas nos municípios de Goianápolis, Abadia de Goiás

e Santo Antônio de Goiás. Por outro lado, constata-se que as menores diferenças ocorrem exatamente nos municípios que possuem maior nível de integração em relação ao pólo, incluindo este, que são: Goiânia, Goianira, Senador Canedo e Aparecida.

Essa consideração sugere que por se tratar de atividades de trabalho mais “urbanas”, ligadas ao setor de serviços, principalmente, homens e mulheres tendem a não se diferenciar no mercado de trabalho, o que se constata nos municípios que estão mais integrados ao pólo. Ao passo que para municípios que ainda predominam atividades agrícolas, essa diferenciação possui peso explicativo, em que pese não haver nenhuma correlação do nível de integração ao pólo para explicação da taxa de desocupados para o seu conjunto. Essas observações tendem a se sustentar ao considerar a taxa de desocupados para o espaço intra-urbano, pois é generalizável o fato de ser maior entre as mulheres que entre os homens, a exceção de apenas AED existente no município de Aparecida.

Ao considerar a estrutura etária, verifica-se que, para todos os municípios da Região Metropolitana, os mais jovens sofrem mais as conseqüências do desemprego. O índice apresentado para os que possuem entre 10 a 24 anos de idade é de 21,9%, enquanto para os que se situam entre 25 e 49 anos e acima de 50 anos de idade, seus índices somados, 8,7% e 8,1%, respectivamente, não atingem o patamar verificado entre aqueles. As exceções para esse comportamento geral são para os municípios de Goianápolis, Santo Antônio de Goiás e Trindade. Quando se considera o espaço intra-urbano, observa-se que essa constatação parece explicativa para o município de Goiânia, mas não para os demais que possuem espaços desagregados para análise (Aparecida e Trindade).

A análise do mercado de trabalho vista a partir da população ocupada possibilita aprofundar as considerações anteriores ao compreender melhor sua estrutura organizada no território urbano. Embora a Região Metropolitana de Goiânia localize-se num Estado de tradição econômica assentado na agropecuária, sua estrutura socioocupacional parece ser explicada em grande medida por atividades ligadas ao setor de serviços e pela indústria, pois juntas possuem uma participação de 61,5% (somatório de trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário especializados e não-especializados).

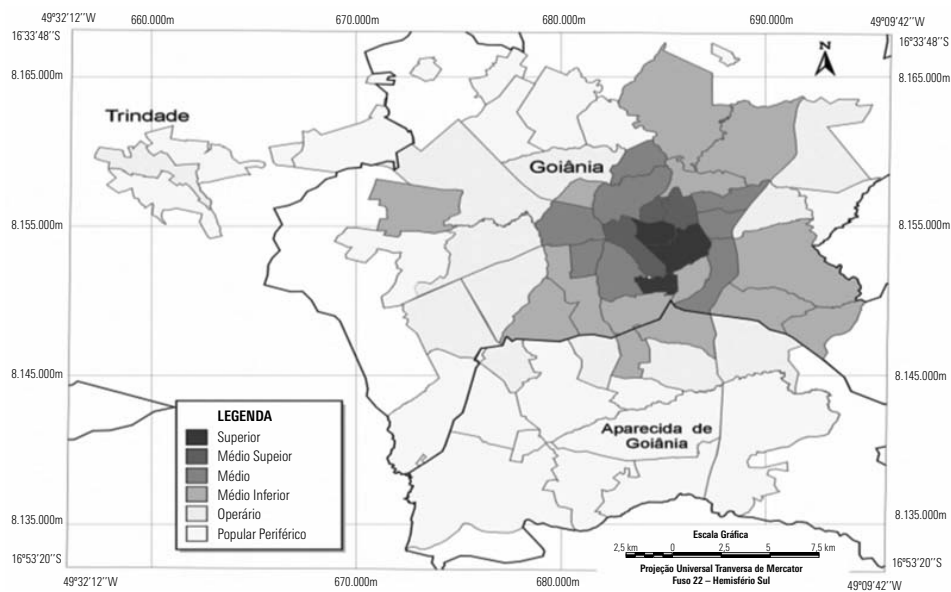
Entre as categorias socioocupacionais dos trabalhadores do secundário e dos trabalhadores do terciário especializados e não-especializados, ganham peso os trabalhadores da indústria tradicional e da construção civil, em que ambos representam 8,0% na estrutura

metropolitana, e os trabalhadores do comércio, prestadores de serviços especializados e trabalhadores domésticos, que representam, respectivamente, 9,8%, 9,4% e 8,1%. Ao considerar as ocupações de escritório, que representam 9,6%, observa-se que estas são as categorias socioocupacionais de maior peso na Região Metropolitana de Goiânia. Juntas, elas são responsáveis por mais da metade (52,9%) das ocupações verificadas nesta região metropolitana.

Quando a análise privilegia o espaço intra-urbano, organizado a partir de características homogêneas em seis tipologias², observam-se diferenciações entre elas. Chama a atenção, no *Mapa 3*, o fato de os tipos médio inferior, operário e popular periférico estarem concentrados nos espaços sociais da periferia de Goiânia, mesmo considerando a existência de condomínios horizontais fechados em vários pontos dessa periferia. Da mesma forma, as ocupações dos tipos acima referidos abrigam a força de trabalho dos municípios de Aparecida de Goiânia e de Trindade. As ocupações do tipo médio, médio superior e superior, que representam 27,8%, estão todas concentradas no município pólo e nestes nas áreas mais nobres da cidade, ou seja, áreas dotadas de infra-estrutura completa e renda elevada. Isso permite inferir, ainda sem uma análise mais aprofundada sobre a hierarquia social e espacial, que o espaço na Região Metropolitana de Goiânia está organizado conforme a hierarquia de classe, ou seja, a ocupação do espaço da metrópole tem a ver com a posição social que os indivíduos ocupam na hierarquia social.

2 O Estudo das Tipologias que ora realizamos, se utiliza da Análise Fatorial por Correspondência e pretende “tipificar” socialmente cada área intra-metropolitana, em relação ao conjunto das AEDs existentes. O estudo feito até agora é de caráter preliminar, e o definitivo estará concluído oportunamente. Tudo indica que o resultado obtido até agora, ou seja, seis tipos, deverá sofrer alterações para mais tipos.

MAPA 3 – Tipologia Socioespacial. Região Metropolitana de Goiânia.
AEDs – Municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

Ganha peso na área de tipo superior, como se vê na *Tabela 2*, os pequenos empregadores, os profissionais empregados de nível superior, as ocupações de escritório e os profissionais autônomos de nível superior, com 12,7%, 11,3%, 9,8% e 8,4%, respectivamente. Além disso, verifica-se que, em termos relativos, as ocupações para as pessoas que residem nessa área são sempre maiores quando se comparam as categorias de dirigente e as categorias de profissionais de nível superior, ou seja, embora as ocupações de dirigentes e profissionais de nível superior tenham participação reduzida no conjunto da metrópole elas são ocupadas, em sua maioria, por pessoas que se localizam nas áreas de tipo superior.

Por outro lado, as áreas cuja tipologia é do tipo operário e popular periférico – localizadas nas franjas da metrópole, compreendendo os municípios de Aparecida e Trindade, além de parte da periferia de Goiânia – as categorias socioocupacionais que ganham peso são aquelas que não exigem qualificações, que são as mesmas, à exceção de ocupações de escritório para o tipo popular periférico e prestadores de serviços não-especializados para o tipo operário, verificadas para o conjunto da metrópole. Isso permite sugerir que essas ocupações de serviços e de indústrias, sem exigência de qualificação, são as mais significativas para explicação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Goiânia.

Nas áreas do tipo médio, médio superior e médio inferior, que também são providas de infra-estrutura, a ocupação de escritório é a que mais evidencia a estrutura ocupacional, com 12,9%, 12,4% e 11,7%, respectivamente. Na área do tipo médio, localizada em Goiânia em torno da área do tipo médio superior, outras categorias que ganham peso são trabalhadores domésticos, prestadores de serviços especializados e ocupações técnicas. Nas áreas do tipo médio superior, que estão em volta da área superior, destacam-se ainda os profissionais empregados de nível superior e os pequenos empregadores. E nas áreas do tipo médio inferior, estão situadas em Goiânia e Aparecida, predominam-se também os trabalhadores do comércio e prestadores de serviços especializados.

TABELA 2 – Tipologia Socioespacial Segundo as Categorias Socioocupacionais. Região Metropolitana de Goiânia, 2000

Categorias Socioocupacionais	Tipologia Socioespacial (%)						
	Superior	Médio Superior	Médio	Médio Inferior	Operário	Popular Periférico	Total
Dirigentes	8,8	5,1	1,5	1,2	0,6	0,3	1,5
Grandes empregadores	6,1	3,6	0,8	0,5	0,3	0,1	0,9
Dirigentes do Setor Público	1,3	0,8	0,3	0,3	0,1	0,1	0,3
Dirigentes do Setor Privado	1,4	0,7	0,3	0,3	0,2	0,1	0,3
Profissionais de Nível Superior	28,8	21,6	9,6	6,4	2,9	1,4	6,9
Profissionais Autônomos de Nível Superior	8,4	5,0	2,2	1,3	0,6	0,3	1,6
Profissionais Empregados de Nível Superior	11,3	9,4	3,5	2,4	1,0	0,6	2,6
Profissionais Estatutários de Nível Superior	3,3	1,9	0,9	0,8	0,2	0,1	0,7
Professores de Nível Superior	5,9	5,3	3,1	2,0	1,1	0,4	1,9
Pequenos Empregadores	12,7	9,0	5,4	3,2	2,0	1,1	3,6
Ocupações Médias	32,4	34,2	33,1	30,4	21,7	15,1	25,4
Ocupações de Supervisão	7,9	6,3	4,8	4,1	2,9	1,9	3,7
Ocupações Técnicas	7,9	7,1	7,9	6,5	4,2	2,5	5,3
Ocupações Artísticas e Similares	1,2	2,3	2,0	1,7	1,5	1,4	1,6
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,8	3,1	3,8	4,1	3,3	2,7	3,4
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	2,9	3,0	1,7	2,2	1,3	1,0	1,7
Ocupações de Escritório	9,8	12,4	12,9	11,7	8,5	5,7	9,6
Trabalhadores do Secundário	2,5	6,5	17,3	22,0	31,3	34,6	24,6
Trabalhadores da Indústria Moderna	0,5	0,9	2,9	3,9	5,0	4,8	3,9
Trabalhadores da Indústria Tradicional	1,2	2,9	6,9	7,1	10,7	9,7	8,0
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	0,6	1,3	3,7	4,8	6,2	6,0	4,8
Trabalhadores da Construção Civil	0,3	1,3	3,8	6,2	9,4	14,1	8,0
Trabalhadores do Terciário Especializado	6,7	12,5	19,3	20,7	21,7	19,4	19,2
Trabalhadores do Comércio	4,4	7,1	11,4	10,9	11,0	8,3	9,8
Prestadores de Serviços Especializados	2,4	5,4	7,9	9,8	10,7	11,1	9,4
Trabalhadores do Terciário Não-Especializado	6,7	10,1	13,3	15,3	18,7	25,8	17,7
Prestadores de Serviços Não-especializados	0,7	1,2	3,2	4,8	5,8	8,1	5,2
Trabalhadores Domésticos	4,2	4,8	5,5	6,4	8,2	13,0	8,1
Ambulantes e Catadores	1,8	4,1	4,6	4,1	4,7	4,7	4,4
Agricultores	1,3	1,0	0,4	0,8	1,1	2,3	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico (2000)

A predominância diferenciada de categorias socioocupacionais em cada uma das tipologias socioespaciais corrobora a hipótese de que a explicação da organização social do espaço metropolitano se dá em função da hierarquia de classe, como fora observado anteriormente. Entretanto, essa verificação é melhor reforçada quando se consideram os níveis de renda. Porém, nesse caso, privilegiou-se a renda familiar por ela representar melhor a estrutura do mercado de trabalho da atualidade, tendo em vista uma relativa homogeneidade da participação feminina e masculina.

A estrutura da distribuição de renda na Região Metropolitana de Goiânia apresenta-se muito desigual, ao verificar a comparação entre seus municípios. Goiânia é o único município que na faixa de renda *per capita* de até meio salário-mínimo registra um índice de 12,2%, ao passo que todos os demais se situam acima dos 20%, com destaque para Goianópolis que apresenta 35,6%, o que indica uma concentração de famílias com níveis de rendimento muito baixo.

Ao acrescentar as famílias que possuem renda *per capita* de até um salário-mínimo, observa-se que apenas os municípios de Goiânia e Santo Antônio de Goiás não ultrapassam os 50%, apesar de este registrar um índice de 47,8%, enquanto aquele apresenta 32%. Novamente o município de Goianópolis se destaca dos demais, pois, nesse caso, ele registrou um índice de 74% (mais de dois terços do total de suas famílias). Por outro lado, verifica-se que, exceto Santo Antônio de Goiás e Goiânia, todos os demais municípios estão abaixo dos 10% na faixa de renda familiar *per capita* acima de três salários-mínimos. Apesar de o primeiro registrar 10,2% e o segundo, 29,7%.

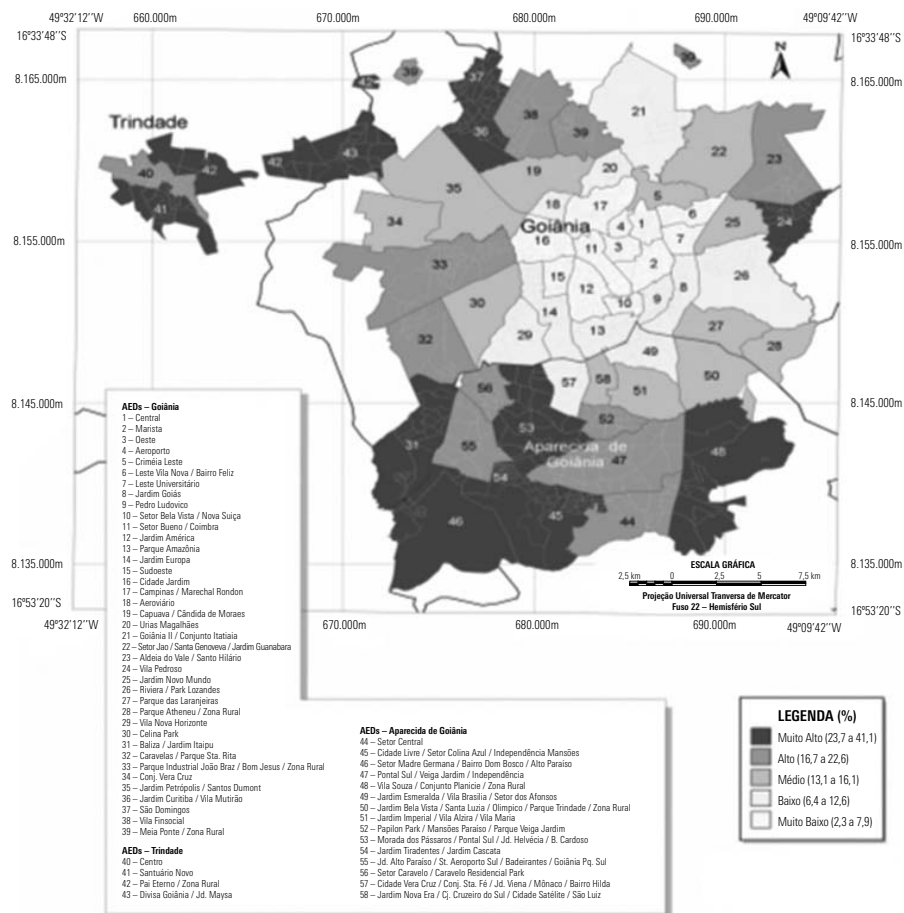
Quando a análise favorece os espaços intra-urbanos, é possível observar que a média usada para Goiânia não se verifica de modo homogêneo, pois em várias áreas localizadas na periferia da cidade apresenta-se com índices de famílias com renda *per capita* de até meio salário-mínimo acima dos 16%, como se pode observar no *Mapa 4*, o que corresponde a patamares semelhantes aos municípios com os piores índices. Apenas duas áreas do município de Aparecida estão com índices considerados baixos, e elas correspondem exatamente as que possuem as menores taxas de desocupados, como fora observado acima.

A conformação da distribuição de famílias que possuem renda familiar *per capita* de até meio salário-mínimo, no geral, é do tipo concêntrica (gradiente). Ou seja, quanto mais central, no conjunto da metrópole, menos famílias aí se localizam, ao contrário, quanto mais distante do centro maior é o número de famílias. Isso sugere que há uma relação da localização no espaço urbano (centro e periferia) e o nível de renda, apesar de esses dados ainda não retratarem o movimento de ocupação de espaços na periferia pelas elites

econômicas, através dos condomínios horizontais fechados, que passaram a se constituir de modo mais significativo no final dos anos 1990 e início do século XXI.

Quando se acrescentar as famílias que possuem um salário-mínimo, verifica-se que sua mediana está acima da média, enquanto esta registra 39,3%, aquela apresenta 46,6%, o que mais uma vez sugere situação de desigualdade no interior do espaço metropolitano, principalmente pelo fato de todas as áreas que estão abaixo da média situarem-se em Goiânia, à exceção de três que estão localizadas em Aparecida.

MAPA 4 – Percentual de Famílias com Renda Per Capita de até 1/2 Salário-Mínimo AEDs – Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

Essa observação pode ser melhor confirmada quando se verifica que, a exceção de uma área localizada em Aparecida, todas que estão acima da média da metrópole (22,9%) da faixa de renda *per capita* de acima de três salários-mínimos situam-se no município de Goiânia e em áreas centrais da capital. Há áreas que o número de famílias nessa faixa aproxima-se da totalidade, o que mais uma vez mostra a desigualdade de renda entre as famílias distribuídas no espaço intra-urbano.

3.2. Demografia

A Região Metropolitana de Goiânia teve, no período compreendido entre 1991 e 2000, uma taxa anual de crescimento superior à verificada no Brasil e também em Goiás. Enquanto estes registraram 1,6% e 2,5%, respectivamente, aquela registrou no mesmo período 3,2%. Ou seja, o crescimento da metrópole goianiense foi o dobro em termos relativos ao ocorrido no País.

A exceção de Goianápolis, que sua população absoluta registrou pequenas perdas, e de Abadia de Goiás e Santo Antônio, que não se configuravam como municípios em 1991, todos os demais municípios tiveram crescimento superior à média nacional. Destacam-se os municípios que possuem maior integração com pólo, Senador Canedo que cresceu a uma taxa anual de 9,3% e Aparecida de Goiânia que registrou 7,3% ao ano (ver *Tabela 3*). Por isso, constata-se que a população do primeiro mais que dobrou em apenas nove anos, crescimento de 122,2%, e no segundo, apesar de ter incorporado maior número de pessoas em termos absolutos, cresceu 88,5%.

Dos demais municípios cuja taxa anual de crescimento foi maior que a verificada para o conjunto da Região Metropolitana destacam-se Goianira, Nerópolis e Trindade, sendo que neste último, o crescimento teve grande incorporação de pessoas em termos absolutos, pois cresceu em 1991 de 54.072 para 81.457 habitantes, o que correspondeu a uma taxa anual de 4,7%. Os outros dois tiveram, respectivamente, 4,2% e 4,1%, suficiente para aumentar pela metade seu contingente populacional.

Exceto Goiânia, os municípios que tiveram crescimento inferior ao da Região Metropolitana foram exatamente aqueles que possuem baixa integração com o pólo. Aragoiânia cresceu a uma taxa de 3% ao ano e Hidrolândia, a uma taxa de 2,7%. Porém, ao analisar os dados absolutos observa-se que, embora os municípios sejam pequenos, suas estruturas populacionais são diferentes.

Em 2000, o município de Aragoiânia possuía 6.424 pessoas e Hidrolândia, 13.086, mais que o dobro.

TABELA 3 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento – 1991 e 2000

Municípios	População residente e situação do domicílio						Taxa de urbanização		Taxa geométrica de crescimento 2000/1991		
	Total		Urbana		Rural		1991	2000	Total	Urbana	Rural
	1991	2000	1991	2000	1991	2000					
Abadia	–	4.971	–	3.096	–	1.875	–	62,3			
Aparecida de Goiânia	178.483	336.392	175.555	335.547	2.928	845	98,4	99,7	7,3	7,5	-12,9
Aragoiânia	4.910	6.424	2.831	4.262	2.079	2.162	57,7	66,3	3,0	4,7	0,4
Goianápolis	10.716	10.671	8.594	9.805	2.122	866	80,2	91,9	0,0	1,5	-9,5
Goiânia	922.222	1.093.007	913.485	1.085.806	8.737	7.201	99,1	99,3	1,9	1,9	-2,1
Goianira	12.896	18.719	10.135	18.064	2.761	655	78,6	96,5	4,2	6,6	-14,8
Hidrolândia	10.254	13.086	4.665	7.836	5.589	5.250	45,5	59,9	2,7	5,9	-0,7
Nerópolis	12.987	18.578	11.306	17.253	1.681	1.325	87,1	92,9	4,1	4,8	-2,6
Santo Antônio de Goiás	–	3.106	–	2.564	–	542	–	82,5			
Senador Canedo	23.905	53.105	8.753	50.442	15.152	2.663	36,6	95,0	9,3	21,5	-17,6
Trindade	54.072	81.457	48.927	78.199	5.145	3.258	90,5	96,0	4,7	5,3	-5,0
Total	1.230.445	1.639.516	1.184.251	1.612.874	46.194	26.642	96,2	98,4	3,2	3,5	-5,9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 e 2000 (Metrodata)

Mas qualquer inferência sobre a estrutura populacional da Região Metropolitana precisa considerar o comportamento do seu município pólo. Embora Goiânia tenha crescido pouco acima da média nacional e muito inferior à média do conjunto da metrópole, a uma taxa de 1,9% ao ano, foi nesse município onde houve a maior incorporação de pessoas em termos absolutos. Um aumento de 170.785 habitantes, próximo apenas ao verificado em Aparecida, que foi de 157.909.

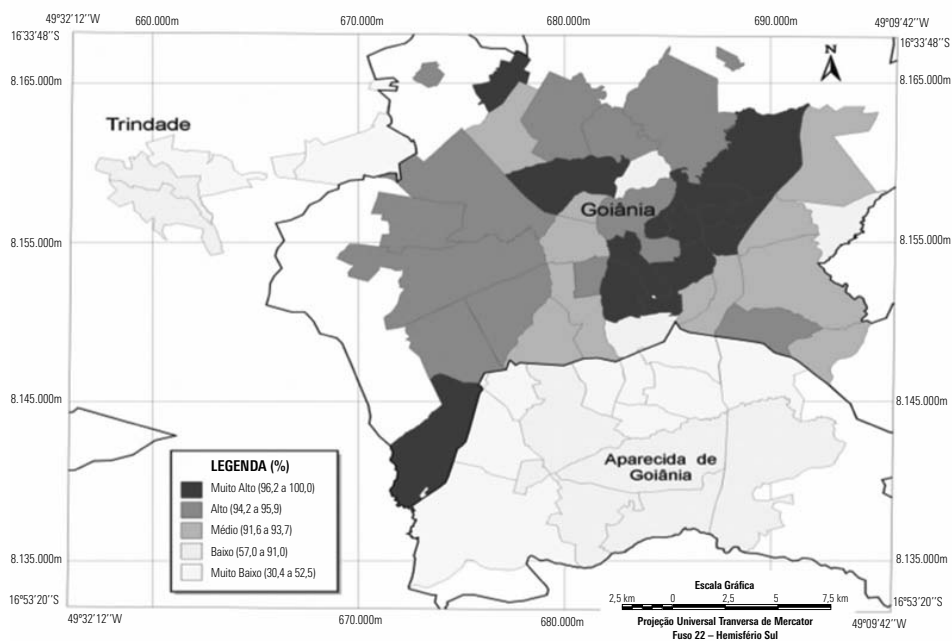
A partir disso é possível sugerir que o crescimento da Região Metropolitana de Goiânia tem ocorrido de modo mais intenso, principalmente, no município pólo e naqueles que possuem algum tipo de conurbação com a capital. E essa constatação leva a considerar que esse crescimento está se dando a partir do que se verifica no pólo. Ou seja, na medida em que mesmo as áreas mais periféricas de Goiânia oferecem dificuldades para serem ocupadas, as áreas de outros municípios que possuem proximidade com a capital passam a ser mais demandadas, como forma de viabilizar a condição de moradia e mobilidade das pessoas em direção ao trabalho e estudos, como pode ser verificado na análise referente à mobilidade e transporte, item 2.5.

Todos os municípios tiveram elevadas suas taxas de urbanização, situando-se na média de 98,4% em 2000, apesar de Abadia Goiás, Aragoiânia e Hidrolândia terem

registrado um índice inferior a 70%. Esse comportamento pode ser explicado, em parte, pela redução da população relativa e absoluta do meio rural, que se deu a uma taxa anual negativa de 5,9%, o suficiente para reduzir 42,3% da população. E, em parte, é necessário recorrer a análise do fluxo migratório.

Quase a metade (45,5%) do incremento populacional verificado na Região Metropolitana de Goiânia se deu através de imigração de outros Estados e municípios fora da metrópole, o que representa mais de dois terços (69,8%) do total de imigração para os municípios da Região Metropolitana. Isso se constata quando se analisam os dados de imigração de data fixa, como se vê no *Mapa 5*. O município que mais recebeu pessoas de fora da metrópole foi Goiânia. Do total de pessoas que migraram para Goiânia, 91,7% estão nessa situação. Apenas 4,9% das imigrações são explicadas por deslocamento de pessoas dos municípios da Região Metropolitana, mas isso representa 6.584 novos habitantes.

MAPA 5 – Percentual de Imigrantes de fora da Região Metropolitana. Região Metropolitana de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

Goiânia apresentou-se como destino para metade das pessoas envolvidas no fluxo migratório e foi acompanhada por Aparecida, que participou com 33% desse fluxo. Ou

seja, do total de pessoas que se deslocaram em direção à Região Metropolitana, inclusive no seu interior, Goiânia recebeu 50% delas, ao passo que Aparecida de Goiânia seguiu com aquele índice. Na seqüência, observa-se Trindade e Senador Canedo, com participação de 6,1% e 5,2%, respectivamente. E estes foram os municípios que possuem algum nível de conurbação com o pólo.

Já Aparecida foi que mais recebeu pessoas de municípios da própria Região Metropolitana, o que representou 60,5%, seguida de Trindade (11%) e Senador Canedo (10,2%). Isso sugere que ou as pessoas estão saindo de Goiânia em direção à periferia, onde o custo de vida torna-se mais baixo, ou elas estão saindo dos municípios mais distantes do pólo em direção aos mais próximos, como forma de facilitar sua mobilidade, seja para trabalho seja para estudo.

Mas, o que se observa quando se analisa a densidade demográfica no espaço intra-urbano é que a população concentra-se em parte significativa do município de Goiânia, transbordando para o município de Aparecida. Essa concentração se dá no tipo gradiente, uma vez que grande parcela da população ocupa áreas mais centrais de Goiânia e, à medida que se vai afastando do centro, por conseguinte, vai também diminuindo a densidade demográfica. Porém, a exceção se verifica em uma área da região noroeste de Goiânia e em uma área no interior de Aparecida.

3.3. Educação

A metrópole goianiense, isto é, o pólo metropolitano, assume liderança em quase todos os indicadores relativos à variável educação. No que se refere à taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, enquanto nos municípios de Goiânia e de Aparecida de Goiânia encontram-se as menores taxas (4,8% e 8,5% respectivamente), conforme mostra a *Tabela 4*, nos demais municípios as taxas de analfabetismo estão acima de 10%, com destaque para o município de Goianápolis que apresenta a maior taxa: 18,9%. Os municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia contribuem para reduzir a taxa média de analfabetismo na RMG para 6,4%. Sem o pólo metropolitano este percentual salta para 9,98%.

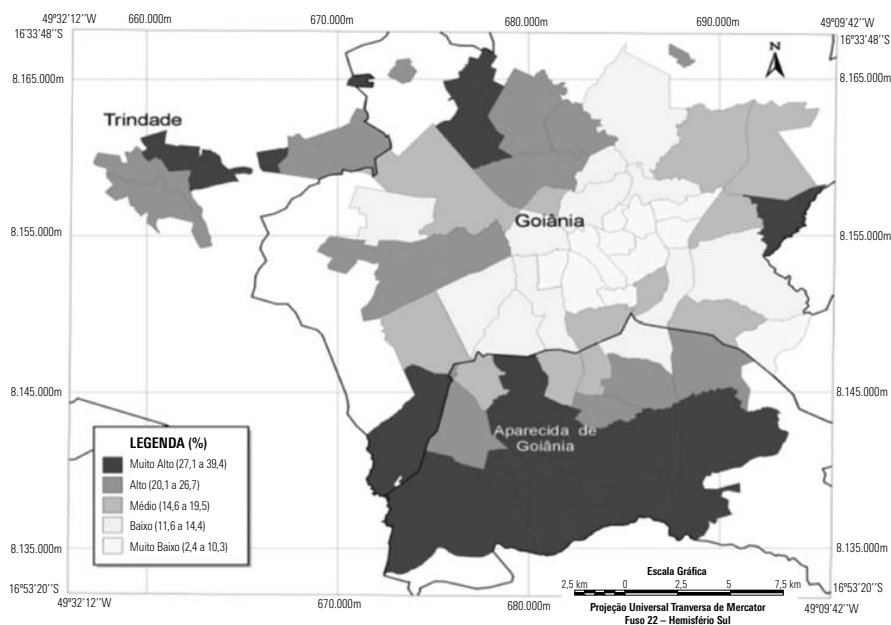
O IBGE considera analfabeto funcional a pessoa com até três anos de estudos. Observando a *Tabela 5*, que se refere ao “responsável pela família”, nota-se que, em média, a RMG apresenta uma taxa de 22,3%, significando que, em termos absolutos, existem 109.250 pessoas responsáveis pela família na condição de analfabetos funcionais.

**TABELA 4 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia –
Pessoas de 15 Anos e Mais que não Sabem Ler – 2000**

Municípios	Pessoas de 15 anos e mais		Taxa de analfabetismo
	Total	Que não sabem ler	
Abadia de Goiás	3.400	434	12,8
Aparecida de Goiânia	228.427	19.403	8,5
Aragoiânia	4.550	738	16,2
Goianápolis	7.318	1.382	18,9
Goiânia	812.707	39.014	4,8
Goianira	12.934	1.423	11,0
Hidrolândia	9.291	1.274	13,7
Nerópolis	13.049	1.757	13,5
Santo Antônio de Goiás	2.167	258	11,9
Senador Canedo	35.065	3.839	10,9
Trindade	56.975	6.747	11,8
Total	1.185.883	76.269	6,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata).

**MAPA 6 – Analfabetismo Funcional: Pessoas de 15 anos e Mais
com até 3 anos de Estudo. Região Metropolitana de Goiânia. AEDs –
Municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

O fato de quase um quarto dos provedores das famílias ter instrução escolar precária traz como conseqüências, imediatas e futuras, maiores dificuldades para os responsáveis de famílias se manterem inseridos num mercado de trabalho cada vez mais exigente em termos de qualificação profissional.

Olhando essa questão do ponto de vista dos municípios, nota-se que apenas o município de Goiânia é que apresenta a menor taxa (18%) de analfabetos funcionais, ou seja, aproximadamente 60 mil, conforme mostra a *Tabela 5* e o *Mapa 6*. Por outro lado, os municípios com as piores taxas de analfabetos funcionais são Goianópolis e Nerópolis com 47,6% e 40,3%, respectivamente.

TABELA 5 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Responsável pela Família sem Instrução ou com até Três Anos de Estudo – 2000

Municípios	Responsável pela Família		B / A (em %)
	Total (A)	Sem instrução ou com até três anos de estudo (B)	
Abadia de Goiás	1.470	557	37,9
Aparecida de Goiânia	97.258	27.500	28,3
Aragoiânia	1.942	751	38,7
Goianópolis	3.061	1.456	47,6
Goiânia	331.854	59.597	18,0
Goianira	5.559	1.783	32,1
Hidrolândia	3.954	1.497	37,9
Nerópolis	5.478	2.209	40,3
Santo Antônio de Goiás	859	290	33,7
Senador Canedo	15.149	5.636	37,2
Trindade	23.372	7.973	34,1
Total	489.955	109.250	22,3

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata).

Outro dado importante é em relação à frequência escolar, sobretudo dos que estão na faixa etária entre 7 a 14 anos, que se refere à população infanto-juvenil. Nota-se, conforme *Tabela 6*, que nessa faixa etária, dos 236.305, em média, 60,8% da população infanto-juvenil da RMG frequentam a série adequada. Dentre os municípios, o de Goiânia e o de Nerópolis apresentam as melhores taxas, ou seja, 66,5% e 64,0%, respectivamente.

TABELA 6 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Pessoas de 7 a 14 Anos que Frequentam Escola e Série Adequada – 2000

Municípios	Pessoas de 7 a 14 anos		(B) sobre (A) (%)
	Total (A)	Freqüenta série adequada (B)	
Abadia de Goiás	786	447	56,8
Aparecida de Goiânia	53.822	28.210	52,4
Aragoiânia	988	493	49,9
Goianápolis	1.724	857	49,7
Goiânia	149.141	99.146	66,5
Goianira	2.867	1.364	47,6
Hidrolândia	1.997	1.113	55,7
Nerópolis	3.046	1.951	64,0
Santo Antônio de Goiás	541	224	41,4
Senador Canedo	9.043	4.106	45,4
Trindade	12.349	5.865	47,5
Total	236.305	143.775	60,8

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata).

Nos demais municípios, Santo Antônio de Goiás é que possui a pior taxa, pois apenas 41,4% frequentam adequadamente a escola.

Quanto à população jovem que se encontra na faixa etária entre 15 e 17 anos, o quadro é mais preocupante. Nessa faixa etária, dos 85.210 que frequentam a escola, em média 49,9% da RMG, ou seja, 42.484 estão matriculados na série adequada, conforme mostra a *Tabela 7*. Isso significa que a metade da população jovem encontra-se ou fora da escola ou em série inadequada. Qualquer uma dessas situações é indesejável.

TABELA 7 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Pessoas de 15 a 17 Anos que Frequentam Escola e Série Adequada – 2000

Municípios	Pessoas que frequentam escola		B / A (em %)
	Total (A)	Freqüenta série adequada (B)	
Abadia de Goiás	246	82	33,3
Aparecida de Goiânia	16.769	5.736	34,2
Aragoiânia	254	66	26,1
Goianópolis	415	135	32,5
Goiânia	58.738	33.399	56,9
Goianira	790	317	40,1
Hidrolândia	505	205	40,7
Nerópolis	839	310	36,9
Santo Antônio de Goiás	177	79	44,4
Senador Canedo	2.498	640	25,6
Trindade	3.978	1.515	38,1
Total	85.210	42.484	49,9

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata).

Trata-se de um segmento social importante para o desenvolvimento do País, porém, a inadequação escolar os torna vulneráveis na medida em que a escolaridade é um fator importante para os jovens se inserirem socialmente. Os percentuais de freqüência da população infanto-juvenil matriculada na série adequada, quando se olha para cada município, estão longe do ideal. Por exemplo, é alarmante verificar que apenas 25,6% dos jovens de Senador Canedo e 26,1% dos jovens de Aragoiânia frequentam adequadamente a escola.

Num primeiro momento, pode-se dizer que a maioria está em desvio escolar. Nos demais municípios as taxas variam de 33,3% (Abadia de Goiás) a 44,4% (Santo Antônio de Goiás) de freqüência na série adequada. Nota-se que são baixos os percentuais desses municípios e isso não deixa de ser preocupante, porque a metade da população da RMG que está na faixa etária entre 15 e 17 anos encontra-se em situação de risco social. Segundo outras fontes do IBGE, parte desses jovens também está fora do mercado de trabalho. Sem escola e sem trabalho, esses jovens ficam vulneráveis a uma situação de marginalidade.

Na *Tabela 8*, o foco da análise é a faixa etária que varia de 18 a 25 anos. Em tese, as pessoas que se encontram nessa faixa etária estão aptas a ingressar no mercado de

trabalho. São estudantes adultos que trabalham e/ou estudam. Parte-se do pressuposto que, nessa faixa etária, os estudantes completaram os 11 anos de estudos referentes ao período que vai do ensino fundamental ao ensino médio. Entretanto, ao observar os dados da *Tabela 8*, nota-se que apenas 39,6% dos jovens dessa faixa etária, na RMG, freqüentam a série adequada. Dos 105.966 jovens, supõe-se que existem 63.971 que podem ou não estar matriculados.

TABELA 8 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Pessoas de 18 a 25 Anos que Freqüentam Escola e Série Adequada – 2000

Municípios	Pessoas que freqüentam escola		B / A (em %)
	Total (A)	Freqüenta série adequada (B)	
Abadia de Goiás	198	30	15,3
Aparecida de Goiânia	15.879	2.636	16,6
Aragoiânia	283	62	22,0
Goianápolis	290	28	9,8
Goiânia	80.975	37.947	46,9
Goianira	725	105	14,5
Hidrolândia	506	111	22,0
Nerópolis	823	155	18,9
Santo Antônio de Goiás	106	24	22,7
Senador Canedo	2.253	206	9,2
Trindade	3.929	689	17,5
Total	105.966	41.995	39,6

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata).

É possível inferir que parte desse universo ingressou no mercado de trabalho e abandonou a escola.

Visando complementar as informações da *Tabela 8*, a *Tabela 9* mostra o grau de escolaridade das pessoas com 18 anos e mais de idade e que tenham o ensino médio completo, portanto aptos a ingressar num curso superior.

Nota-se que nesse nível de escolaridade, 31,9% dos jovens de 18 anos e mais de idade, que corresponde a um terço, concluíram escolaridade que os habilita a ingressar num curso superior. Essa fração resulta da contribuição do município de Goiânia, que sozinho

tem 38,7% de seus jovens com 11 anos e mais de estudos. Nos demais municípios, a taxa oscila entre a menor 9,8% (Goianópolis) e a maior 18,5% (Aparecida de Goiânia).

TABELA 9 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – Pessoas de 18 Anos e Mais de Idade com 11 anos e mais de estudos – 2000

Municípios	Pessoas 18 anos e mais de idade		B / A (em %)
	Total (A)	Com 11 anos e mais de estudo (B)	
Abadia de Goiás	3.102	453	14,6
Aparecida de Goiânia	207.233	38.289	18,5
Aragoiânia	4.218	549	13,0
Goianópolis	6.671	654	9,8
Goiânia	745.444	288.706	38,7
Goianira	11.789	1.393	11,8
Hidrolândia	8.597	1.519	17,7
Nerópolis	11.980	2.181	18,2
Santo Antônio de Goiás	1.951	332	17,0
Senador Canedo	31.893	3.512	11,0
Trindade	52.160	8.686	16,7
Total	1.085.039	346.275	31,9

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata).

Para concluir, tendo como referência o conjunto das tabelas, percebe-se que Aragoiânia é o município com o segundo mais baixo nível de escolaridade e carência de pessoas com instrução acima de 11 anos, porém está, em relação aos outros municípios da RM, inclusive Goiânia, entre os melhores, no tocante à frequência escolar de adolescentes e jovens.

Destacam-se de maneira positiva os municípios de Aparecida de Goiânia e Santo Antônio de Goiás. Aparecida de Goiânia tem proporcionalmente poucos habitantes sem ou com baixa instrução e aparece sempre com os índices acima da média. Santo Antônio é o município onde mais adolescentes e jovens freqüentam a série adequada e onde há, relativo a toda RMG, mais crianças na escola. Entretanto, apresenta o maior índice de crianças fora da série adequada. O município que apresenta o menor percentual de crianças e adolescentes que freqüentam a escola é Trindade.

Em resumo, a situação da escolaridade na RMG é satisfatória em relação às crianças acima de 7 anos e aos adolescentes até 17 anos. Falta acesso à educação formal

para crianças abaixo de 7 anos. Entretanto, é mister que se analise de forma mais acurada a situação escolar das crianças na faixa de 0 a 3 anos de idade, porque, nessa faixa etária, a existência de creches facilita aos pais cuidar do sustento da família. É a partir dos 3 anos que o estímulo cognitivo, intelectual, emocional e social fará a diferença na base educacional do futuro adulto.

A questão da adequação escolar apresenta-se ainda como problema, pois cerca de 60%, no melhor caso (Goiânia), e 30% nos piores casos, há defasagem escolar expressiva (*Tabela 6*). Esta não só se traduz em desestímulo ao aluno, mas também uma ineficiência do sistema escolar em si. As reformas dos últimos anos ainda não consolidaram, mas revelam que surtiram um efeito mais positivo.

No outro lado há uma parcela significativa de jovens estudando além dos 17 anos, não só retardando sua entrada no mercado de trabalho, mas também aumentando o nível de escolaridade na RMG (*Tabela 8*). Isso demandará, porém, ainda algum tempo. Os desafios para a RMG são enormes, sobretudo para manter a população infanto-juvenil e jovem nas respectivas escolas e, escolas com melhor qualidade de ensino, agregando conhecimentos, educação e cidadania aos alunos. Esta realidade é partilhada com todo o Brasil.

3.4. Moradia

A análise sobre as condições de moradia na RM de Goiânia indica um baixo índice de habitações subnormais. Esse tipo de habitação é encontrado somente no município de Goiânia, representando 1,44% do total de domicílios do município. Entretanto, em 2003, existiam aproximadamente 12% de loteamentos clandestinos e irregulares em Goiânia, segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM, 2004). Um dos elementos que podem ser utilizados como explicativos para a não-existência desse tipo de habitações nos demais municípios da RMG é a aplicação de um tipo específico de programa de financiamento popular para construção e reformas de casas via crédito de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Governo do Estado de Goiás, denominado Cheque-Moradia, apesar de seu caráter extremamente assistencialista. Por outro lado, com relação aos domicílios improvisados, 0,65% estão em Aparecida de Goiânia, enquanto Goiânia aparece com 0,40% e Senador Canedo, com 0,62% nessa categoria, percentagem inferior à Trindade que apresentou 1,68%, o maior da RMG.

TABELA 10 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Domicílios, Abastecimento Adequado de Água, Escoamento Sanitário Adequado, Coleta Adequada de Lixo e Percentuais de Ruas sem Pavimentação – 2000

Municípios	Domicílios particulares permanentes urbanos				
	Total	Com abastecimento adequado de água ¹	Com escoamento sanitário adequado ²	Com coleta adequada de lixo ³	Percentual de ruas pavimentadas
Abadia de Goiás	100,0	79,6	0,0	100,0	
Aparecida de Goiânia	100,0	39,2	19,8	92,6	Mais de 40 a 60%
Aragoiânia	100,0	68,0	5,0	95,9	
Goianápolis	100,0	74,6	1,0	95,7	
Goiânia	100,0	85,7	80,9	99,1	Mais de 60 a 80%
Goianira	100,0	59,7	11,1	90,2	Mais de 20 a 40%
Hidrolândia	100,0	78,7	12,2	87,1	
Nerópolis	100,0	82,5	9,5	98,1	Mais de 80 a 100%
Santo Antônio de Goiás	100,0	90,2	1,6	98,2	Mais de 80 a 100%
Senador Canedo	100,0	55,2	4,8	91,3	Mais de 20 a 40%
Trindade	100,0	70,3	39,8	96,3	Mais de 60 a 80%
Total	100,0	74,3	61,8	97,3	–

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata).

Disponível em: <<http://www.ippur.ufrrj.br/observatorio/>>. Acesso em: 16 maio 2005.

(¹) – considerou-se como adequado aquele domicílio servido por rede geral, canalizada em pelo menos um cômodo.

(²) – considerou-se como adequado aquele domicílio ligado à rede geral ou à fossa séptica.

(³) – considerou-se como adequado aquele domicílio atendido por serviço de limpeza ou caçamba.

A *Tabela 10* mostra alguns indicadores relativos ao risco ambiental na RMG. Com relação ao acesso a serviços públicos, a coleta de lixo é aquele com melhor aproveitamento em toda a Região Metropolitana de Goiânia, com uma média de 97,7% dos domicílios atendidos. No que se refere ao abastecimento de água, os números indicam 74,3% de atendimento, índice superior ao esgotamento sanitário que aparece com 61,8% em toda RMG. Aparecida de Goiânia, nos itens citados, aparece com 92,6% de domicílios atendidos com coleta de lixo, 19,8% dos domicílios atendidos com serviço de escoamento sanitário, bem abaixo da média geral da RMG, bem como 39,2% dos domicílios atendidos com abastecimento de água adequado.

TABELA 11 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – Domicílios, Déficit Habitacional, sem Propriedades e Alugados – 2000

Municípios	Total de domicílios	Déficit habitacional	Sem propriedades	Alugados
Abadia de Goiás	1.398	6,5	5,5	12,0
Aparecida de Goiânia	90.910	8,9	3,1	15,4
Aragoiânia	1.889	3,6	2,1	12,3
Goianópolis	2.812	9,2	0,7	12,9
Goiânia	313.633	9,1	3,0	24,5
Goianira	5.273	6,0	2,8	12,5
Hidrolândia	3.697	8,8	3,0	13,9
Nerópolis	4.943	11,2	5,8	18,0
Santo Antônio de Goiás	838	3,4	0,2	23,0
Senador Canedo	14.249	8,7	6,1	10,4
Trindade	22.134	6,5	2,3	16,1
Total	461.776	8,9	3,1	21,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Na *Tabela 11*, os dados revelam a situação dos moradores da RMG no que se refere ao déficit habitacional, aos sem propriedades e aos que dependem do aluguel para morar. O déficit habitacional em toda a RMG gira em torno de 8,9% do total de domicílios. Goiânia está acima da média com 9,1%, Aparecida de Goiânia com 8,9%, Senador Canedo com 8,7% e Trindade com 6,5% do total de domicílios. Um elemento importante que se relaciona ao déficit habitacional diz respeito à propriedade do terreno. Na mesma *Tabela 11*, observa-se que, dos domicílios particulares permanentes, 3,1% do total de domicílios da RMG não possuem a propriedade do terreno. Em Goiânia, esse percentual representa 3,0%, enquanto em Aparecida de Goiânia, 3,1%. Com relação à variável imóveis alugados, 21,4% do total de imóveis da RMG se encontram nessa situação. Em Goiânia, 24,5% dos imóveis são alugados, e em Aparecida de Goiânia, 15,4% do total de domicílios. Em Senador Canedo, 6,1% não possuem propriedade do terreno, enquanto 10,4% dos imóveis são alugados. No município de Trindade, 2,3% dos domicílios não têm propriedade, enquanto 16,1% dos domicílios são alugados. Os demais municípios apresentam uma média de 3,3% de moradores que não possuem propriedade do terreno, enquanto 14,5% dos imóveis são alugados.

MAPA 7 – Percentual de Domicílios em Terrenos Não Próprios. AEDs – Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)

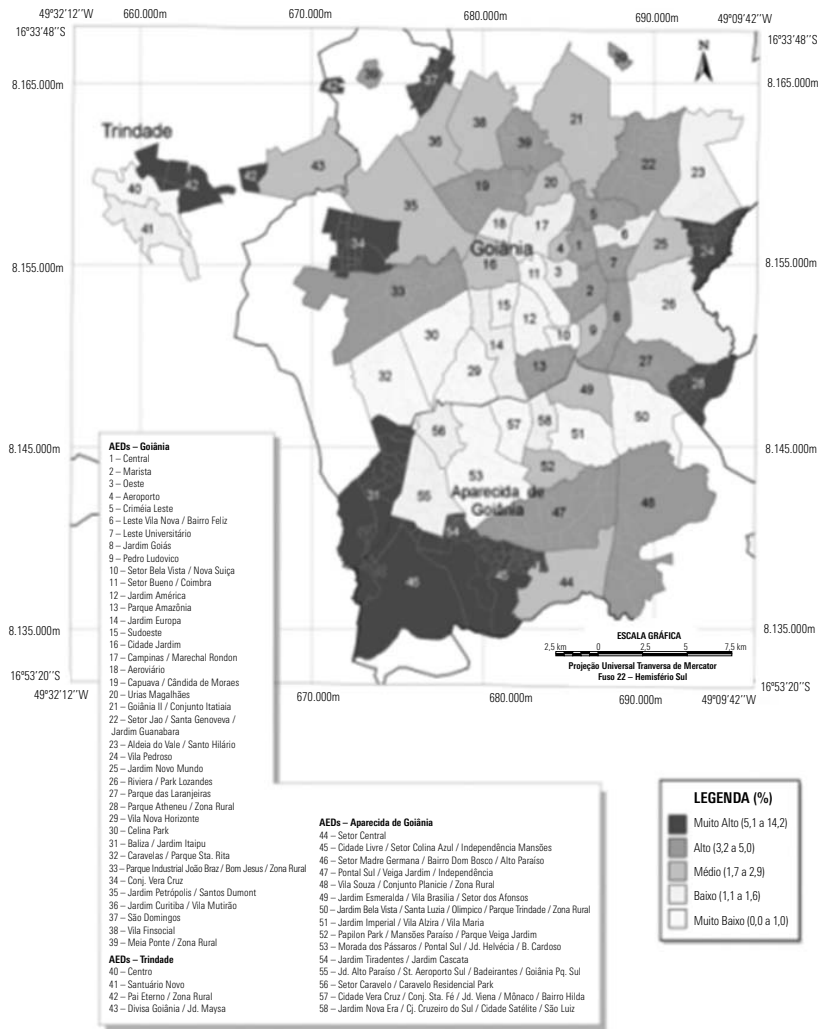


TABELA 12 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Domicílios Particulares Permanentes com até 3 Cômodos – 2000

Município	Domicílios particulares permanentes		%
	Total	Com até três cômodos	
Abadia de Goiás	1.398	195	14,0
Aparecida de Goiânia	90.910	16.491	18,1
Aragoiânia	1.889	203	10,7
Goianápolis	2.812	482	17,1
Goiânia	313.633	39.972	12,7
Goianira	5.273	810	15,4
Hidrolândia	3.697	446	12,1
Nerópolis	4.943	510	10,3
Santo Antônio de Goiás	838	57	6,8
Senador Canedo	14.249	3.236	22,7
Trindade	22.134	3.799	17,2
Total	461.776	66.201	14,3

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata).

O adensamento domiciliar representa também um importante elemento de análise das condições de moradia. Na RMG, o número de domicílios com até três cômodos é considerável. Dos 461.776 domicílios, 14,3%, ou seja, mais de 66 mil domicílios se encontram nessa situação. Os três maiores municípios da RMG, excluindo a capital, Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo, possuem os maiores índices de domicílios com apenas três cômodos, respectivamente 18,1%, 17,2% e 22,7%. Esses resultados indicam uma relação direta entre o crescimento desses municípios e o aumento do grau de dificuldade ao acesso mais amplo a moradia.

Com relação às carências infra-estruturais, 0,6% dos domicílios de toda a RMG não recebem adequadamente água tratada, em 0,2% dos domicílios falta a iluminação, e em 1,7% dos domicílios inexistem instalações sanitárias. Não há destinação de lixo urbano em 2,7% dos domicílios, e 0,8% não possuem banheiros. Em Aparecida de Goiânia, 1,6% dos domicílios possuem carência com relação ao abastecimento de água, 0,4% dos domicílios possuem carência de iluminação, 2,8% carência de instalação sanitária e 7,4% dos domicílios apresentam carência com relação a destinação do lixo urbano.

TABELA 13 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Domicílios Segundo as Condições de Moradia – 2000

Municípios	Domicílios particulares permanentes							
	Total	Em terreno não próprio	Sem sanitários	Domicílios com inadequação				
				Por adensamento	por carência de			
				água	iluminação	instalação sanitária	destinação do lixo urbano	
Abadia de Goiás	1.398	5,5	3,3	1,5	3,7	1,5	3,9	0,0
Aparecida de Goiânia	90.910	3,1	1,4	9,4	1,6	0,4	2,2	7,4
Aragoiânia	1.889	2,1	1,1	5,6	1,1	0,3	1,3	2,6
Goianápolis	2.812	0,7	1,6	9,9	0,4	0,4	7,3	3,9
Goiânia	313.633	3,0	0,5	5,1	0,3	0,1	1,4	0,9
Goianira	5.273	2,8	0,9	8,9	0,2	0,2	1,4	9,4
Hidrolândia	3.697	3,0	1,7	2,9	0,5	1,4	4,5	7,7
Nerópolis	4.943	5,8	1,2	5,6	2,3	1,2	3,9	1,8
Santo Antônio de Goiás	838	0,2	0,0	6,1	0,0	0,0	1,2	1,4
Senador Canedo	14.249	6,1	0,9	11,0	0,4	0,5	1,5	8,2
Trindade	22.134	2,3	1,7	8,1	0,7	0,6	2,6	3,5
Total	461.776	3,1	0,8	6,3	0,6	0,2	1,7	2,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

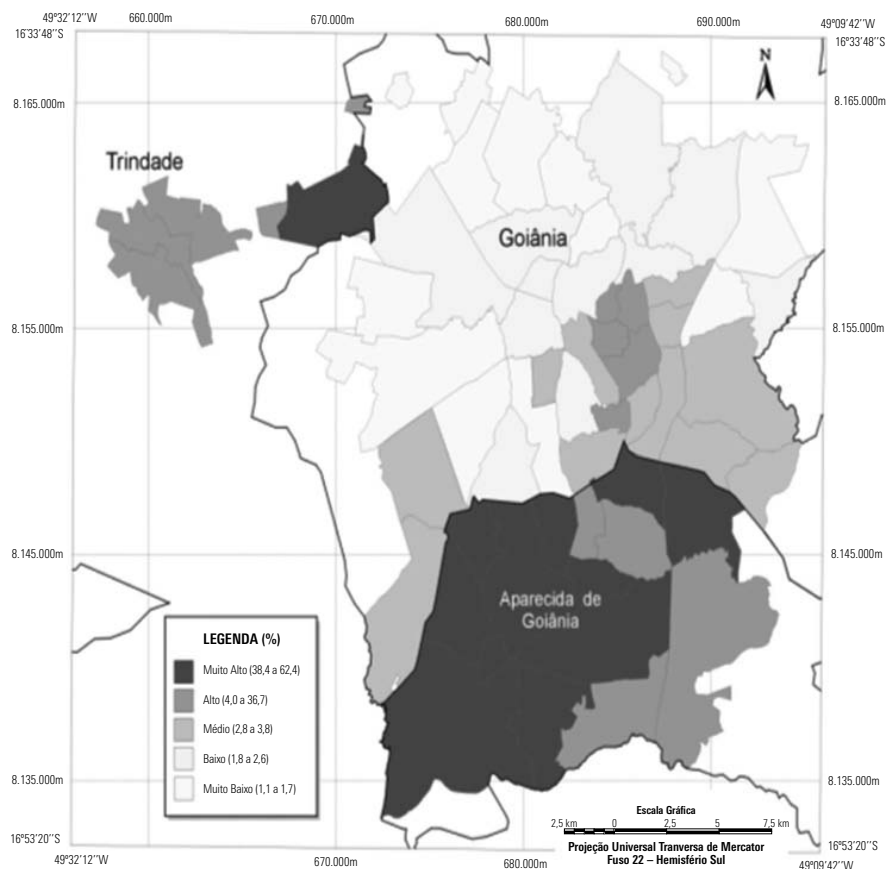
Em Goiânia, 0,3% dos domicílios possuem carência quanto ao abastecimento de água, 0,1% quanto à iluminação, 1,0% de instalações sanitárias e 0,9% com relação à destinação do lixo urbano, números que tornam a situação de Goiânia bastante cômoda em relação aos demais municípios, além de influir diretamente, por exemplo, no valor do solo urbano. Em Senador Canedo, 0,4% dos domicílios tem carência com relação a água, 0,5% com relação a iluminação, 1,5% possuem carências quanto ao item instalações sanitárias e 8,2% com relação à destinação do lixo urbano. Em Trindade, 0,7% dos domicílios tem problemas de carência de água, 0,6% com relação à iluminação, 2,6% com relação a instalações sanitárias, e 3,5% com relação à destinação do lixo urbano.

3.5. Mobilidade e Transporte

3.5.1. Movimento Pendular

O movimento de pessoas de 15 anos e mais de idade que estudam ou trabalham em outro município indica um forte movimento pendular em direção à Goiânia, conforme mostra o *Mapa 8*.

MAPA 8 – Pessoas de 15 anos e Mais Idade que Trabalham ou Estudam Fora do Município de Residência. Região Metropolitana de Goiânia.
AEDs – Municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (2000)



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

Os dados da *Tabela 14*, por sua vez, mostram os números absolutos e relativos do movimento pendular dos municípios em direção ao pólo e aos demais municípios da RMG. Esse movimento permanente diz respeito a 71,4% da população total da RMG em 2000, que, por motivos ligados à educação e ao mercado de trabalho, se deslocam entre os municípios que compõem a RMG. Em termos absolutos, isso perfaz o total de 846.241 pessoas. Desse total, 13,2% trabalham ou estudam em outro município, construindo uma vida de relações (trabalho, estudo, lazer, consumo, vínculos familiares etc.) em outros

municípios. As relações sociais (de produção, políticas, afetivas etc.), dessa forma, são construídas no deslocamento, na mudança de lugar, característica própria da sociedade moderna, uma vez que a vida cotidiana tem ficado cada vez mais complexa, exigindo que os indivíduos acionem um número maior de territórios no seu cotidiano.

Desconsiderando Goiânia, o total da população de 15 anos ou mais que trabalhava ou estudava em outro município, no ano de 2000, foi de 97.140 pessoas. Desse total, 93,11% deslocaram-se para a Goiânia, município pólo da RM. Entre os municípios com maior percentagem de deslocamento para fora do município, estava Senador Canedo (47,8%), Aparecida de Goiânia (43,3%) e Goianira (35,9%).

A população que se deslocou desses três municípios equivalia a 74,83% do total. Excluindo Goiânia, essa percentagem sobe para 86,6%. Os demais municípios estão em uma longa faixa, onde encontramos Goiânia com 2,6%, Goianópolis com 4,8%, Hidrolândia com 11,5%, Nerópolis com 12,8%, Aragoiânia com 13,1%, Santo Antônio de Goiás com 21%, Trindade com 25,9% e Abadia de Goiás com 30,4%.

A pouca expressividade dos dados de Goiânia é compreensível, por sua característica de cidade receptora do deslocamento diário. Outra peculiaridade refere-se ao município de Goianópolis, com apenas 4,8%, sendo aquele onde se apurou o menor deslocamento, tanto relativo quanto absoluto. Goianópolis configura-se como o município com menor grau de relação com Goiânia. Trata-se do único município da RMG que a população que se destina ao pólo (36 pessoas) é menor que a que se destina aos outros municípios (186 pessoas). Essa característica deve-se ao fato de sua maior relação com Anápolis, pólo de importância regional, distante aproximadamente 20 km de Goianópolis e 40 km de Goiânia.

TABELA 14 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia Segundo População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular – 2000

Municípios	Distância rodoviária e vias de acesso		Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				C / B (em %)	D / C ² (em %)
	Em Km	Acesso	Total (A)	Que trabalham ou estudam				
				Total (B)	fora do município de residência ¹ (C)	dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
Abadia de Goiás	27	BR-060	3.400	2.319	705	620	30,4	87,9
Aparecida de Goiânia	21	BR-153	228.427	161.675	69.958	66.164	43,3	94,6
Aragoiânia	42	GO-040	4.550	3.037	398	332	13,1	83,4
Goianápolis	33	BR-457 GO-415	7.318	4.603	222	36	4,8	16,3
Goiânia	–	–	812.707	589.498	15.352	0	2,6	0,0
Goianira	37	GO-070	12.934	8.417	3.021	2.748	35,9	91,0
Hidrolândia	36	BR-153	9.291	6.104	704	593	11,5	84,3
Nerópolis	42	GO-080	13.049	9.203	1.176	926	12,8	78,7
Santo Antônio de Goiás	38	GO-080	2.167	1.452	305	265	21,0	87,1
Senador Canedo	16	GO-403	35.065	23.410	11.199	10.475	47,8	93,5
Trindade	30	GO-060	56.975	36.524	9.453	8.289	25,9	87,7
Total			1.185.883	846.241	112.492	90.449	13,3	80,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata), Seplan-GO (2003).

(¹) o movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado de pendular.

(²) o cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao “total região metropolitana”, exclui os dados do município pólo.

Um dado que merece ser destacado é a pouca integração lateral, isto é, a integração entre os municípios periféricos. Avaliando a *Tabela 14*, constata-se que apenas 6.152 pessoas, dentre aquelas que se deslocaram para os municípios da RMG, não o fizeram para o município pólo. Os dados sobre os deslocamentos laterais são os seguintes: Nerópolis com 21,3% de sua população em outro município, provavelmente com migração pendular para Santo Antônio de Goiás, Nova Veneza ou mesmo Anápolis, município com o qual ainda mantém muitos vínculos, facilitados pelo deslocamento pela GO-222. Depois vem Aragoiânia, com 16,6% de deslocamento para outro município, provavelmente com grande participação de Aparecida de Goiânia, uma vez que esta se encontra em nível superior de polarização, estando ainda no caminho para Goiânia, pelo acesso da GO-040.

Muito embora tenha apenas 5,4% de deslocamento para outros municípios, Aparecida de Goiânia apresentou o maior número absoluto, com 3.794 pessoas. Os vínculos se dão, prioritariamente, com os municípios de Hidrolândia, Aragoiânia e também Anápolis, especialmente no deslocamento para o estudo. Interessante notar a relação entre a forma da RMG, as vias de acesso rodoviário e a distância de Goiânia. Alguns desses municípios distam mais de 30 km de Goiânia, como Aragoiânia (42 km), Santo Antônio de Goiás (38 km), Goianira (37 km), Hidrolândia (36km) e Goianópolis (33km). Entretanto, a distância não é, necessariamente, o fator determinante para a integração, mesmo porque essa distância refere-se à sede dos municípios, e os vetores de integração não ocorrem apenas pelas vias apontadas, em virtude da progressiva conurbação, especialmente entre os municípios de Aparecida de Goiânia (21 km), Goianira (37 km), Senador Canedo (16 km) e Trindade (30 km). O fluxo de pessoas entre Aparecida de Goiânia e Goiânia, por exemplo, tanto pode ocorrer pela BR-153, quanto pelas vias municipais, como é o caso da Avenida São Paulo ou mesmo Rio Verde, entre outras possibilidades. Já em relação a municípios como Aragoiânia (42 km), Nerópolis (42 km) e Goianópolis (33 km), a distância e a disponibilidade de transporte exercem maior influência.

No processo de constituição das cidades brasileiras, tradicionalmente, a população mais pobre foi empurrada para bairros distantes ou mesmo para outros municípios, aumentando, dessa forma, a distância espacial entre local de residência e os locais de trabalho-estudo, que, no caso de RMG, pode variar de 16 km a 42 km. A distância converte-se em barreira para a população mais carente, seja porque gasta mais tempo para se deslocar, com implicações na sua qualidade de vida, ou mesmo porque o preço para esse deslocamento também é maior. Esse deslocamento pode ocorrer de várias maneiras. O mais comum é o ônibus. A utilização de meios como a bicicleta também é frequente. Não são poucos aqueles que residem em Senador Canedo e Aparecida de Goiânia e se deslocam por esse meio de transporte para Goiânia.

Não se trata, como bem sabemos, de uma opção aeróbica, mas de uma forma encontrada para minimizar os custos do transporte coletivo. Uma forma encontrada para perpetuar cotidianamente os vínculos entre os territórios e, porque não dizer, para continuar a reprodução de uma relação social de exploração que se expressa na própria mobilidade. Em tempos de globalização, a estratificação social ocorre e é reproduzida no próprio movimento.

3.6. Incidência de Homicídios

A questão da violência urbana aparece hoje no Brasil como um dos problemas mais graves enfrentados pela população de grande parte das regiões metropolitanas. Além do sentimento de insegurança, muitas vezes ampliado pela mídia, há a violência enquanto fato que pode ser detectada pelos indicadores de criminalidade. No conjunto das regiões metropolitanas, estão presentes com altos índices, tanto os crimes contra o patrimônio, marca da modernidade, como também os crimes contra a pessoa. A explicação para isso passa pelo rápido processo de urbanização, migração rural-urbana, concentração populacional, incapacidade do Estado de exercer o controle social, exclusão social e segregação urbana. Soma-se a isso, característica do tempo atual, o crime organizado, especialmente o tráfico de drogas.

Entre os crimes, a incidência de homicídios chama mais a atenção pelo seu caráter violento de crime contra a pessoa. É esse indicador que foi utilizado para a reflexão sobre a violência urbana na Região Metropolitana de Goiânia, no período de 1997 a 2000.

A questão da violência na Região Metropolitana de Goiânia apresenta, ainda, uma situação que pode ser considerada razoável no conjunto das demais regiões. Acompanha, entretanto, a tendência de crescimento das ocorrências de crimes de homicídio verificada na maioria delas.

A Região Metropolitana de Goiânia apresentou, no período de 1997 a 2000, 1,3% dos homicídios registrados pelo Ministério da Saúde, figurando em décimo terceiro lugar no *ranking* de homicídios entre as aglomerações urbanas brasileiras. A taxa média de 25,3 homicídios por 100 mil habitantes no mesmo período, abaixo da taxa média nacional (28,6) e em décimo terceiro lugar entre as RMs, parece sugerir um quadro otimista, consideradas as altas taxas verificadas no País.

Entretanto, a perspectiva otimista é desmentida pela taxa média de crescimento anual de 8,8%, a sexta maior, atrás apenas das RMs Vale do Aço, Tubarão, Belo Horizonte, Campinas e Londrina³. Isso pode significar, numa perspectiva de futuro, que a Região Metropolitana de Goiânia se insira no mesmo quadro de violência configurado para as

3 MACHADO, Ana Flávia; HERMETO, Ana Maria; VIEGAS, Mônica; TOTINO, Betânia; GONÇALVES, Éber; MELO, Frederico Luiz B. de. *Economia Social: mercado de trabalho, pobreza e desigualdade e criminalidade*. BH Século XXI. Relatório final. Belo Horizonte; Cedeplar/UFMG. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/sub_pes_pbh.php>. Acesso: em 25 ago. 2005.

regiões mais violentas do País, caso políticas públicas eficazes de prevenção e contenção não sejam empreendidas.

A região contabilizou, entre 1998 e 2002, um total de 2.162 vítimas de homicídios, 1,4% das 152.624 pessoas vitimizadas no total das regiões metropolitanas.⁴

As taxas de vítimas de homicídios por 100 mil habitantes na região ficaram abaixo da taxa média nacional nos anos de 1998 (23,5), 1999 (25,6) e 2000 (24,5) e 2001 (25,4) e, acima, no ano de 2002 (32,8). Evoluíram em 39,3 no período, apresentando crescimento expressivo. Além disso, em 2002, 23,7% das vítimas de homicídio na região metropolitana de Goiânia foram mortas por armas de fogo⁵. Embora a média das taxas anuais (17,4) tenha ficado um pouco abaixo da média das regiões (19,2), houve crescimento em todos os anos do período, e a região figurou em décimo segundo lugar das Regiões Metropolitanas com maior índice de vítimas por armas de fogo. O mais grave é que ficou em sétimo lugar na evolução das taxas de crescimento (81,3%) de vítimas de homicídio causado por armas de fogo, bem acima da evolução das taxas do conjunto das regiões, 18,3% no período de 1998-2002.

A descrição do comportamento dos municípios que compõem a região permite verificar que, se a Região Metropolitana de Goiânia é responsável por apenas 1,4 % da taxa média de homicídios das regiões metropolitanas no Brasil, o município de Aparecida de Goiânia atingiu taxas de 33,59 homicídios por 100 mil habitantes em 2000, 48,99 em 2001 e 47,35 em 2002, bem acima da taxa média nacional e também acima da taxa média do conjunto das regiões metropolitanas (46,0 em 2002). Já a capital, Goiânia, apresentou taxas inferiores à média nacional nos anos anteriores e apenas em 2002 superou levemente a taxa média nacional (28,96), permanecendo abaixo da taxa média das regiões metropolitanas.

4 Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp/Secretarias Estaduais de Segurança Pública/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento Pessoal em Segurança Pública – Coordenação Geral de Pesquisa/IBGE. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/senasp/saude/>>. Acesso em: 20 ago. 2005.

5 Idem, *ibidem*.

É interessante observar que dados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás⁶ registraram, para 2003, um total de 290 homicídios dolosos na Capital e 715 no interior do Estado de Goiás. Considerando que essa contagem para o interior de Goiás, nos registros da Diretoria-geral da Polícia Civil, abarca os municípios do entorno de Brasília que, nos registros da Ride-Senasp, contabilizaram em 2002, 399 vítimas de homicídio, excetuando o Distrito Federal, é possível supor que o município de Aparecida de Goiânia figure como um dos mais violentos, não só da RM-Goiânia, como também dos municípios goianos, incluindo aqueles que compõem a Ride Brasília. Em 2002, as taxas de vítimas de homicídios por 100 mil habitantes de Aparecida de Goiânia equiparam-se àquelas de alguns dos municípios mais violentos da Ride-Brasília: 47,35 em Aparecida de Goiânia, 42,24 em Luziânia, 46,25 em Águas Lindas de Goiás e 53,9 em Novo Gama.

Assim, a capital, embora concentre a maior parte da população (21,7%) em 2002, não é responsável pelas maiores taxas de homicídio por 100 mil habitantes da região. Goiânia apresentou em 1998 taxa de 21,54, que aumentou para 26,89 em 1999, decresceu para 22,87 em 2000 e para 18,89 em 2001, voltando a subir para 28,96 em 2002, confirmando a pesquisa *As cidades e a violência*⁷ na qual Goiânia figurou em vigésimo lugar entre os municípios das regiões metropolitanas, com 27,63 % de risco de uma pessoa ser vítima de homicídio.

Aparecida de Goiânia é também o município que apresenta o maior número de domicílios deficientes; 66.818, IDH-M⁸ semelhante ao da maioria dos municípios, 0,764; taxa de pobreza de 22,84, bem acima da de Goiânia, 12,35. Na Região de Desenvolvimento Integrado sobressaem dois outros municípios, além de Aparecida de Goiânia, em termos de violência: Senador Canedo e Trindade. Com exceção da capital, esses municípios foram considerados como de situação média no que se refere à condição social. São considerados como integrados à capital, para onde as pessoas se deslocam para trabalhar e estudar.

Senador Canedo apresentou em 2001 taxa de 31,79 e, em 2002 (52,32). Esse município tem sido alvo de programas de habitação popular para acolher o excedente

6 SSP-GO, Diretoria-geral da Polícia Civil. Planejamento – Seção de Estatística e Informações.

7 As cidades brasileiras e a violência. *RIO Estudos*, n. 58, maio 2005.

8 Observatório das Metrôpoles. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur). Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório da Atividade 1a: Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias.

populacional da Capital tendo registrado as seguintes taxas de homicídio no período: 29,27%, caindo para 16,62% em 1999 e, a partir daí, crescendo em 17,19% em 2000, 19,94% em 2001 e saltando para 24,02% em 2002. Senador Canedo, com 59.250 habitantes em 2002, é considerado município de condição social ruim, com 0,729 de IDH-M, o sexto pior da região, taxa de pobreza de 31,97, a oitava pior da região. Seu Índice de Condição Social é de 0,646.

Trindade, com a terceira maior população da região, 87.428 habitantes, considerado de condição social média, 0,724 de Índice de Condição Social, figura como o terceiro município em taxa de homicídios por 100 mil habitantes, mas bem abaixo dos demais: 29,27 em 1998, 16,62 em 1999, 17,19 em 2000, 19,94 em 2001 e 24,02 em 2002.

Dois outros municípios apresentam taxas dignas de nota em alguns anos do período em relação às taxas da região: Nerópolis em 1998 com 35,91 homicídios por 100 mil habitantes, e Abadia de Goiás em 2000 com 40,3. Os valores absolutos, entretanto, são para Nerópolis de 6 homicídios em uma população de 15.708 e de 2 homicídios em Abadia de Goiás em uma população de 4.971.

É possível então concluir que, na região, apenas os municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade configurem um quadro mais expressivo de violência na região.

O Estudo Segurança 7 do Cedeplar⁹ mostra que o Estado de Goiás registrou taxas de homicídio por 100 mil habitantes na faixa etária de 17-29 anos acima de 40,0 inferior à taxa nacional de 64,7. Ainda assim, é a faixa etária de maior incidência de homicídios no Estado de Goiás e, provavelmente, na RM-Goiânia (*Tabela 15*).

Os dados do Senasp para os municípios da Região Metropolitana de Goiânia estão dispostos nas *Tabelas 20, 21, 22, 23 e 24*, referentes aos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002, respectivamente e, naqueles municípios com maior ocorrência de criminalidade, estão em sintonia com a tendência geral de vitimização da população jovem.

9 MACHADO, Ana Flávia; HERMETO, Ana Maria; VIEGAS, Mônica; TOTINO, Betânia; GONÇALVES, Éber; MELO, Frederico Luiz B. de. *Economia Social: mercado de trabalho, pobreza e desigualdade e criminalidade*. BH Século XXI. Relatório final. Belo Horizonte; Cedeplar/UFMG. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/sub_pes_pbh.php>. Acesso: em 25 ago. 2005.

TABELA 15 – Taxa de Vítimas de Homicídio nas Faixas Etárias por 100 mil

Municípios (1999)	Até 14 anos	De 15 até 24 anos	De 25 até 34 anos	De 35 ou mais anos	Total Global
Abadia de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aparecida de Goiânia	0,0	33,0	40,4	26,6	21,6
Aragoiânia	0,0	80,3	0,0	0,0	15,9
Goianápolis	26,2	0,0	0,0	34,2	17,9
Goiânia	2,0	43,8	43,2	16,2	23,7
Goianira	0,0	0,0	0,0	20,2	5,8
Hidrolândia	0,0	43,4	0,0	0,0	8,6
Nerópolis	0,0	0,0	33,0	0,0	5,8
Santo Antônio de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Senador Canedo	5,4	38,9	21,0	33,5	21,9
Trindade	0,0	12,2	14,7	21,5	11,5

Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública– Senasp – 1999.

Destacam-se novamente Aparecida de Goiânia com 33,0 vítimas por 100 mil habitantes na faixa etária de 15 a 24 anos em 1999, crescendo para 74,0 em 2000 e para 104,5 em 2001, decrescendo para 90,2 em 2002.

TABELA 16 – Taxa de Vítimas de Homicídio nas Faixas Etárias por 100 mil

Municípios (2000)	Até 14 anos	De 15 até 24 anos	De 25 até 34 anos	De 35 ou mais anos	Total Global
Abadia de Goiás	0,0	0,0	119,6	0,0	40,2
Aparecida de Goiânia	4,6	74,0	40,9	26,8	32,4
Aragoiânia	0,0	85,1	0,0	0,0	15,6
Goianápolis	0,0	0,0	53,9	31,4	18,7
Goiânia	2,5	39,5	37,7	16,7	22,2
Goianira	0,0	25,9	31,1	0,0	10,7
Hidrolândia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nerópolis	0,0	26,3	0,0	50,0	21,5
Santo Antônio de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Senador Canedo	5,5	54,1	20,9	13,9	20,7
Trindade	0,0	41,5	27,7	11,7	17,2

Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública– Senasp – 2000.

Outro município com altas taxas nessa faixa etária é Senador Canedo, 38,9 por 100 mil habitantes em 1999, 41,5 em 2000, crescendo para 76,1 em 2001 e ainda crescendo para 113,1 em 2002. A capital apresentou também taxas altas, com tendência ao decréscimo nos três primeiros anos e elevação significativa no ano de 2002: 43,8 em 1999; 39,5 em 2000; 33,1 em 2001 e 54,0 em 2002 (*Tabela 16*).

Além desses municípios, Hidrolândia também apresentou taxas relevantes na faixa etária de 15-24 anos, apenas no primeiro ano da série, 1999, 43,4 e no último, 2002, com 37,2. Nos demais anos, não há registros de homicídios nessa faixa etária. Porém, como a população nessa faixa etária era de apenas 2.306 habitantes em 2002, o dado não é significativo. Oscilação semelhante ocorreu em Nerópolis: taxas significativas em 2000 (26,3) e em 2001 (25,3) e zero de registros nos demais anos (*Tabela 17*). A população desse município também é muito pequena.

TABELA 17 – Taxa de Vítimas de Homicídio nas Faixas Etárias por Mil

Municípios (2001)	Até 14 anos	De 15 até 24 anos	De 25 até 34 anos	De 35 ou mais anos	Total Global
Abadia de Goiás	0,0	0,0	113,8	0,0	19,1
Aparecida de Goiânia	2,6	104,5	83,5	35,5	49,0
Aragoiânia	0,0	0,0	0,0	42,2	15,1
Goianápolis	0,0	42,3	0,0	0,0	9,0
Goiânia	0,7	33,1	26,6	18,0	18,6
Goianira	0,0	74,0	0,0	16,2	20,3
Hidrolândia	0,0	0,0	0,0	21,7	7,7
Nerópolis	0,0	25,3	0,0	0,0	5,2
Santo Antônio de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Senador Canedo	0,0	76,1	58,7	19,6	31,8
Trindade	0,0	34,0	33,0	18,6	18,8

Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública– Senasp – 2001.

O município de Trindade também apresentou oscilação na vitimização de jovens de 15 a 24 anos: 12,2 em 1999, subindo para 41,5 em 2000, caindo para 34,0 em 2001 e caindo ainda mais para 27,6 em 2002 (*Tabela 18*).

TABELA 18 – Taxa de Vítimas de Homicídio nas Faixas Etárias por 100 mil

Município (2002)	Até 14 anos	De 15 até 24 anos	De 25 até 34 anos	De 35 ou mais anos	Total Global
Abadia de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aparecida de Goiânia	4,2	90,2	73,1	44,9	47,1
Aragoiânia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Goianápolis	0,0	0,0	101,0	0,0	17,5
Goiânia	3,8	54,0	46,4	20,3	28,4
Goianira	0,0	0,0	28,6	15,7	9,8
Hidrolândia	0,0	37,2	46,1	41,2	29,2
Nerópolis	0,0	0,0	58,1	15,7	15,2
Santo Antônio de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Senador Canedo	0,0	113,1	93,4	37,4	52,3
Trindade	0,0	27,6	64,4	18,2	22,9

Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp – 2002.

No geral, a segunda maior faixa etária de vítimas de homicídio é de 25 a 34 anos nesses municípios. Essas taxas ficam acima das taxas globais de vítimas de homicídio da Região Metropolitana de Goiânia: 25,6% em 1999; 24,5% em 2000; 25,4% em 2001 e 32,8 em 2002 (*Tabela 19*).

TABELA 19 – Taxa de Vítimas de Homicídios por 100 mil Habitantes

Municípios	1998	1999	2000	2001	2002
Região Metropolitana	23.5	25.6	24.5	25.4	32.8
Abadia de Goiás	0	0	40.23	19.12	0
Aparecida de Goiânia	29.41	26.8	33.59	48.99	47.35
Aragoiânia	32.77	15.92	15.57	15.05	0
Goianápolis	27.56	17.85	18.74	9.05	17.55
Goiânia	21.54	26.89	22.87	18.89	28.96
Goianira	36.03	11.54	10.68	20.35	14.73
Hidrolândia	8.69	17.15	7.64	7.7	29.24
Nerópolis	35.91	5.75	21.53	5.19	15.19
Santo Antônio de Goiás	0	0	0	0	0
Senador Canedo	16.49	25.74	22.6	31.79	52.32
Trindade	29.27	16.62	17.19	19.94	24.02

Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp.



Capítulo 4

Adão Francisco de Oliveira,
Juliano Martins Rodrigues

4. Condições Institucionais de Cooperação entre os Municípios

4.1. Quadro Institucional da Gestão

A RMG foi criada tendo em vista o grande desenvolvimento do processo de urbanização de Goiânia e dos municípios vizinhos, que, no decorrer da década de 1990, passaram a experimentar o fenômeno da conurbação. Isso impeliu as prefeituras e o governo do Estado a discutirem a situação, haja vista a manifestação de determinados conflitos de interesses em função de demarcação de territórios, de sobreusos de equipamentos públicos, carências de infra-estrutura urbana etc. Assim, tornou-se necessária a criação de um mecanismo legal que normatizasse os espaços públicos em disputa e/ou geradores de conflitos entre os municípios.

De acordo com a legislação, a RMG possui caráter permanente e deve observar os seguintes princípios: o da autonomia municipal e o da co-gestão entre setores públicos e sociedade civil, considerando-se a necessidade de ações intergovernamentais (art. 3º). Para garantir que os objetivos da lei sejam cumpridos, inclusive resguardando os princípios supracitados, foi previsto e criado o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (Codemetro), destacando-se dentre suas funções públicas as seguintes: o planejamento, a política de habitação e meio ambiente, o desenvolvimento econômico, a promoção social e a modernização institucional (art. 4º).

O Codemetro é composto por representantes do governo do Estado, pelos prefeitos municipais, pelos secretários de planejamento dos municípios de Goiânia e de Aparecida de Goiânia e por representantes do legislativo goiano. Para subsidiar os trabalhos do Codemetro, além da criação de sua secretaria executiva, esse órgão ficou de certo modo

conectado às ações da Gerência Executiva da Região Metropolitana, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. A partir de 2004, esse órgão ganhou o amparo de uma secretaria específica para discutir a questão das cidades diante do Estatuto da Cidade, que é a Secretaria de Estado das Cidades.

Além desse órgão de articulação intermunicipal e intergovernamental envolvendo os municípios da RMG, outros dois também foram criados. Um previsto nessa mesma lei que instituiu a RMG, que é o responsável pela normatização do sistema de transporte coletivo, denominado Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo, com competência soberana para “estabelecer a política pública de regência da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos” (art. 6º, § 5º). O outro consiste no Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Meia Ponte, que possui a finalidade de fazer a recuperação e conservação do manancial do ribeirão e a fiscalização de ações que incidam sobre ele, responsável pelo abastecimento de água de vários municípios do Estado. Esses dois órgãos envolvem mais municípios do que aqueles que compõem a RMG.

Apesar da importância das ações consorciadas e de co-gestão, que visam uma distribuição equilibrada de recursos para o desenvolvimento urbano e regional, os municípios da RMG se limitam a apenas esses três instrumentos. Setores importantes e que sofrem fortes pressões da sociedade, como a saúde, a educação e a pavimentação asfáltica, por exemplo, não contam com esse dispositivo. Não obstante, é importante ressaltar as dificuldades políticas que esporadicamente travam os trabalhos dos dispositivos já existentes. Isso em certa medida se explica pela cultura política regional, marcada pelo conservadorismo de ações que objetivam a permanência de grupos no poder político e a manutenção de um quadro de paternalismo, assistencialismo e dependência dos eleitores. Soma-se a esses fatores o elemento da vaidade política, que inibe discussões e articulações para a resolução de problemas comuns entre os municípios em função da disputa legendária.

4.2. Representação em Conselhos

Com relação aos instrumentos de gestão urbana, além da ausência de co-gestão e ações consorciadas percebe-se ainda um nível significativamente baixo de aplicação dos instrumentos de gestão. Salvo o caso específico de Goiânia, em que os indicadores apresentam os melhores índices, nos demais casos predominam os piores, sendo que, em Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade os índices são ligeiramente melhores em relação aos demais municípios.

A discrepância entre a realidade de Goiânia e dos demais municípios denuncia não só a ausência de articulação institucional para a satisfação de necessidades comuns como também a fragilidade da condição democrática. Um bom exemplo para isso é o fato de que nesses municípios os conselhos gestores que se encontram ativos são aqueles em que a eles há vinculação direta da liberação de recursos federais e estaduais para o setor, tal como educação e saúde. Como esses conselhos são exigidos por legislações federais, não se percebe uma movimentação local no sentido de se instituir conselhos por demanda política e/ou social, tais como os conselhos de desenvolvimento municipal, do idoso, dos portadores de necessidades especiais, da mulher, da juventude etc.

Isso é o que revela não só o levantamento do IBGE *Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública*, no item que se refere à descentralização e desconcentração das políticas públicas, como também a pesquisa *Caracterização dos Conselhos Gestores e Perfil dos Conselheiros Municipais da RMG*, realizada entre os anos de 2003 e 2004. Apesar de ter sido completa apenas no Município de Goiânia, essa pesquisa colheu as informações pertinentes aos conselhos existentes, a quantidade de conselheiros de cada um e a representação social nos conselhos de todos os municípios da RMG, o que é suficiente para fazermos esse tipo de afirmação.

Com relação ao planejamento municipal, as diretrizes políticas – planejamento estratégico e plano de governo – são elementos desconsiderados e/ou preteridos pelo exclusivo planejamento orçamentário. Assim, considerando-se fundamentalmente os indicadores construídos pelo IBGE, a RMG apresenta a seguinte situação com relação à existência dos instrumentos referidos a seguir, na *Tabela 20*.

TABELA 20 – Região Metropolitana – Níveis de Aplicação de Instrumentos de Gestão Urbana

Municípios	Legislação e Instrumentos de Planejamento		Descentralização e Desconcentração	Políticas Setoriais	Políticas de Geração de Trabalho e Renda
	Planej. Municipal	Gestão Urbana			
Abadia de Goiás	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Aparecida de Goiânia	Médio	Médio	Baixo	Baixo	Alto
Aragoiânia	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Bela Vista de Goiás	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Goianápolis	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Goiânia	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
Goianira	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Hidrolândia	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Nerópolis	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Santo Antônio de Goiás	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Senador Canedo	Médio	Médio	Baixo	Baixo	Médio
Trindade	Médio	Médio	Baixo	Baixo	Médio

Fonte: Eboração Observatório das Metrôpoles.

Os valores baixo, médio e alto referem-se à utilização/uso/aplicação dos instrumentos referidos. Como para cada item há uma série de elementos considerados – como, por exemplo, Legislação e Instrumentos de Planejamento no Município, se consideram como instrumentos de planejamento municipal os elementos: Lei Orgânica Municipal, Plano de Governo, Plano Estratégico, Plano Plurianual, LDO, LOA e Código Tributário Municipal – a aplicação de valores 0 (para a não-existência do elemento no município) e 1 (para a sua existência) encerra resultados aritméticos que, relacionados à importância político-legal do elemento, nos permite a elaboração de médias que instrumentalizam a classificação dos municípios. Portanto, o índice baixo se refere a pouca ou nenhuma existência no município dos elementos contidos no item, médio a seu uso comedido e alto à sua intensa utilização.

Capítulo 5

Marcelo Gomes Ribeiro

5. Desempenho Fiscal dos Municípios

A análise do desempenho fiscal dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia tem a preocupação de avaliar as suas capacidades para realização de ações cooperadas. Para tanto, utiliza-se de uma série de indicadores de situação fiscal: indicadores de receita, indicadores de despesa e indicadores de endividamento e de capacidade de investimento para os anos de 2002 e 2003. Todos os indicadores são calculados como uma relação percentual entre variáveis obtidas nos Balanços Orçamentários e nos Balanços Patrimoniais.

É importante, ao avaliar esses indicadores, ter a compreensão da estrutura econômica dos municípios que compõem a Região Metropolitana, pois, em que pese fazerem parte de um mesmo aglomerado, são muito díspares entre si. Para indicar a dimensão da estrutura econômica dos municípios, utilizam-se dados do PIB e PIB *per capita*. Como esses dados só foram divulgados para os anos compreendidos entre 1999 e 2002, a análise fica comprometida para os anos posteriores.

Verifica-se que a participação do município pólo no PIB da Região Metropolitana é muito superior em relação aos demais. Em 1999, Goiânia participava com 77,2% (mais de três quartos) e em 2002 com 72,7%. Apesar de ter perdido peso na participação nesse período, houve uma variação, em valores reais, de 2,4%. Os municípios que têm se destacado são Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. Ambos têm aumentado sua participação no PIB global da Região e tido variação significativa em seu crescimento. Aparecida registrou variação, no período de 1999 a 2002, de 12% e Senador Canedo de 19,5%. Os demais municípios também têm apresentado desempenho favorável em relação à variação do PIB, porém ainda são pouco significativos na sua participação.

Em relação ao PIB *per capita*, observa-se que os piores desempenhos são do município de Goianira e de Trindade, que apresentaram variação real média negativa no período de 1999 a 2002. Vale ressaltar que esses municípios apresentaram variação do crescimento do PIB abaixo de 1%. Todos os demais municípios tiveram variação positiva, com destaque para Senador Canedo, que registrou crescimento de quase 13% e passou a ter o PIB mais alto da Região Metropolitana. Em 2002, Goiânia ocupou a quarta posição no *ranking* do PIB *per capita*, atrás ainda de Hidrolândia e Nerópolis.

A seguir, são feitas as considerações acerca dos indicadores que permitem avaliar o desempenho fiscal dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia. Vale ressaltar que, apesar de ela ser constituída de 11 municípios, somente aqueles que disponibilizaram seus dados fiscais para o Ministério da Fazenda estão sendo considerados nesta análise. Em 2002, não havia dados referentes ao município de Santo Antônio de Goiás e, em 2003, foi o município de Trindade que não teve seus dados divulgados. Nesse sentido, fica prejudicada a avaliação do desempenho fiscal para o conjunto da Região Metropolitana.

5.1. Indicadores de Receita

Para a análise da receita, recorre-se a cinco indicadores (ver *Tabelas 21 e 22*) que permitem aferir o grau de autonomia e de estabilidade das diversas fontes e de liberdade em sua utilização. O primeiro componente da receita é a autonomia tributária. Ela exprime a dependência de fontes tributárias diretamente administradas pelo município e sobre as quais pode legislar. No caso da Região Metropolitana de Goiânia, tanto em 2002 quanto em 2003, há uma enorme distância entre o município pólo e os demais municípios, apesar de haver um grupo intermediário composto por Aparecida, Hidrolândia e Nerópolis.

TABELA 21 – Indicadores Financeiros da Região Metropolitana de Goiânia – 2002

Municípios	Estrutura da Receita				Vinculação da Receita			
	Autonomia Base Tributária	Autonomia por Base Territorial	Segurança Legal de Receitas	Dependência de Fontes Financeiras	Vinculação Legal com Saúde 12%		Vinculação Legal com Saúde 15%	
					Sobre Rec Total	Sobre Rec Fiscal	Sobre Rec Total	Sobre Rec Fiscal
Goiânia	25,57	50,36	89,48	0,37	31,14	31,25	33,86	33,98
Abadia de Goiás	3,35	7,24	80,73	0,21	31,87	31,94	34,18	34,25
Aparecida de Goiânia	16,02	24,70	74,03	0,95	44,90	45,33	46,23	46,68
Aragoiânia	5,65	9,60	89,16	–	34,92	34,92	37,44	37,44
Goianápolis	3,19	10,31	80,60	2,76	27,11	27,87	29,64	30,48
Goianira	6,71	14,10	76,64	0,13	30,18	30,22	32,38	32,42
Hidrolândia	9,29	21,12	84,77	–	29,13	29,13	31,74	31,74
Nerópolis	12,02	23,26	96,59	–	42,92	42,92	45,42	45,42
Santo Antônio de Goiás								
Senador Canedo	3,9	17,43	86,30	–	39,94	39,94	42,11	42,11
Trindade	8,46	16,51	75,30	0,00	28,72	28,72	30,75	30,75

Fonte: Extraído do Relatório de atividade 3C: Análise de desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas (GARSON & RIBEIRO).

Notas: Autonomia Tributária – é a relação entre R1 e a Receita Total.

Autonomia por Base Territorial – é a relação entre R2 e a Receita Total.

Segurança Legal – apresenta a parcela da Receita Total que se origina de fontes garantidas por lei, inclusive na Constituição Federal. Dependência de Fontes Financeiras – demonstra a participação das receitas não fiscais – de valores mobiliários, de operações de crédito, de alienação de ativos e de amortização de empréstimos.

Vinculação Legal Mínima da Receita Total e da Receita Fiscal – calcula qual a parcela mínima das receitas municipais vinculada à saúde.

TABELA 22 – Indicadores Financeiros da Região Metropolitana de Goiânia – 2003

Municípios	Estrutura da Receita				Vinculação da Receita			
	Autonomia Base Tributária	Autonomia por Base Territorial	Segurança Legal de Receitas	Dependência de Fontes Financeiras	Vinculação Legal com Saúde 12%		Vinculação Legal com Saúde 15%	
					Sobre Rec Total	Sobre Rec Fiscal	Sobre Rec Total	Sobre Rec Fiscal
Goiânia	29,21	55,93	92,60	0,31	44,31	44,44	46,50	46,64
Abadia de Goiás	3,32	9,29	95,16	0,51	41,73	41,94	44,23	44,45
Aparecida de Goiânia	19,11	28,24	87,20	0,11	52,27	52,33	53,87	53,93
Aragoiânia	5,94	10,93	89,75	0,22	36,79	36,88	39,24	39,32
Goianápolis	3,72	13,53	84,15	0,00	29,88	29,88	32,46	32,46
Goianira	9,33	17,47	95,65	1,19	46,48	47,04	48,74	49,33
Hidrolândia	11,56	22,68	95,14	2,07	39,59	40,43	42,18	43,07
Nerópolis	16,80	28,14	94,94	0,00	42,21	42,21	44,60	44,60
Santo Antônio de Goiás	9,69	14,83	94,97	2,04	35,41	36,15	38,19	38,98
Senador Canedo	3,81	20,72	94,30		43,33	43,33	45,75	45,75
Trindade								

Fonte: Extraído do Relatório de atividade 3C: Análise de desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas (GARSON & RIBEIRO, 2005).

Notas: Autonomia por Base Territorial – é a relação entre R2 e a Receita Total. Segurança Legal – apresenta a parcela da Receita Total que se origina de fontes garantidas por lei, inclusive na Constituição Federal. Dependência de Fontes Financeiras – demonstra a participação das receitas não fiscais – de valores mobiliários, de operações de crédito, de Vinculação Legal Mínima da Receita Total e da Receita Fiscal – calcula qual a parcela mínima das receitas municipais vinculada à saúde.

Exceto os municípios que tiveram dados disponibilizados apenas em um dos anos, Santo Antônio de Goiás e Trindade, e de Abadia de Goiás, que registrou queda na autonomia tributária, todos os demais municípios apresentaram crescimento de um ano para outro em termos relativos. Destacam-se os municípios de Nerópolis (4,78%), Goiânia (3,64%) e Aparecida (3,09%) que registraram maior participação nesse quesito. Nesse sentido, observa-se que os municípios que possuem maior autonomia tributária são os que possuem também os melhores desempenhos de sua receita tributária e da dívida ativa, na evolução de um ano para outro.

O segundo componente da análise da receita é a autonomia da base territorial. Esse indicador exprime a mesma situação da autonomia tributária, com a diferença que, nesse caso, acrescenta-se à receita (tributária e dívida ativa) o que se denomina devolução tributária¹⁰. Verifica-se que, nesse caso, a distância entre o município pólo e os demais é ainda maior. Com efeito, Goiânia foi o município que maior crescimento teve em termos relativos de um ano para outro, na ordem de 5,57%, na participação da receita total do município. Os demais municípios tiveram crescimento positivo na participação do indicador de autonomia na base territorial, o que permite inferir que, com os acréscimos da devolução tributária às receitas que estão sob o controle dos municípios, houve maior autonomia em relação ao uso dos recursos financeiros.

O terceiro indicador de análise da receita é denominado segurança legal. Este apresenta a parcela da receita total que se origina de fontes garantidas por lei. Ocorre que todos os municípios da Região Metropolitana têm índice alto. Porém, há diferença de um ano para outro, tendo em vista que, em 2002, os índices são inferiores em boa parte dos municípios. Isso sugere que eles tendem a depender menos de outras fontes de receita, em geral menos estáveis. Ao contrário da tendência nacional, não são exatamente os municípios maiores que possuem os índices menores. Em 2003, é o município de Goianópolis que registra o índice mais baixo. Goiânia aparece na sétima posição (92,6%) em relação à segurança legal.

10 Transferências cujas razões estão ligadas à eficiência na administração tributária, na qual um nível de governo superior se responsabiliza pela totalidade da arrecadação de um imposto cuja base territorial é bem definida e transfere às diversas jurisdições a parcela cuja origem pode ser associada a seu território. Este é o caso da parte do ICMS rateada de acordo com a atividade econômica municipal (75% dos 25% distribuídos aos municípios por seu Estado), assim como do IPVA, IRRF, IOF ouro e do ITR. Da arrecadação desses impostos, parte pertence aos municípios de acordo com a parcela da base de arrecadação localizada em seu território. (GARSON e RIBEIRO, 2004, p. 16).

Verifica-se que é pequena a participação da receita não fiscal dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia, indicado pela Dependência de Fontes Financeiras. Os maiores índices são de Santo Antônio de Goiás e Hidrolândia, apesar de ambos serem pouco expressivos em relação à estrutura econômica da Região Metropolitana, como indicado pelo PIB, em análise anterior. Goiânia, inclusive, diminuiu a participação de 2002 para 2003.

Por último, analisa-se o indicador de vinculação da receita. Este calcula qual a parcela mínima das receitas municipais vinculada à saúde e educação e adiciona as transferências vinculadas na origem, ou seja, no nível de governo que faz o repasse – União ou Estado. Em relação à saúde, verifica-se que a vinculação da receita é alta para todos os municípios, principalmente para os maiores, tanto em 2002 quanto em 2003. Isso ocorreu, apesar de nestes ter havido um aumento em relação ao ano anterior, o que não se verificou apenas para o município de Nerópolis, em que ocorreu redução. Esses indicadores apontam para a dificuldade de os municípios poderem participar de ações cooperadas, uma vez que parte significativa de suas receitas é vinculada a fins específicos.

5.2. Indicadores de Despesa

A avaliação da despesa passa pela análise de sua estrutura, da rigidez do orçamento total e fiscal e pela prioridade do gasto, como pode ser observado nas *Tabelas 23 e 24*, em anexo. Em relação à estrutura da despesa, verifica-se que parte significativa destina-se ao pagamento de pessoal, como é comum nos municípios brasileiros, cuja atividade consiste fundamentalmente na prestação direta de serviços à população¹¹. Em nenhum município, em 2003, esse índice esteve abaixo de 38%, o que representa, nesse caso, mais de um terço dos gastos governamentais, e há alguns que chegam a ultrapassar 50%, como são os casos de Abadia de Goiás, Nerópolis e Santo Antônio de Goiás.

11 Em 2003, as despesas de pessoal dos municípios metropolitanos brasileiros representaram, em média, 43% de suas despesas totais.

TABELA 23 – Indicadores Financeiros da Região Metropolitana de Goiânia – 2002

Municípios	Despesa														
	Estrutura da Despesa					Rígidez do Orc. Total	Rígidez do Orc. Fiscal	Prioridade de Gasto							
	Despesa Total Líquida	Pessoal	Outras Desp Correntes	Serviço da Dívida	Invest. e Outras			Gasto Social	Total	Urbanis	Habit	Transp	Saneam	Gestão Ambiental	
Goiânia	100,00	43,55	45,42	2,08	8,95	56,84	57,04	69,70	20,36	1,24	0,61	8,96	9,33	0,22	
Abadia de Goiás	100,00	41,70	47,71	–	10,58	48,91	49,02	66,45	15,63	8,17	0,07	6,08	–	1,31	
Aparecida de Goiânia	100,00	28,68	40,71	0,48	30,13	45,62	46,06	84,43	31,99	31,97	–	–	–	0,02	
Aragoiânia	100,00	50,76	49,24	–	–	66,06	66,06	69,87	14,24	7,99	–	6,21	0,03	–	
Goianópolis	100,00	58,08	35,50	0,73	5,69	65,78	67,64	56,33	19,72	8,23	–	11,38	0,10	–	
Goianira	100,00	29,00	50,28	0,45	20,27	41,21	41,26	79,14	27,74	19,31	1,71	2,07	4,43	0,22	
Hidrolândia	100,00	43,69	32,44	0,00	23,86	64,79	64,79	70,15	26,12	8,58	0	14,69	2,85	–	
Nerópolis	100,00	46,23	44,16	0,00	9,62	63,67	63,67	78,03	19,43	12,18	–	7,25	–	–	
Santo Antônio de Goiás															
Senador Canedo	100,00	27,13	51,82	0,14	20,91	42,04	42,04	85,68	27,79	25,14	–	–	2,62	0,03	
Trindade	100,00	51,76	30,37	1,97	15,89	66,01	66,02	72,97	28,16	15,13	0,60	12,33	–	0,10	

Fonte: Extraído do Relatório de atividade 3C. Análise de desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas (GARSON & RIBEIRO, 2005).

Notas: Rigidez do Orçamento Total e do Orçamento Fiscal – o indicador capta a parcela da despesa resultante de obrigações legais – determinações constitucionais relativas à educação e saúde e as financiadas com recursos vinculados – e relacionadas a despesas de difícil compressão - serviço da dívida, legislativo e despesas de pessoal das demais áreas.

TABELA 24 – Indicadores Financeiros da Região Metropolitana de Goiânia – 2003

Municípios	Despesa													
	Estrutura da Despesa					Rigidez do Orc. Total		Rigidez do Orc. Fiscal		Prioridade de Gasto				
	Despesa Total Líquida	Pessoal	Outras Desp Correntes	Serviço da Dívida	Invest. e Outras	Rigidez do Orc. Total	Rigidez do Orc. Fiscal	Gasto Social	Total	Urbanis	Habit	Transp	Saneam	Gestão Ambiental
Goiânia	100,00	38,60	53,52	2,05	5,82	59,15	59,33	69,73	17,88	1,21	0,31	5,57	10,32	0,26
Abadia de Goiás	100,00	53,11	43,65	–	3,24	66,95	67,29	63,21	16,32	8,66	0,10	6,35		1,22
Aparecida de Goiânia	100,00	30,50	39,62	0,42	29,46	56,07	56,13	84,03	26,79	26,79				0,00
Aragoiânia	100,00	44,90	53,16	1,04	0,90	58,39	58,52	61,01	12,58	6,11		6,47		
Goianápolis	100,00	38,19	60,96	0,25	0,59	44,54	44,54	62,77	17,77	9,96		7,81	0,00	
Goianira	100,00	42,34	51,27	0,59	5,80	65,96	66,75	71,64	20,38	11,00	1,45	7,31	0,02	0,59
Hidrolândia	100,00	40,38	52,03	0,10	7,49	54,71	55,86	77,21	21,14	15,24		4,88	0,31	0,72
Nerópolis	100,00	53,46	38,19	–	8,35	66,62	66,62	78,61	21,34	14,78		5,90		0,66
Santo Antônio de Goiás	100,00	51,70	38,89	–	9,40	66,62	68,01	66,95	13,52	7,37		6,13		0,02
Senador Canedo	100,00	44,17	40,46	0,28	15,09	58,57	58,57	80,96	27,00	23,39			3,45	0,16
Trindade														

Fonte: Extraído do Relatório de atividade 3C: Análise de desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas (GARSON & RIBEIRO, 2005).

Notas: Rigidez do Orçamento Total e do Orçamento Fiscal – o indicador capta a parcela da despesa resultante de obrigações legais – determinações constitucionais relativas à educação e saúde e as financiadas com recursos vinculados – e relacionadas a despesas de difícil compressão - serviço da dívida, legislativo e despesas de pessoal das demais áreas.

Mais da metade dos municípios foca seus gastos em outras despesas correntes, sendo superiores ao gastos com pessoal. Quanto ao serviço da dívida, os municípios de maior porte geralmente apresentam índices maiores. A mesma coisa verifica-se em relação aos investimentos, à exceção de Goiânia, que, em termos relativos, apresenta-se com investimentos inferiores aos municípios com grande quantidade populacional.

A rigidez do orçamento total e fiscal mostra a parcela do orçamento que estaria comprometida com despesas resultantes de obrigações legais. Assim, observa-se que, primeiro, não há muita diferença entre a rigidez do orçamento total e a do orçamento fiscal, pois, na maioria dos municípios, o orçamento total se constitui exclusivamente do orçamento fiscal. Segundo, apreende-se que, à exceção de Goianápolis, todos os demais municípios, em 2003, têm comprometida mais da metade de seus orçamentos total e fiscal e em alguns chegando mesmo a dois terços deles.

Por decorrência de obrigações legais e de recursos com vinculação na origem, em nenhum município o índice de prioridade de gasto social ficou inferior, em 2003, a 60% do gasto governamental. E, por isso, os gastos urbanos – compreendidos como aqueles necessários para a manutenção da cidade e pela incorporação de novas infra-estruturas, além de habitação, transporte, saneamentos – correspondem a cerca de um terço dos gastos sociais. Ao realizar sua desagregação constata-se que, destes, a maior parcela está destinada ao urbanismo, que compreende os gastos com infra-estrutura urbana, bem como com transportes coletivos e serviços urbanos (limpeza e iluminação públicas, manutenção de logradouros, entre outros)¹². Apenas a capital tem destinação de recursos em todos os aspectos do gasto urbano.

5.3. Indicadores de Investimento e de Endividamento

Na análise do equilíbrio de curto prazo¹³, observa-se que em 2002 apenas dois municípios (Abadia de Goiás e Goianápolis) tiveram superávit, ao passo que em 2003 há ocorrência de cinco municípios (ver *Tabelas 25 e 26*), com destaque para Goianápolis que registrou 2.464,10%, em relação ao total investido. Os demais, quando não tiveram registros, apresentaram situação de déficit.

12 Observe-se que gastos com saneamento e habitação são classificados em função própria, não estando compreendidos na subfunção infra-estrutura urbana da função urbanismo.

13 Equilíbrio de Curto Prazo – Parcela do montante de Investimentos e Inversões Líquidos não financiada por déficit.

TABELA 25 – Indicadores Financeiros da Região Metropolitana de Goiânia – 2002

Municípios	Endividamento e Capacidade de Investimento							
	Investimento Efetivo	Equilíbrio de Curto Prazo		Sustentabilidade Invest de Equilíbrio		Endiv e Comprometimento de Receita		
		Sobre Total Investido	Sobre Total da Receita	Curto Prazo	Longo Prazo	Dívida Bruta / Rec Corr Líquida	Dívida Líquida / Rec Corr Líquida	Serviço da Dívida / Rec Corr Líquida
Goiânia	9,08	83,61	7,59	53,98	53,35	55,96	50,82	2,17
Abadia de Goiás	9,55	202,36	19,32	169,83	167,61	196,35	40,89	–
Aparecida de Goiânia	30,53	95,63	29,20	31,06	30,03	26,74	16,35	0,61
Aragoiânia	–	–	–	–	–	20,65	15,85	–
Goianópolis	5,39	196,03	10,57	174,77	123,64	38,83	34,13	0,73
Goianira	21,21	78,16	16,58	33,27	32,66	8,36	5,78	0,53
Hidrolândia	29,06	25,00	7,26	–	–	9,71	2,44	0,00
Nerópolis	9,97	63,05	6,29	63,05	63,05	5,85	0,21	0,00
Santo Antônio de Goiás								
Senador Canedo	21,96	76,95	16,90	57,17	57,17	7,21	0,55	0,15
Trindade	16,16	89,59	14,48	89,59	89,58	19,38	10,99	2,01

Fonte: Extraído do Relatório de atividade 3C: Análise de desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas (GARSON & RIBEIRO, 2005).

Notas: Investimento Efetivo e de Equilíbrio de Curto Prazo – relação entre o montante de Investimentos e Inversões líquidos e a Receita Total. Sustentabilidade do Investimento a parcela dos Investimentos e Inversões líquidos financiados por geração interna.

TABELA 26 – Indicadores Financeiros da Região Metropolitana de Goiânia – 2003

Municípios	Endividamento e Capacidade de Investimento							
	Investimento Efetivo	Equilíbrio de Curto Prazo		Sustentabilidade Invest de Equilíbrio		Endiv e Comprometimento de Receita		
		Sobre Total Investido	Sobre Total da Receita	Curto Prazo	Longo Prazo	Dívida Bruta	Dívida Líquida / Rec Corr Líquida	Serviço da Dívida / Rec Corr Líquida
Goiânia	6,20	–	–	–	–	19,04	13,25	2,19
Abadia de Goiás	3,19	147,95	4,72	147,95	131,98	214,66	45,01	–
Aparecida de Goiânia	35,45	42,62	15,11	27,58	27,26	11,44	0,18	0,53
Aragoiânia	0,90	111,91	1,01	111,91	98,57	19,77	19,23	1,04
Goianópolis	0,52	2.464,10	12,85	2.464,10	2.464,10	27,19	24,70	0,22
Goianira	6,67	–	–	–	–	22,01	15,25	0,68
Hidrolândia	7,50	97,87	7,34	78,46	5.089,00	6,71	(2,53)	0,10
Nerópolis	8,08	139,17	11,25	139,17	139,17	0,80	(7,27)	–
Santo Antônio de Goiás	9,69	68,61	6,65	68,61	47,60	5,96	3,39	–
Senador Canedo	14,81	112,41	16,65	106,30	106,30	3,39	(4,02)	0,28
Trindade								

Fonte: Extraído do Relatório de atividade 3C: Análise de desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas (GARSON & RIBEIRO, 2005).

Notas: Investimento Efetivo e de Equilíbrio de Curto Prazo – relação entre o montante de Investimentos e Inversões líquidos e a Receita Total. Sustentabilidade do Investimento a parcela dos Investimentos e Inversões líquidos financiados por geração interna.

O indicador Sustentabilidade do Investimento¹⁴ busca avaliar a qualidade das fontes que financiaram o investimento. Tanto a análise de curto prazo quanto a análise de longo prazo apresentam profundas modificações de um ano para outro. Nota-se que, em 2002, Goiânia possuía uma sustentabilidade de curto prazo de 53,98% e de longo prazo de 53,35%. Porém, em 2003 não há registros para a sustentabilidade de investimento para esse município. O mesmo ocorre com Goianira e Aragoiânia, que em um dos dois anos não apresentou ocorrência de dados para a realização análise. Na maior parte dos municípios tanto a sustentabilidade de curto prazo quanto a sustentabilidade de longo prazo é bastante expressiva.

Em relação ao nível de endividamento, constata-se que não há nenhum município com situação preocupante, visto que, em relação à dívida líquida, o maior índice é apresentado por Abadia de Goiás, que registrou em 2002 e 2003, 40,89% e 45,01%, respectivamente, muito distante do limite definido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que é de 120%.

No contexto apresentado acima, observa-se grande heterogeneidade entre os municípios. Principalmente os menores, em termos de quantitativo populacional, são os que maiores dificuldades enfrentam frente a sua situação fiscal. E isso pode provocar uma situação desfavorável para a realização de ações cooperadas entre eles.

A análise da receita apresenta uma situação de pouca capacidade financeira entre os municípios. Mesmo aqueles que possuem autonomia tributária elevada possuem também patamares elevados de receitas com vinculação, e isso cria restrições à cooperação. Por outro lado, demonstra-se que grande parte da despesa relaciona-se a pessoal e despesas correntes, havendo, no entanto, municípios que chegam a despender mais de 20% de seus recursos com investimentos.

A análise do endividamento e da capacidade de investimento, por outro lado, mostra que a maior parte dos municípios está apta à realização de investimento, pois tem comprometido apenas uma pequena parcela com pagamento dos serviços de dívidas anteriores, além de apresentar uma situação confortável em relação à dívida líquida que, no geral, não chega a comprometer mais de 20% como se verifica em 2003. Além disso, vários são os municípios que apresentaram superávit no equilíbrio de curto prazo.

Nesse sentido, os municípios da Região Metropolitana de Goiânia, mesmo que dependendo, em parte, de receitas transferidas de outras esferas de governo (e algumas vinculadas), apresentam, no geral, uma situação favorável à realização de ações cooperativas.

14 Sustentabilidade do Investimento – é a parcela dos Investimentos e Inversões líquidos financiada por geração interna. No curto prazo, consideram-se todos os recursos gerados internamente. No longo prazo, exclui-se a receita de venda de ativos e considera-se, apenas, 67% da Receita de Valores Mobiliários.

Considerações Finais

O que está sendo concluído neste momento é apenas uma síntese de um estudo mais abrangente que já está em curso. Não se trata, portanto, de um estudo profundo, pois a nossa pretensão com essa síntese resume-se a três aspectos: a) oferecer uma visão ampla da Região Metropolitana de Goiânia a partir de alguns indicadores socioespaciais; b) mostrar o processo de formação do espaço metropolitano e; c) disponibilizar ainda que, em caráter preliminar, o resultado da organização de um banco de dados sobre a Região Metropolitana a partir dos dados do Censo de 2000.

Esses objetivos foram alcançados. No que se refere aos dois primeiros aspectos, procurou-se dar uma visão ampla da problemática urbana e seus aspectos metropolitanos marcada por taxas elevadas de crescimento da população urbana, o quadro da violência urbana com destaques para os jovens, assim como a segregação socioterritorial vem se manifestando, tanto em Goiânia quanto nos demais municípios.

Quanto ao terceiro, com esta síntese, está-se disponibilizando várias informações e análises sobre a dinâmica urbana metropolitana referente, sobretudo, aos dados do Censo de 2000.

A apreciação das informações relativas à RMG levam ao entendimento de que o crescimento intenso da cidade pólo, Goiânia, que teve o seu auge na década 1960-70, encontra-se em fase de muito menor intensidade. Entretanto é também perceptível, pelos números apresentados, o grande crescimento de algumas das cidades que compõem a Região Metropolitana.

Essa não é uma situação exclusiva da RMG, embora cada uma das Regiões Metropolitanas brasileiras apresente suas peculiaridades. Em comum com as demais, temos o fato de que o acesso à terra urbana e da própria moradia torna-se cada vez mais difícil nas proximidades do “centro”. Isso implica que a população mais pobre tende a se localizar nas áreas e municípios onde os preços dos terrenos são mais acessíveis, mantendo a tendência ao crescimento horizontal da periferia da maioria das cidades da RMG.

O que se pode ter como especificidade, no caso da RMG, é que, no município de Goiânia, esse crescimento foi, em princípio, conduzido, de forma planejada, em direção da região sul/sudoeste, pelas razões explicitadas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) que foi aprovado pela Câmara de vereadores em 1971 e pelos demais que se seguiram. As diretrizes esboçadas nos planos diretores do município de Goiânia, uma vez concretizadas pelas políticas públicas municipais, contribuíram sensivelmente para que a cidade transbordasse de forma muito mais intensa, até o ano 2000, para os municípios que se localizam naquelas regiões.

Só muito mais recentemente (década de 1990) esse espraiamento generalizou-se em todas as direções, mas continuando a ser importante para aquelas cidades (Aparecida de Goiânia e Trindade). Só que as mesmas, em razão de primeiro serem atingidas pelo processo, hoje são as que apresentam maior intensidade de integração com Goiânia. Isso se entende melhor se considerarmos que entre Goiânia e Aparecida não há descontinuidade da ocupação, o que caracteriza uma conurbação perfeita. Trindade ainda não alcançou o mesmo patamar de continuidade, mas está caminhando nessa direção, assim como Goianira e Aragoiânia.

Tamanha integração dificulta algumas análises, por exemplo, aquela que se refere ao emprego, não só porque muitas das pessoas que moram em Aparecida, Trindade e outros da RMG, trabalham em Goiânia. A questão fiscal leva para municípios vizinhos atividades que estão voltadas para Goiânia, notadamente no ramo dos serviços e lá empregam pessoas que vivem na cidade pólo.

A informalidade que ocupa as ruas de Goiânia em muito é proveniente de municípios da RMG, não só no que se refere aos empreendedores propriamente, como também à produção comercializada.

Por fim, o fato de a análise estar baseada em um único ponto (censo de 2000) limita sua abrangência e intensidade.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização – as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.

GOIÁS. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás** – 2003. Goiânia: Seplan, 2003c.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização** – do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades** – 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LEVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. **Geographia**. Revista da Pós-graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ, ano 3, n. 6, 2002.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. *In*: ARANTES, A. O. **O Espaço da Diferença**. São Paulo, Campinas: Papirus, 2000.

MOYSÉS, Aristides. Efeitos perversos da concentração econômica na Região Metropolitana de Goiânia. **Boletim de Conjuntura Econômica Goiana**. n. 2, nov. 2004. Disponível em: <<http://portalsepin.seplan.go.gov.br/>> e no site www.observatório.tk.

_____. **Cidade, Segregação Urbana e Planejamento**. Goiânia: Editora UCG, 2005.

_____. Expansão urbana ou ocupação (in)sustentável da Macrozona Rural do Município de Goiânia? **Boletim Conjuntura Econômica Goiana**. n. 4, maio 2005. Disponível em: <<http://portalsepin.seplan.go.gov.br/>> e <www.observatório.tk>.

_____. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: UCG, 2005.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES-FASE-IPARDES. Análises das Regiões Metropolitanas do Brasil – Relatório 1 – Identificação dos espaços metropolitanos e construção de Tipologias. 2004. Disponível em: <<http://www.observatório.tk>>.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: _____. (Org.). **O Futuro das Metrôpoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2000.

SEPLAM. Secretaria Municipal de Planejamento. **Radiografia Social e Econômica de Goiânia e Entorno**. Goiânia: Seplam, 2004.

Sobre os Autores – Como Anda Belém

Anna Carolina Gomes Holanda – Arquiteta, graduada pela Universidade Federal do Pará (2003). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Projeto de Arquitetura e Urbanismo.

Ana Cláudia Duarte Cardoso – Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (1990), mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (1994) e doutora em Arquitetura, Phd - Oxford Brookes University (2002). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projeto do Espaço Urbano, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos informais, cidades amazônicas, planejamento urbano, forma urbana e revitalização.

José Júlio Ferreira Lima – Graduado em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará (1986), mestre em Arquitetura - Fukui University (1991), mestre em Desenho Urbano - Oxford Brookes University (1994) e doutor em Arquitetura - Oxford Brookes University (2000). Atualmente é professor adjunto III da Universidade Federal do Pará e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Planejamento e Gestão Urbana e Regional, com ênfase em Técnicas de Planejamento e Projeto Urbanos e Regionais, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, desenho urbano, desenvolvimento sustentável, habitação popular e política de saneamento.

Lucinda Freitas de Assis Sena – É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA); pós-graduada em Gemologia pelo centro de geociências da UFPA; pós graduada em Engenharia Ambiental Urbana pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e mestra em Engenharia Civil pela UFPA, com ênfase na linha de pesquisa em saneamento ambiental e infra-estrutura urbana. Possui experiência profissional na área de projetos e obras de arquitetura e urbanismo, bem como, na área de saneamento ambiental, transporte, captação de recursos e gestão urbana.

Rosana Pereira Fernandes – Servidora pública da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará (Sepof); Especialista em Gestão Governamental pela Fundação Getúlio Vargas (FGVSP); Mestre em estruturas ambientais e urbanas pela Universidade de São Paulo; doutorando do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea/UFPA), Belém, Pará.

Sandra Helena Ribeiro Cruz – Mestra em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (1994). Atualmente é professora adjunta I da Universidade Federal do Pará e Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Problemática Urbana e Movimentos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas urbanos, desenvolvimento urbano, movimentos sociais urbanos, adolescente, criança, assistência social, sociedade e neoliberalismo.

Simaia Mercês – Doutora e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), Brasil, em 1999 e 2005, respectivamente; Especialista em Planejamento e Administração de Transporte Urbano pela Universi-

dade Federal do Pará (UFPA), Brasil, em 1988; graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA, Brasil, em 1983. Desempenhou funções de coordenação, técnicas e de consultoria em órgãos públicos, no período 1985-2006. Atualmente é Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA.

Sobre os Autores – Como Anda Goiânia

Adão Francisco de Oliveira. Graduado em História. Mestre em Sociologia pela UFG (2002).

Doutorando em Dinâmica Sócio-Espacial/Geografia – IESA/UFG. Professor na Universidade do Tocantins - UNITINS. Professor da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns – Goiás. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles/Instituto do Milênio/CNPq; núcleo de Goiânia e do GEPUR-CO – Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais do Centro-Oeste. E-mail: adaofrancisco@yahoo.com.br

Aristides Moysés. Economista. Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP (2001). Coordenador e Professor do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás. Professor do Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável. Coordenador do Centro de Pesquisas Econômicas do Departamento de Economia da UCG e Professor do Departamento de Economia da UCG. Coordenador e Pesquisador do Observatório das Metrôpoles/Instituto do Milênio/CNPq; núcleo de Goiânia. Coordenador e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais do Centro-Oeste - GEPUR-CO/CNPq. Técnico do Departamento de Ordenação Sócio-Econômico da Secretaria Municipal de Planejamento. arymoyeses@uol.com.br

César Augustus L.L. Freitas. Economista. Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Goiás. Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás (2004). Doutorando no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA, da Universidade Federal de Goiás. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles/Instituto do Milênio/CNPq; núcleo de Goiânia e do GEPUR-CO – Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais do Centro-Oeste. cesarlabre@bol.com.br

Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza. Doutora em Sociologia pela UnB (1999). Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles/Instituto do Milênio/CNPq; núcleo de Goiânia e do GEPUR-CO – Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais do Centro-Oeste. dalvasouza@gmail.com

Eduardo Rodrigues da Silva. Professor do Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás. Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas em 2002. Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente na Universidade Estadual de Campinas. Pró-Reitor Institucional da Universidade Católica de Goiás. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais do Centro-Oeste – GEPUR-CO e do Pesquisador do Observatório das Metrôpoles/Instituto do Milênio/CNPq; núcleo de Goiânia. eduardo.eco@ucg.br

Elcileni de Melo Borges. Economista. Mestre em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2000). Gestora Governamental em Goiás – Secretaria de Estado das Cidades – com exercício na Agência Goiana de Habitação – Agehab. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles/Instituto do Milênio/CNPq; Núcleo Goiânia e do GEPUR-CO – Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais do Centro-Oeste. elcimb@uol.com.br

Genilda Dare Bernardes. Socióloga. Doutora em Sociologia pela UnB, 1999. Professora do Programa de Mestrado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás - UFG. Coordenadora do Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário UniEvangélica de Anápolis. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas do Centro-Oeste – GEPUR- CO. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles: núcleo de Goiânia. genilda@hotmail.com

Loçandra Borges de Moraes. Geógrafa. Mestre em Geografia pela Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA)/UFG (2001). Professora da Universidade Estadual de Goiás -Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas (UnUCSEH - Anápolis). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas do Centro-Oeste – GEPUR-CO e do Observatório das Metrôpoles: núcleo de Goiânia. locandrab@yahoo.com.br

Juciano Martins Rodrigues – Mestre em Estudos populacionais e Pesquisas Sociais na ENCE. Doutorando em Urbanismo – PROURB/UFRJ. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas do Centro-Oeste – GEPUR – CO. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles / Instituto do Milênio / CNPq. juciano@observatoriodasmetrosoles.com

Juliano Martins Rodrigues – Sociolo, Mestre em Sociologia pela UFG. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas do Centro-Oeste – GEPUR – CO. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles / Instituto do Milênio / CNPq.

Marcelo Gomes Ribeiro. Economista. Mestre em Sociologia pela UFG. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Goiás (2001) e Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2007). Atualmente é doutorando em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas do Centro-Oeste – GEPUR - CO. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles: núcleo de Goiânia. marcelo_go@bol.com.br

Maria do Amparo de Albuquerque Aguiar. Economista. Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1997). Economista, professora do Curso de Economia da Universidade Federal de Goiás e do Mestrado em Agronegócios/UFG. mamparo@zaz.com.br

Marta Roverly de Souza. Socióloga. Doutora em Ciências Sociais com área de concentração em população pela Universidade de Campinas (UNICAMP, 2001). Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Goiás e Mestrado em Epidemiologia/UFG. Coordenadora de Pesquisa do Núcleo de Estudos em Saude Coletiva (NESC- UFG). Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles/Instituto do Milênio/CNPq; núcleo de Goiânia e do GEPUR-CO – Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais do Centro-Oeste. martary@gmail.com

Tadeu Alencar Arrais. Geógrafo. Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Rio de Janeiro (2005). Professor do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia do IESA/UFG – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da UFG. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas do Centro-Oeste – GEPUR- CO e do Observatório das Metrôpoles/Instituto do Milênio/CNPq; núcleo de Goiânia. tadeuarrais@ibest.com.br

Rita Petra Kallabis – Pedagoga Social. Economista pela Universidade Católica de Goiás. Foi Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Mestranda em Economia Social e do Tra-

balho pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas do Centro-Oeste – GEPUR- CO e do Observatório das Metr6poles/Instituto do Mil6nio/CNPq; n6cleo de Goi6nia. mcrita@uol.com.br

Ficha T6cnica Colaboradores – Como Andam Bel6m e Goi6nia – Volume 11

GEOPROCESSAMENTO

Anderson Tavares

Fernando Mesquita

